



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

BRENDA GONÇALVES ANDUJAS

Candidaturas coletivas de mulheres:
análise da campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em 2020

Florianópolis

2022

BRENDA GONÇALVES ANDUJAS

Candidaturas coletivas de mulheres:

análise da campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em 2020

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Sociologia e Ciência Política.

Linha de pesquisa: Movimentos sociais, participação e democracia

Orientadora: Prof. Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann

Florianópolis, 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves Andujas, Brenda
Candidaturas coletivas de mulheres : análise da
campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em
2020 / Brenda Gonçalves Andujas ; orientador, Lígia Helena
Hahn Lúchmann, 2022.
117 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Ciência Política. 3.
Candidaturas Coletivas. 4. Mandatos Coletivos. 5.
Participação e Representação Política das Mulheres. I. Hahn
Lúchmann, Lígia Helena . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência
Política. III. Título.

Brenda Gonçalves Andujas

**Candidaturas Coletivas de Mulheres: análise da campanha eleitoral nas capitais da
Região Sul do Brasil em 2020**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Débora Cristina Rezende de Almeida
Universidade Nacional de Brasília

Prof.(a) Dr.(a) Tiago Daher Padovezi Borges
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Julian Borba
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia e Ciência Política

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) Lígia Helena Hahn Lüchmann
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora

Florianópolis, 2022

Este trabalho é dedicado à minha vó e à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos os professores do programa de pós-graduação de Sociologia e Ciência Política dos quais tive a oportunidade de ter aula durante minha caminhada de mestrado.

Agradeço aos integrantes do Núcleo de pesquisa em Movimento Sociais (NPMS), pelos comentários e sugestões que ajudaram no aprimoramento do projeto de pesquisa.

Agradeço à todas integrantes das candidaturas coletivas de mulheres e vereadoras eleitas que cederam seu tempo para a entrevista e contribuíram imensamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço, especialmente, às co-vereadoras da Coletiva Bem Viver de Florianópolis, a toda a equipe de campanha e aos militantes do Subverta de Florianópolis, pela troca de ideias e experiências.

Agradeço à professora Dr^a Carla Almeida pela indicação de alguns textos fundamentais para a elaboração do pré-projeto de pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Dr^a Lígia Helena Hahn Lüchmann por ter acolhido e me guiado com muita sabedoria por toda a caminhada desta pesquisa.

Agradeço aos professores Dr. Tiago Daher Padovezi Borges e Dr^a Cintia Pinheiro Ribeiro de Souza, pelos comentários e sugestões na banca de qualificação, que foram muito importantes para o aprimoramento da pesquisa.

Agradeço à professora Dr^a Debora Rezende de Almeida pelas importantes contribuições na Banca de defesa.

Agradeço à minha amiga Jéssica, por todo companheirismo e parceria desde a graduação.

Agradeço à minha irmã Bruna, por, muitas vezes, ouvir minhas angústias e inquietações.

Agradeço à CAPES, por permitir me dedicar integralmente na realização de parte desta pesquisa.

E por viver como vivíamos – nas extremidades – desenvolvemos um modo particular de enxergar as coisas. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra a existência de todo universo, um corpo principal com sua margem e seu centro.

hooks, 1985

RESUMO

As candidaturas coletivas propõem, durante a campanha eleitoral, realizar uma candidatura de forma coletiva, procurando despersonalizar a figura da/o parlamentar e reduzir o grau de hierarquia entre as integrantes, ao colocarem o nome do coletivo na urna para representar dois ou mais co-candidatas/os. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi analisar o quanto a disputa eleitoral por meio de candidaturas coletivas de mulheres influenciou na experiência política de campanha destas co-candidatas e no desempenho eleitoral alcançado. Para isso, a pesquisa analisou o processo eleitoral e o recurso de campanha de seis candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul do Brasil, quais foram: *Mandata Coletivas das Pretas -PT/PR*; *Somos Juntas-PSOL/PR*; *Mulheres pela Educação-PT/SC*; *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*; *Cuca Congo-PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS* em comparação as candidatas lançadas por esses partidos e as vereadoras eleitas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Avaliamos aqui se as candidaturas coletivas de mulheres representam uma luta feminista, unindo mulheres de diferentes lutas sociais e políticas como forma de enfrentamento dos obstáculos da campanha eleitoral, construindo novas formas de participação e representação política. Neste sentido, essas propostas de mandatos coletivos podem ser consideradas uma inovação na busca por respostas aos dilemas da representação política, principalmente em relação ao acesso aos espaços de poder de grupos marginalizados, como mulheres e negros, devido à desigualdade de recursos e capitais políticos, econômicos e culturais.

Palavras-Chave: Candidaturas coletivas; Campanha Eleitoral; Mandatos Coletivos; Representação política das mulheres.

ABSTRACT

The collective candidacies propose, during the electoral campaign, accomplish a candidacy collective way, trying to depersonalize the figure of the parliamentarian and reducing the degree of hierarchy among the members, by putting the name of the collective in the urn to represent two or more co-candidates. Therefore, the objective of the research was to analyze how much the electoral dispute through collective candidacies of women influenced the political campaign experience of these co-candidates and the electoral performance achieved. For this, the research analyzed the electoral process and the campaign resource of six collective candidacies of women in the capitals of the Southern Region of Brazil, which were: *Mandata Coletiva das Pretas -PT/PR*; *Somos Juntas-PSOL/PR*; *Mulheres pela Educação-PT/SC*; *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*; *Cuca Congo-PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*. Here, we assess whether the collective candidacies of women represent the feminist struggle, uniting women from different social and political struggles, as a political strategy to face the obstacles of the electoral campaign, creating new forms of political participation and representation. In this sense, these proposals for collective mandates can be considered an innovation in terms of the search for answers to the dilemmas of political representation, especially in relation to access to the spaces of power of marginalized groups, women and blacks' people, due to the inequality of resources and political and cultural capital.

Keywords: Collective candidatures; Election campaign; Collective Mandates; Political representation of women.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estado Civil das candidaturas coletivas.....	79
Gráfico 2: Estado Civil das candidaturas individuais.....	79
Gráfico 3: Escolaridade das candidaturas coletiva.....	80
Gráfico 4: Escolaridade das candidaturas individuais.....	80
Gráfico 5: Proporção das formas de financiamento eleitoral.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul.....	19
Tabela 2: Candidaturas coletivas em Curitiba na eleição de 2020.....	43
Tabela 3: Perfil socioeconômico da <i>Mandata das Pretas-PT</i>	44
Tabela 4: Perfil socioeconômico da <i>Somos Juntas -PSOL</i>	47
Tabela 5: Candidaturas Coletivas em Florianópolis na eleição de 2020.....	50
Tabela 6: Perfil socioeconômico da <i>Coletiva Bem Viver-PSOL</i>	52
Tabela 7: Perfil socioeconômico da <i>Mulheres pela Educação – PT</i>	56
Tabela 8: Candidatura Coletivas na Eleição de 2020 em Porto Alegre.....	60
Tabela 9: Perfil socioeconômico da <i>Cuca Congo – PCdoB</i>	61
Tabela 10: Perfil socioeconômico da <i>Nós, Mandato Coletivo – PSOL</i>	65
Tabela 11: Perfil socioeconômico das candidatas do PT em Curitiba.....	70
Tabela 12: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Curitiba.....	71
Tabela 13: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Florianópolis.....	73
Tabela 14: Perfil socioeconômico das candidatas do PT em Florianópolis.....	74
Tabela 15: Perfil socioeconômico das candidatas PCdoB em Porto Alegre.....	75
Tabela 16: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Porto Alegre.....	77
Tabela 17: Perfil socioeconômico das candidaturas coletivas das mulheres.....	82
Tabela 18: Vereadoras eleitas das nas capitais da Região Sul em 2020.....	83
Tabela 19: Valor do voto das candidatas do PT em Curitiba.....	85
Tabela 20: Valor do voto das candidatas do PSOL em Curitiba.....	86
Tabela 21: Valor de voto das candidatas do PSOL em Florianópolis.....	86
Tabela 22: Valor do voto das candidatas do PT em Florianópolis.....	87
Tabela 23: Valor do voto das candidatas do PCdoB em Porto Alegre.....	87
Tabela 24: Valor do voto das candidatas do PSOL em Porto Alegre.....	88

Tabela 25: Desempenho eleitoral das candidaturas coletivas de mulheres.....	89
Tabela 26: Financiamento eleitoral das vereadoras eleitas nas capitais da Região Sul...	92
Tabela 27: Participação política das candidatas mais votadas do PT em Curitiba.....	94
Tabela 28: Participação política das candidatas mais votadas do PSOL em Florianópolis.....	95
Tabela 29: Participação política das candidatas mais votadas do PT em Florianópolis...	96
Tabela 30: Participação política das candidatas mais votadas do PCdoB em Porto Alegre.....	97
Tabela 31: Participação política das candidatas do PSOL em Porto Alegre.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
a) Problema de pesquisa	15
b) Processos metodológicos e dados empíricos	18
c) Estrutura da dissertação	21
CAPÍTULO 1: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO	23
1.1 Em busca de uma representação democrática	23
1.2 Dificuldades de acesso das mulheres ao poder legislativo	28
1.3 Capital familiar, econômico, social e político	33
1.4 Considerações finais do capítulo	36
CAPÍTULO 2: CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES	38
2.1 Candidaturas e mandatos coletivos no Brasil	38
2.2 Candidaturas coletivas na eleição municipal de 2020	40
2.3 Curitiba: Candidaturas coletivas de mulheres na eleição de 2020	43
2.3.1 Mandata Coletiva das Pretas – PT	44
2.3.2 Somos Juntas -PSOL	47
2.4 Florianópolis: Candidaturas coletivas de mulheres na eleição de 2020	50
2.4.1 Coletiva Bem Viver – PSOL	51
2.4.2 Mulheres pela Educação – PT	54
2.5 Porto alegre: candidaturas coletivas de mulheres na eleição de 2020	58
2.5.1 Cuca Congo – PCdoB.....	61
2.5.2 Nós, Mandato Coletivo-PSOL.....	64
2.6 Considerações finais do capítulo	67
CAPÍTULO 3: DESEMPENHO ELEITORAL DAS CANDIDATURAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE MULHERES DO PT, PSOL e PCdoB	70
3.1 Capital socioeconômico, familiar e político	70
3.2 Financiamento eleitoral	84
3.3 Capital social e associativo	94
3.4 Considerações finais do capítulo	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
7. ANEXO	113

1. INTRODUÇÃO

a) Problema de pesquisa

Nas Assembleias Legislativas estaduais brasileiras, as mulheres ocupam menos de 15% dos assentos no legislativo, sendo as mulheres mais de 50% da população, segundo o censo do IBGE de 2010. Nas Câmaras Municipais brasileiras a situação também é bem desfavorável em relação a paridade de gênero na representação política, representando atualmente 16% de vereadoras eleitas, sendo que destas apenas 6,3% são mulheres negras.

Devido à pressão de movimentos de mulheres, dentro e fora dos partidos e das instituições políticas, um número grande de países intensificou medidas afirmativas para aumentar a presença de mulheres em cargos político-decisórios, como cota política de gênero. Ainda assim, permanece baixo o percentual feminino nessas posições, na maioria dos países, e poucos deles parecem demonstrar um compromisso real com tal questão (ARAÚJO, 2013; SACCHET, 2013).

No Brasil a adoção da lei de cotas para candidaturas femininas não aumentou a quantidade de mulheres nas instituições representativas. Com a instituição da lei de cotas em 1995, as candidaturas femininas aumentaram, porém, o número de mulheres eleitas permaneceu no mesmo patamar, em torno de 10% a 15% dos assentos em cargos do legislativo. De acordo com dados da Inter-Parliamentary Union (IPU), o Brasil ocupa a 154ª posição no ranking mundial de mulheres nos parlamentos; entre os países da América Latina, apenas o Haiti tem menos mulheres parlamentares.

Em praticamente todas as culturas, homens são socializados para ver a política como uma área de atuação legítima, ao contrário das mulheres, o que os leva a desenvolver mais interesse pela área do que elas e, conseqüentemente, a ter mais ambição política. Além disso, eles costumam ter mais acesso a recursos materiais, novamente por sua posição de partida privilegiada. Assim, nos processos de seleção e recrutamento político, realizado pelos partidos, geralmente encontramos mais homens do que mulheres (MATLAND, 2005).

Para a construção de uma representação democrática ancorada em um ideal de igualdade política, é necessário verificar como o processo representativo reproduz as desigualdades existentes. Considerando que os grupos que se encontram marginalizados da representação política precisam afirmar seus interesses, opiniões e perspectivas, o que

depende das condições de acesso aos espaços públicos e condições materiais que possibilitem o engajamento na atividade política, seria preciso pensarmos em como promover a inclusão dos grupos sub-representados nos espaços de exercício de poder político.

Neste sentido, a estrutura partidária tradicional e a lógica de comportamento masculino costumam isolar e desestimular a participação feminina. Diante dos limites e da ação incipiente das organizações partidárias, das lideranças políticas e de outros órgãos públicos em realizar medidas e ações que possam aumentar efetivamente a representatividade feminina no legislativo, coletivos de mulheres resolveram se reunir e lançar candidaturas coletivas, fortalecendo seus capitais políticos e culturais, além de promover um apoio mútuo entre as integrantes durante a campanha eleitoral, visto que as candidaturas coletivas compostas apenas por mulheres dão ênfase à luta política feminista.

As candidaturas coletivas propõem uma dinâmica que procura descentralizar e despersonalizar a figura parlamentar ao colocar o nome do coletivo na urna, lançando a proposta de realizar um mandato coletivo, caso a candidatura seja eleita, onde as integrantes compõem o gabinete no cargo de assessoras e possuem o mesmo peso político, gerando um sentimento de pertencimento do mandato, como uma unidade diversa e plural (SECCHI, 2019; SILVA, 2019). Trata-se de um fenômeno que têm se expandido nos últimos anos e se tornado um espaço de inovação nas campanhas eleitorais e no exercício de cargos legislativos no Brasil. A exemplo dos orçamentos participativos que inovaram com práticas de participação cidadã no poder executivo, as candidaturas e mandatos coletivos têm prometido ampliar a participação, a diversidade e a transparência no exercício de cargos legislativos (SECCHI; *et al.*, 2020).

Entre 1994 e 2019 foram mapeadas 110 candidaturas coletivas ou compartilhadas no Brasil, das quais 32 obtiveram sucesso eleitoral, transformando-se em mandatos coletivos ou compartilhados (RAPS, 2019). Estas iniciativas de mandato aberto tinham como princípio realizar diferentes mecanismos de participação popular no interior de mandatos parlamentares e tinha estratégias de representação política delegada (RAPS, 2019)

Porém, em 2020 houve um grande aumento de candidaturas coletivas de acordo com o relatório de pesquisa publicado por Secchi *et al.* (2020), que mapeou 313 (trezentos e treze) casos de candidaturas coletivas para o cargo de vereador/a nas eleições municipais, e que se autointitularam coletivas, compartilhadas ou que, de alguma

maneira, prometiam o exercício de poder legislativo com um grupo de cidadãos. Quanto aos resultados alcançados pelas candidaturas coletivas, 30 obtiveram votos suficientes para serem eleitas. Entre as demais candidaturas que não obtiveram êxito, 133 ficaram na posição de suplentes (ALMEIDA; LUCHMANN, 2021).

Esse crescimento vem motivando uma série de interesses e de estudos sobre os mandatos coletivos. Inserido neste campo, a presente pesquisa analisou este fenômeno enquanto estratégia para uma maior inclusão política das mulheres, apresentando os resultados da pesquisa de mestrado voltada para características e estratégias políticas das candidaturas coletivas de mulheres para vereança na eleição de 2020 em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, que formam as três capitais dos estados da Região Sul do Brasil.

A pesquisa empírica considerou as candidaturas coletivas de mulheres lançadas pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), pelo PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições municipais de 2020 em Curitiba e Florianópolis e também pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), na eleição municipal de Porto Alegre, pois esses foram os partidos políticos que lançaram as candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul, que serão analisadas nesta pesquisa. Além disso, foram os partidos que mais lançaram candidaturas coletivas, de modo geral, por todo Brasil, durante as eleições municipais de 2020 (SECCHI; LEAL *et al.*, 2020). Tendo em vista o foco nas candidaturas coletivas, a pesquisa também se volta para o mapeamento das candidaturas individuais de mulheres lançadas dentro destes partidos, a fim de identificar diferenças, particularidades e possíveis avanços das primeiras em relação às segundas.

Nessa direção, perguntamos: como a disputa eleitoral por meio de candidaturas coletivas de mulheres para cargos do legislativo influenciou a experiência política das integrantes destas candidaturas e o desempenho eleitoral alcançado em comparação às candidatas que disputaram a eleição por meio de candidaturas individuais? Como desdobramento a esta questão, buscamos também responder: quais foram os motivos e critérios para a formação de candidaturas coletivas compostas apenas por mulheres? Quais foram as propostas e pautas defendidas por estas candidaturas coletivas de mulheres durante a campanha eleitoral? Quais foram os fatores que influenciaram o resultado eleitoral alcançado por essas candidaturas coletivas em relação as candidatas lançadas pelos mesmos partidos e às vereadoras eleitas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre?

b) Processos metodológicos e dados empíricos

A pesquisa utilizou dados qualitativos e quantitativos para analisar a campanha eleitoral das candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul em 2020. Os dados quantitativos são aqueles que são disponibilizados pelo TRE e TSE, referentes as prestações de conta da campanha, incluindo as fontes de financiamento eleitoral, o número proporcional de votos, e o perfil socioeconômico, incluindo: estado civil, profissão, escolaridade e autodeclaração de raça/cor das candidaturas coletivas e individuais de mulheres lançadas pelo PT, PSOL e PCdoB, que foram os partidos políticos que lançaram essas candidaturas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e de todas as demais vereadoras eleitas pelos outros partidos nas três capitais da Região Sul.

Nas Eleições Municipais de 2020, em Curitiba, Capital do estado do Paraná (PR), o PT lançou oito candidaturas individuais de mulheres, elegendo a vereadora Carol Dartora com 8.874 votos e a vereadora professora Josete com 5.856 votos. A candidatura coletiva *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, composta por Giorgia Prates e Andreia Lima, que se candidataram pela primeira vez ao cargo de vereadora, ficou em 4º lugar, considerando apenas as candidatas mulheres do partido, ao alcançarem 3.582 votos. O PSOL, em Curitiba, lançou seis candidaturas individuais de mulheres, e a candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL*, composta por três mulheres, tendo como porta-voz a professora Ângela, alcançando a maior votação dentro do partido, com 3.035 votos. A candidatura não conseguiu ser eleita pois o partido não atingiu o quociente eleitoral mínimo para obter, ao menos, uma cadeira na câmara municipal. Na eleição municipal de 2016, a professora Ângela havia se candidatado pela primeira vez obtendo, em uma candidatura individual, 1.923 votos e a terceira maior votação dentro do partido, que também não elegeu nenhum vereador nessa e em nenhuma outra eleição.

Em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina (SC), o PT lançou nove candidaturas individuais de mulheres, elegendo a vereadora Carla Ayres-PT com 2.094 votos, única mulher eleita pelo partido, e primeira vereadora do campo LGBTQIA+ de Florianópolis, além da candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT*, composta por quatro mulheres, que alcançou 1.913 votos, ficando como 1º suplente do partido. O PSOL lançou seis candidaturas individuais de mulheres, além da candidatura coletiva de mulheres *Coletiva Bem Viver-PSOL*, composta por cinco mulheres, que foi eleita com 1.660 votos, sendo a única candidatura feminina a ser eleita pelo partido. Nenhuma das

co-vereadoras eleitas, nesse mandato coletivo, que é o primeiro a ser eleito na Câmara Municipal de Florianópolis, havia se candidatado para algum cargo político anteriormente. Além disso, até a última eleição a cidade havia elegido apenas seis vereadoras¹ (LOLATTO, 2016).

Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (RS), houve quatro candidaturas coletivas de mulheres, duas pelos PSOL, e uma pelo PT e outra pelo PCdoB. Porém a pesquisa analisou apenas duas das candidaturas coletivas, conforme justificado mais abaixo. A candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB*, composta por quatro professoras negras, alcançou 3.028 votos, ficando como 3º suplente do partido. O partido lançou outras treze candidaturas de mulheres, elegendo Bruna Rodrigues-PCdoB e Daiana Santos-PCdoB, duas mulheres negras, que alcançaram 5.366 e 3.715 votos, respectivamente. O PSOL lançou, além da candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo-PSOL*, composta por sete integrantes, que fizeram 1.996 votos e obtendo sucesso nas urnas, 12 candidaturas individuais de mulheres, elegendo Karen Santos-PSOL com 15.702, que foi a vereadora mais votada de Porto Alegre em 2020. Ela havia ficado como 1º suplente do partido na eleição anterior e assumiu o mandato após Fernanda Melchionna-PSOL, eleita vereadora em 2016, se eleger como deputada federal na eleição de 2018. A tabela a seguir sistematiza os dados, disponibilizados pelo TSE, sobre cada uma das candidaturas coletivas de mulheres que concorreram na eleição municipal para vereança nas capitais da Região sul do Brasil em 2020.

Tabela 1: Candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul

Candidaturas coletivas	Porta-voz	Composição	Partido	Cidade	Eleitas
<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	Giorgia Prates	2	PT	Curitiba -PR	Não (3º Suplente)
<i>Somos Juntas</i>	Ângela Machado	3	PSOL	Curitiba -PR	Não (1º lugar do partido)
<i>Coletiva bem viver</i>	Cintia Mendonça	5	PSOL	Florianópolis – SC	Sim
<i>Mulheres pela educação</i>	Joana Passos	4	PT	Florianópolis – SC	Não (1º suplente)

¹ Além da vereadora Carla Ayres-PT, eleita em 2020, que assumiu em dois momentos na legislatura 2017-2020, durante um mês em 2018 e outro mês em 2019, em um revezamento de suplentes proposto pelo vereador Lino Peres - PT.

<i>Vamos juntas</i>	Reginete Bispo	5	PT	Porto Alegre – RS	Não (1º suplente)
<i>Cuca Congo</i>	Luciane Pereira da silva	4	PCdoB	Porto Alegre – RS	Não (4º suplente)
<i>Nós Mandato Coletivo</i>	Laís Borba	7	PSOL	Porto Alegre – RS	Não (4º suplente)
<i>Mulheres da luta</i>	Jaqueline de Castro	5	PSOL	Porto Alegre – RS	Não (8º suplente)

Fonte: Elaboração própria com dados TSE da pesquisa (2021)

Na parte qualitativa foi realizada uma pesquisa teórica sobre: a seleção e recrutamento partidário e o financiamento eleitoral, destacando a desigualdade de gênero na representação política. Também apresentamos a trajetória das candidaturas e mandatas/os coletivas/os no Brasil, com ênfase na eleição de 2020, ano em que houve um grande aumento no número de candidaturas coletivas e mandatos coletivos eleitos.

No plano empírico, foram adotados dois procedimentos: em primeiro lugar, procedemos a um mapeamento da campanha eleitoral de seis das oito candidaturas coletivas de mulheres, nas capitais da Região Sul, pois as integrantes candidaturas coletivas de mulheres Reginete Bispo-PT/RS (*Vamos Juntas*) e Jaqueline da tinga-PSOL/RS (*Mulheres da luta*) não foram localizadas, e foram as únicas das oito candidaturas que não colocaram o número do coletivo na urna, registrando as candidaturas apenas com o nome da representante da candidatura coletiva.

Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas com seis candidaturas coletivas de mulheres das oito que foram lançadas na Região Sul, quais foram: *Mandata Coletiva das Pretas* -PT/PR; *Somos Juntas*-PSOL/PR; *Mulheres pela Educação*-PT/SC; *Coletiva Bem Viver*-PSOL/SC; *Cuca Congo*-PCdoB/RS e *Nós, Mandato Coletivo*-PSOL/RS, e com as três vereadoras eleitas nas capitais da Região Sul do Brasil, pertencentes ao PT, PSOL e PC do B: Carol Dartora-PT/SC; Daiana Santos -PCdoB/RS e Karen Santos-PSOL/RS.

Além disso, foram aplicados 25 questionários para mapear o perfil socioeconômico de todas as mulheres que formaram as seis candidaturas coletivas de mulheres analisadas, com o objetivo de ampliar os dados socioeconômicos para além da

porta-voz da candidatura coletiva, e outros 20 questionários foram respondidos pelas vereadoras mais votadas dentro do mesmo partido das candidaturas coletivas de mulheres analisadas, em cada uma das cidades, com o objetivo de avaliar o desempenho das candidaturas coletivas de mulheres em comparação às candidatas individuais do mesmo partido que disputaram a eleição de 2020, com ênfase as vereadoras e mais votadas dentro do PSOL, PT e PCdoB nas três capitais da região Sul.

c) Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo foi dividido em três seções. Na primeira seção apresentamos uma breve discussão sobre a desigualdade de gênero na representação política a partir de uma perspectiva interseccional, ressaltando a importância da igualdade de grupos sub-representados, como as mulheres, na política institucional para se alcançar uma igualdade política, considerando alguns dos limites e desafios para alcançar uma representação democrática. Na segunda seção resgatamos, na literatura, as principais dificuldades e desafios para o acesso das mulheres no legislativo, levando em conta as regras do sistema político brasileiro, composto pelo sistema partidário e eleitoral, abordando brevemente como funcionam a estrutura e a organização interna do PT e do PSOL, que foram os partidos que mais lançaram candidaturas coletivas no Brasil em 2020. Por fim, na terceira seção sistematizamos uma discussão sobre a importância dos capitais - político, econômico, familiar, social e associativo - como fatores determinantes para um bom desempenho eleitoral.

O segundo capítulo apresenta o histórico das candidaturas e mandatos coletivos no Brasil, bem como o aumento das candidaturas coletivas nas últimas eleições, incluindo suas características socioeconômicas, regionais e partidárias na eleição de 2020. Na sequência, apresentamos o relato da campanha eleitoral das seis candidaturas coletivas de mulheres, adquirido por meio de entrevistas semiestruturadas, nas três capitais da Região Sul. Em relação a formação das chapas, buscou-se entender como e em quais condições surgiu a iniciativa de lançar uma candidatura coletiva; os motivos que levaram a escolher apenas mulheres, além do mapeamento do perfil socioeconômico de todas as integrantes da candidatura coletiva. Em relação a experiência de campanha foi abordado os seguintes pontos: a interação dos partidos com as candidaturas coletivas, a organização e dinâmica interna, a definição do *slogan* e as principais propostas de campanha e os desafios e os

aprendizados obtidos, com objetivo de compreender os motivos, as estratégias e as dificuldades enfrentadas pelas candidaturas coletivas de mulheres.

No terceiro capítulo procedemos a uma análise do desempenho das candidaturas coletivas de mulheres, em comparação com as candidatas lançadas pelos seus partidos políticos, como também as vereadoras eleitas, nas três capitais da Região Sul, na eleição de 2020. Para analisar o sucesso das estratégias políticas das candidaturas coletivas foi realizado o mapeamento dos capitais - político, econômico, familiar, social e associativo - das candidaturas coletivas e individuais de mulheres, por meio da análise do perfil socioeconômico e dos recursos financeiros disponíveis para campanha, bem como a participação política de cada uma em coletivos e movimentos sociais, conselhos gestores e a trajetória política de cada uma, considerando o número de candidaturas anteriores e sua atuação partidária.

CAPÍTULO 1: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO

1.1 EM BUSCA DE UMA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA

Segundo Phillips (2011), as teóricas políticas feministas levantaram críticas importantes sobre a ideia de indivíduo abstrato e a falsas universalidades do pensamento iluminista, propondo assim, uma nova política baseada na diversidade e na diferença, reconhecendo a heterogeneidade, sem cair em um essencialismo. A democracia deveria compreender todas as relações sociais, sem estar restrita ao modo como os governos funcionam, para assim, construir uma sociedade plenamente democrática que valorizasse todas as pessoas, com respeito mútuo em todas as relações.

Em sua obra *The Conception of Representation* (1967), Hannah Pitkin verifica em que medida o governo e a política podem ser considerados como um meio para promover os interesses e proteger os direitos individuais. O principal problema parece ser como atingir uma representação democrática, sendo necessário investigar a fronteira ainda inexplorada da teoria política da representação. Dessa forma, Pitkin define quatro tipos de representação: formalista, descritiva, simbólica e substantiva. Uma concepção formalista consiste na aprovação da representação pelo ato de autorização. Em uma representação descritiva é a semelhança com os representados o que qualifica a/o representante, considerando assim o que a/o representante parece ser e não o que realmente faz. Em uma representação simbólica o representante se torna presente por meio de um símbolo, que requer, muitas vezes, a manipulação da mente dos representados.

Entretanto, de acordo com a autora, nenhum desses tipos de representação alcançaria a ideia de agir por outros como verdadeira substância do ato de representar. Somente uma perspectiva substantiva, na visão de Pitkin, permitiria distinguir entre a posição formal e legal de uma/um representante e das/os representados, em termos de suas ações, ao considerar não apenas a identidade do representante, mas também sua consciência sobre as questões que envolvem determinado grupo de pessoas, principalmente as chamadas minorias políticas, que não costumam estar representadas nas instâncias de poder e tomada de decisão.

Sendo assim, no conceito de representação substantiva, não basta supor que a/o agente tenha o direito de agir pelo principal, independente do que ele faz, a/o representante precisa ser responsabilizada/o em nome daquilo que é feito. Uma concepção

substantiva da representação indica o que o representante faz (*acting for*) e o que o representante é (*standing for*). Assim, as/os representantes deveriam ser escolhidas/os por suas ideias e sua capacidade de proposição e articulação política em nome dos seus representados e não apenas por suas características individuais e por seus traços físicos. Desse modo, uma representação democrática teria uma dimensão criativa por parte do representante, sem a necessidade de uma preferência prévia a ser espelhada.

A partir das ideias de Pitkin, Urbinati (2006) propõe que a representação política deve ser um processo circular entre as instituições estatais e as práticas sociais, na qual as/os cidadãs/os poderiam ratificar e recapitular, regularmente, as ações e promessas de candidatas/os e representantes. Portanto, uma teoria democrática da representação deveria incluir a soberania popular que teria um poder negativo de investigar, julgar, influenciar e reprovar legisladores, por meio de meios de participação autorizadas (eleições antecipadas, referendo), ou informais de participação (e movimentos sociais, associações civis, mídias e manifestações).

Em sua visão, os partidos políticos teriam o papel de articular o “interesse universal” a partir de diversos pontos de vistas ao traduzi-los para as várias instâncias particulares em uma linguagem geral. Nesse contexto, a democracia representativa não excluiria a participação política, indo além da representação eleitoral, ao ativar uma variedade de formas de controle e supervisão por parte das/os cidadãs/os. O contrário da representação seria a exclusão, não a participação. De tal modo, a representação veria a eleição como uma expressão do direito de participação, não apenas como um meio de transferência das preferências das/os cidadãs/os para as/os parlamentares eleitas/os.

O modelo de democracia comunicativa de Young (2000, 2006), por outro lado, incluiria discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas no espaço e no tempo. Assim, a representação política deveria ser entendida como relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados no processo de participação. Portanto, o processo representativo seria pior na medida em que a separação tende ao rompimento, e melhor, na medida que se estabelece e renova a conexão entre as/os eleitoras/es e a/o representante.

Para ela, as/os cidadãs/os são representadas/os por meio de seus interesses, opiniões e perspectivas, que são importantes na escolha e formação das decisões políticas. Cada perspectiva social é particular e parcial com relação ao campo social. Logo, uma perspectiva social seria um conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais se iniciam debates, mais do que se resultam conclusões. Uma representação de

grupos por meio de uma comissão ou num órgão legislativo na perspectiva das mulheres, por exemplo, seria mais efetivo. Um comitê pode conter algumas das diferenças de perspectiva que perpassam o grupo, bem como diferenças de experiências, habilidades e critérios individuais, o que pode habilitá-lo a analisar situações sociais a partir da perspectiva de gênero e expressar essa perspectiva para um público mais amplo.

Segundo Phillips (2001), divergências sobre as estratégias e objetivos, juntamente com ressentimento sobre o predomínio organizacional dos grupos dominantes acabaram, muitas vezes, por irromper movimentos políticos baseados em ideias e interesses compartilhados. Assim, as demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais igualitária entre os diferentes grupos étnicos; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados e excluídos, são reflexo da carência da representação política que reivindica uma política de presença.

Neste sentido, seria preciso aprofundar e ampliar a representação substantiva tanto verticalmente, entre a/o parlamentar e o eleitorado, quanto horizontalmente, entre as/os representantes, por meio da experiência compartilhada dos grupos marginalizados. Nesta comunicação horizontal, uma/um representante descritiva/o pode recorrer a elementos de experiências compartilhadas com as/os constituintes para explorar questões não apresentadas, além de falar a partir de sua própria experiência (MANSBRIDGE, 1999).

Embora Pitkin insista em sua crítica sobre a visão descritiva da representação, pois pode ser uma armadilha acreditar que a mera aparência representaria as perspectivas do eleitorado, a dimensão descritiva e simbólica pode exercer influência e ser importante para as mulheres, negras/os e pessoas periféricas/os se sentirem autorizadas/os e capazes de participar da política institucional (KROOK, 2009).

Mansbridge (2003), contribui para o debate entre a representação descritiva e substantiva com uma proposta que vai além da dimensão simbólica ao afirmar que existe mais de uma forma de ser legitimamente representado em uma democracia, pois o critério para definir a representação deve ser plural. Assim, a autora identifica as modalidades de representação promissória, antecipatória, giroscópica e delegada, que são categorias com diferentes estratégias, dinâmicas e objetivos desempenhados por mandatos parlamentares: a) na representação promissória, os representantes costumam agir em direção a promessas realizadas ao seu eleitorado, por meio da prestação de contas; b) na representação antecipatória, os representantes se preocupam com o que o eleitorado provavelmente apoiaria em uma próxima eleição; c) na representação giroscópica, os

representantes enfatizam o processo decisório, seus valores e interesses; e d) na representação delegada os representantes representam seus eleitores para além de suas próprias descrições (MANSBRIDGE, 2003).

Nesse sentido, uma representação delegada indicaria que os representantes devem ir além de suas próprias características ao representar seu eleitorado, indo ao encontro a representação política realizada por mulheres, em especial mulheres negras e subalternizadas, que não representam descritivamente o seu próprio grupo, mas também os demais grupos sub-representados e marginalizados na política, ao representarem uma agenda mais abrangente das lutas sociais.

Por outro lado, a principal questão da política democrática para Mouffe (2003, 2013) seria necessário abordar o sujeito em sua pluralidade dependente de várias posições que são constituídas dentro de diversas formações discursivas, sem a necessidade de uma única identidade essencial. Assim, dentro dos grupos feministas seria errado supor a existência de uma única categoria de mulheres que apenas precisasse ser preenchida com vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para torna-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permitiria que houvesse um espaço disponível para novos significados. Assim, uma coalização aberta afirmaria identidades em processo, que poderiam ser articulados em assembleias, permitindo múltiplas convergências e divergências, sem a necessidade de um elo normativo e definidor (BUTLER, 2018).

A crítica do essencialismo tem sido uma preocupação particular para as feministas (Phillips, 2019), e não apenas porque as generalizações sobre as mulheres são uma parte central do que o feminismo busca contestar, contrapondo a ideia de uma identidade feminina essencial ou uma identidade essencial de minoria. A partir do pensamento feminista negro, a noção de interseccionalidade (Collins, 2019 e 2020) tem tido grande destaque no debate feminista ao reconhecer os posicionamentos em intersecções de gênero, raça e classe (para mencionar apenas três eixos principais das relações de poder) que estruturam as experiências de diferentes formas.

A premissa básica é a de que a interseccionalidade é uma forma de investigação crítica e práxis, sendo uma relacionalidade entre o saber e o fazer, ou seja, ações que estariam interconectadas com as relações de poder, que influenciam a análise e a prática de cada um. Essa relacionalidade seria capaz de fortalecer a construção entre as várias lutas por justiça social ao entender a identidade como categoria política que é construída no interior dos contextos sociais moldados por relações de poder interseccionais.

Neste sentido, as perspectivas interseccionais podem ser entendidas como novas interpretações sobre as experiências políticas das mulheres ao levar em conta a matriz de dominação da organização social, dentro da qual as opressões interseccionais se originam, se desenvolvem e estão inseridas. Há uma ampliação do conceito de injustiça que abrange não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político, fazendo da teoria e da prática feminista multidimensional (Fraser, 2013), onde as lutas contra as injustiças de gênero estão necessariamente ligadas às outras lutas contra a opressão.

Desta forma, a interseccionalidade impulsiona a representação descritiva, substantiva, simbólica e delegada (Campos, 2021) por meio de candidatas e parlamentares mulheres, sobretudo negras, que ocupam, formalmente e simbolicamente, o espaço institucional, exercendo a liderança nas políticas de gênero e raça de forma substantiva ao incorporarem novas demandas e agendas políticas, que enfatizam a heterogeneidade dos grupos e identidades sociais.

Além disso, a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado implica no menor acesso das mulheres ao tempo livre e à renda, influenciando na participação e representação das mulheres na política. Práticas e valores da sociedade patriarcal têm impacto não somente no acesso das mulheres a cargos políticos, mas também em sua atuação legislativa, mesmo após superarem barreiras e conseguirem ser eleitas (PINTO, 2012).

O acesso mercantilizado de serviços domésticos e de cuidado pode não assumir a forma de obstáculo para a atuação política de algumas mulheres aptas a contratar o trabalho doméstico remunerado de outras mulheres (BIROLI, 2018). Assim, estão nas posições mais privilegiadas as mulheres que tem maior presença na política institucional e, portanto, maiores possibilidades de influenciar a agenda pública e a formulação de leis e políticas. As demais mulheres, principalmente mulheres negras e pobres, têm menores possibilidades de ocupar espaços da política institucional, exercer influência no sistema político e ter suas perspectivas representadas.

Portanto, não é possível falar em representação política se não considerarmos as desigualdades materiais entre homens e mulheres advindas da divisão sexual do trabalho. A atuação política no espaço local, comunitário e nos movimentos sociais, em sua maioria é protagonizada por mulheres, que muitas vezes, não é transposta para a representação política eleitoral e para outras formas de exercício direto de influência na política institucional. A representatividade não deve ser apenas uma defesa de interesses, mas um

princípio da qualidade que deve ser praticada com uma agenda fortemente comprometida com a justiça social, além de superar uma política individualista e personalista, pois todas as lutas que são contra a exploração e a opressão são indissociáveis e devem estar conectadas aos projetos políticos das/os parlamentares eleitas/os.

1.2 DIFICULDADES DE ACESSO DAS MULHERES AO PODER LEGISLATIVO

Segundo Araújo (2009), os sistemas eleitorais são considerados fatores relevantes para garantir princípios de representatividade e formas democráticas de expressão da vontade popular sobre a composição dos representantes. Cada sistema eleitoral possui uma determinada característica, derivada de fatores históricos, normativos e contextuais. Os partidos ainda comandam o processo de seleção e recrutamento das/os candidatas/os, que determina o acesso a espaços e recursos, que são fundamentais para aqueles que pretendem disputar eleições e ter sucesso nas urnas. As dinâmicas da prática política foram estruturadas como algo aparentemente neutro, porém, costumam ser definidas pelas práticas masculinas, que são consideradas, muitas vezes, como universais.

A literatura recente ressalta que há um agravamento da crise de representação (MAIR, 2013; PRZEWORSKI, 2020), devido à descrença dos cidadãos sobre a representação política. Entretanto, apesar dos crescentes questionamentos a respeito da representação, os partidos políticos continuam exercendo funções fundamentais para o bom funcionamento dos regimes democráticos, sendo ainda os principais responsáveis pela estruturação e organização da competição política (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1982; PANEBIANCO, 2005), com importante influência no processo de seleção de candidatas/os, que varia conforme o tipo de sistema eleitoral e a estrutura de autoridade partidária, determinada de acordo com o sistema eleitoral adotado por cada país (MAINWARING, 1991; AMES, 1995; 2016).

Em um sistema eleitoral proporcional com lista fechada, os partidos têm pleno controle sobre esse processo, pois além de escolherem as candidatas/os que vão disputar as cadeiras parlamentares por sua legenda, ordena antecipadamente a lista de candidatas/os. Todavia, o sistema eleitoral brasileiro, proporcional com lista aberta, enfraquece o controle dos partidos sobre o comportamento das/os candidatas/os e incentiva a individualização da competição eleitoral em função do personalismo das

campanhas, que costuma ser praticado pela maioria das/os candidatas/os (MAINWARING, 1991; AMES, 1995; 2016).

Segundo Nicolau (2006), as estratégias políticas de campanha adotadas pelas/os dirigentes partidários derivam, em grande parte, dos recursos políticos e do padrão de carreira da/o candidata/o. As/os candidatas/os buscam enfatizar suas virtudes pessoais, ressaltar algum tipo de identidade com as/os eleitoras/es (territorial, profissional, de gênero, religiosa), apresentar uma campanha orientada para políticas públicas (em defesas de temas e grupos sociais específicos). Assim, as/os responsáveis pela organização da lista partidária tenderiam a privilegiar nomes com prestígio junto a setores específicos do eleitorado: líderes sindicais, de corporações profissionais e empresariais; ativistas de movimentos sociais (mulheres, negros, moradores, ambientalistas); líderes religiosos; ou personalidades que tenham se destacado em algum ramo de atividade específico (radialistas, artistas, esportistas, intelectuais).

Existe também a ideia de que os processos seletivos de líderes e candidatas/os partidários se sustentam em padrões meritocráticos, onde a preferência é por aquela/es com maior preparo e conhecimento político. Por isso, a avaliação de conhecimento político é enviesada, já que supõe que os homens conheçam mais sobre questões da política convencional, e as mulheres conheçam mais sobre assuntos relacionados ao dia a dia da vida familiar e comunitária, mas que são muito importantes para a formulação de políticas públicas. Diante disso, a cultura e a prática interna dos partidos e sindicatos, por exemplo, não oferecem incentivos à participação das mulheres (SACCHET, 2009). Assim, o personalismo que costuma, muitas vezes, marcar a atuação de muitos partidos, por conta da prática política individualizada de campanha que, muitas vezes, é mediada pelo clientelismo, tende a ser considerado como um fator negativo para o desempenho eleitoral das mulheres.

Com base na análise das tentativas de resposta dos partidos às demandas feministas, Lovenduski (1996), realizou um levantamento das iniciativas de partidos de diferentes países, identificando três principais tipos de estratégias utilizadas pelos partidos políticos em suas respostas às demandas das mulheres. Posteriormente, Norris (2003) aprimorou essa tipologia, detalhando algumas das características de cada estratégia.

Em linhas gerais, essas estratégias são: a) estratégia da retórica: envolveria assinaturas de acordos internacionais no plano governamental e, entre os partidos, para que as questões das mulheres sejam aceitas em plataformas de campanhas e assumidas

em discursos. b) estratégias de políticas de ações afirmativas (Lovenduski) ou de igualdade de oportunidades (Norris) que visam propiciar às mulheres certas condições para que as candidatas possam desenvolver suas carreiras políticas nas mesmas condições dos homens, com a realização de seminários, treinamentos e metas de inclusão a serem alcançadas pelo partido como, por exemplo, a promoção de treinamentos de técnicas e programas financeiros que auxiliem as mulheres nas campanhas eleitorais; c) estratégias de discriminação positiva que têm o objetivo de beneficiar as mulheres por meio de adoção de sistemas de cotas para as instâncias decisórias e para a representação pública do partido.

Para Álvares (2008), a estrutura do recrutamento de candidaturas demonstra que a escolha de candidatas/os é um importante estágio da disputa eleitoral, apresentando fatores institucionais (elegibilidade), partidários (filiação) e pessoais (motivação); que ocorrem dentro dos partidos, evidenciando a natureza de centralização/descentralização interna desta organização. Existe uma seleção de nomes avaliados pelas lideranças (demanda) e pela a própria candidatura (oferta). Nessa interação entre oferta e demanda de nomes, ocorrem obstáculos à entrada das mulheres na competição por conta da contenção de recursos pessoais, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), além da avaliação do partido às candidatas/os com mais qualificação e força eleitoral.

Esses fatores costumam definir as oportunidades das mulheres pretendentes aos cargos parlamentares contidas nas regras dos sistemas eleitoral e partidário que determinam as barreiras, além de custos e benefícios das candidatas. Portanto, o recrutamento seria influenciado por fatores individuais que têm funções específicas internas nos processos de oferta e de demanda da corrida eleitoral. Nesse contexto, os fatores motivacionais (impulso, ambição e interesse) e o capital político (recursos que trazem para o processo, como tempo, dinheiro, experiência, conexão política) são os principais determinantes na competição eleitoral.

Portanto, o processo de recrutamento considera o contexto social no qual a/o candidata/o está inserida/o, ao condicionar sua ambição política e os recursos disponíveis para a construção de sua carreira, definindo quais são as/os candidatas/os competitivas/os para fazer uma carreira política. Logo, o sistema eleitoral contribui para indicar quais características contarão como atraentes, levando em conta os mandatos eletivos já cumpridos, a visibilidade na comunidade, as posições de liderança em organizações sociais e a ocupação de cargos públicos, que tendem a favorecer mais os homens do que

as mulheres, demonstrando que a desigualdade na participação está presente no primeiro passo do recrutamento de candidatas/os pelos partidos políticos (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Além disso, as/os candidatas/os podem arrecadar, gastar e prestar contas diretamente à Justiça Eleitoral, sem necessidade da avaliação de gastos pelo partido. O tipo de campanha que uma/um candidata/o faz depende, em grande parte, do seu perfil político e dos recursos de que dispõe. Praticamente todas/os as/os candidatas/os organizam atividades que permitem um contato direto com as/os eleitoras/es em lugares públicos (comícios, panfletagens, visitas a áreas de concentração popular) ou em eventos privados (visitas ou reuniões com pequenos grupos).

Para Sacchet e Speck (2012), o financiamento de campanhas é tema central para entender o desempenho das/os candidatas/os nas eleições brasileiras. A legislação prevê cotas de 30% de gênero nas candidaturas, porém não há reserva de cadeiras do parlamento, e muitas vezes, nem ao menos essa reserva de cotas para as candidaturas foi respeitada pelos partidos. Além disso, os partidos discriminam as mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário, contribuindo, portanto, para acentuar as desvantagens de doação de financiamento que elas têm em relação aos homens a partir de outras fontes, como se fosse um subfinanciamento das campanhas das mulheres em relação às campanhas dos homens. Tendo isso em vista, para compreendermos as dificuldades de acesso das mulheres no poder legislativo é preciso verificar o perfil socioeconômico das/os aspirantes a cargos políticos e como isso afetaria as mulheres em termos objetivos, subjetivos e socioeconômicos, que operam para obstaculizar ou estimular o acesso das mulheres às esferas decisórias (ARAÚJO, 2001).

Nesse sentido, as candidatas casadas são maioria nos cargos disputados pela eleição majoritária, cargos que priorizam mais a imagem da candidata, na interação entre candidatas/os e eleitoras/es e na apresentação de sua trajetória, perfil e propostas, sendo mais claros e visíveis do que as/os candidatas/os a cargos proporcionais, que costumam ter índices de escolaridade mais altos, e ser em sua maioria solteiras o que também é retratado nos cargos que exigem concurso público (BRAGA; DALCIN; BONI, 2021).

Segundo Belizario (2021), em relação as mulheres negras, a grande parte das candidatas adentram as campanhas eleitorais com poucos recursos, e poucas chances de vitória. As mulheres negras que conseguem ser eleitas ou obtém um bom desempenho eleitoral na disputa a cargos políticos pertencem às classes mais altas da sociedade, e possuem ensino superior completo. A preferência do eleitorado das candidatas negras

costuma estar de acordo com a inclusão em partidos competitivos, por isso, as candidatas negras conseguem uma boa votação eleitoral são as que conquistam uma parcela do eleitorado por receberam mais recursos dos partidos em função de sua notoriedade ou trajetória, porém muitas não conseguem vencer a disputa intrapartidária, ou não são eleitas porque o partido não obteve votação mínima para atingir o quociente eleitoral necessário.

Assim, a concentração de votos é outro fator relevante por revelar que as mulheres, principalmente as não brancas, que entram e se elegem o fazem em posições de relativa força, e não em posições mais frágeis. A maior parte das mulheres, até porque necessita ter uma força razoável para concorrer, tende a se eleger com seus próprios votos. Assim, se as mulheres tiverem capitais construídos que lhes permitam ingressar no grupo dos prioritários, elas terão boas chances de serem eleitas.

Neste sentido, o grau e o tipo de organização interna de cada partido são vistos como fundamentais para facilitar a inserção das mulheres e criar condições de competição. O nível de institucionalização organizacional do partido e seu ambiente interno afetam a inserção das mulheres e de outros setores que costumam não compor os núcleos decisórios. Sendo assim, partidos pequenos e/ou centralizados costumam depositar seus esforços nas poucas/os candidatas/o com maiores chances de sucesso, enquanto, as candidatas de partidos com a organização interna pouco centralizada dependem mais dos capitais políticos pessoais.

Por outro lado, em alguns partidos do espectro da esquerda, como o caso do PT, faz parte de sua organização a existência de correntes e tendências internas². O partido se formou com correntes internas de vários tipos, mais ou menos organizadas pois várias organizações de esquerda que já existiam somaram-se à sua construção (MACHADO, 1990). Ainda hoje, faz parte da organização interna do partido o direito à constituição de tendências internas, garantindo a pluralidade política e ideológica partidária. Sendo assim, as tendências são consideradas como agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas. Todavia, todas as tendências precisam respeitar as resoluções do partido, prezando pela unidade partidária³. Da mesma forma, o PSOL, que surgiu como uma dissidência do próprio PT,

² Seguindo a proposta de Ribeiro (2008), usa-se o termo tendência interna em sentido amplo, é dizer, como se referindo a unidades encontradas logo abaixo do partido, ou “grupos que se organizam no interior de um partido a fim de impor sua própria linha política e/ou de conquistar a maior quantidade possível de cargos (internos e externos) para os próprios membros.

³ Informações retirados do Site oficial do PT, em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/>. Jan.2022

possui agrupamentos com funcionamento e organização próprios, por meio de um modelo que pressupõe que as tendências e correntes internas possam defender seus posicionamentos e ações independentes.

A quantidade de partidos na disputa também impacta as estratégias das candidaturas, visto que os partidos constroem suas estratégias para o Legislativo pensando também em seus interesses para o Executivo. Por densidade da disputa entende-se a relação entre o universo de candidaturas e o de vagas em disputa. Assim, quanto maior o número de candidata/os por vaga, mais densa é a disputa. As situações com menor densidade da disputa implicam resultados mais favoráveis às mulheres e quando a densidade é mais elevada costuma ser mais difícil (Araújo, 2009), uma vez que onde há maior densidade, ou seja, mais competidores por vaga, a necessidade de mobilizar ou deter recursos (não apenas financeiros) tende a ser maior.

Assim sendo, a socialização diferenciada de homens e mulheres, bem como as funções sociais desempenhadas por ambos, impactam apenas suas predisposições para se envolverem com a política (MATLAND, 1998), sendo importante que sejam consideradas as implicações dessas tendências associativas por gênero, para analisar o acesso e a influência das mulheres em processos de tomada de decisão política, pensando em alcançar uma igualdade política, fundamental para a democracia. Dessa forma, em relação a representação política, alguns grupos têm mais vantagens do que outros na obtenção de certos tipos de capital que são capazes de influenciar positivamente a disputa eleitoral, como veremos a seguir.

1.3 CAPITAL FAMILIAR, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO

De acordo com a literatura, os diferentes tipos de capital - familiar, econômico, social e político - são importantes ferramentas para alcançar o sucesso eleitoral. Para Bourdieu (2011), no campo político existem lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de capitais e poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido. Dessa forma, capital político poderia ser definido como uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. Assim, o capital de um agente político dependeria primeiramente do peso político de seu partido e do peso que cada candidato possui dentro da organização partidária.

Do mesmo modo, o capital político pode ser considerado uma espécie de capital simbólico, devido ao reconhecimento de legitimidade de um indivíduo para agir na política, baseando-se no capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (quando o parlamentar detém propriedade ou possui vinculação íntima com grupo econômico importante). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos as/os eleitoras/es comuns, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais (MIGUEL, 2003).

O capital familiar é um tipo de capital político, e que opera pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando as redes de compromissos e lealdade e para a formação de clãs políticos. Além disso, a vinculação a uma família política tende a vir associada ao capital econômico e ao capital midiático. Portanto, a presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição da candidatura, pois o capital político transferido de familiares, que pertencem ao campo político, pode alavancar candidaturas de mulheres. Como para os homens outras formas de entrada são mais acessíveis, o peso do capital familiar não é tão importante. O recrutamento familiar de lideranças políticas representa um contingente expressivo para os candidatas/os a cargos políticos, que costumam se apoiar exclusivamente nas redes geradas pelas relações de parentesco combinando, em diferentes graus, com a militância em movimentos sociais ou a visibilidade midiática, o que faz com que o peso do capital familiar seja diferente, de acordo com a trajetória de cada um (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015).

Além do capital político, Bourdieu (1986) também considera que o capital social é distribuído de forma desigual entre pessoas que têm diferentes recursos socioeconômicos e culturais. O acesso aos recursos do capital social e a sua natureza seriam estruturalmente influenciados pela posição social dos indivíduos, assim como grupos em posições de poder podem fazer uso do seu capital social para excluirmos outros grupos. Ou seja, o capital social pode ser um recurso também utilizado para a exclusão.

Por outro lado, para Rennó (2001), a ideia de capital social, definido como as “características de uma organização social tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece insights valiosos sobre o papel da confiança interpessoal (Putnam, 2006). Na concepção de Putnam, a confiança é

um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões.

Nesse sentido, a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos. De acordo com Lüchmann (2014), para esta perspectiva, ao ocupar “uma posição central no conceito de capital social, as associações constituem recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação de atitudes e práticas de base cooperativa” (p. 164)

Deste modo, a sociedade civil e os movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas concepções teóricas que relacionam o associativismo com a ideia de capital social enquanto recurso importante na dinâmica política. Além disso as associações formam a base dos principais conceitos que sustentam perspectivas alternativas ou renovadoras da democracia, seja por desempenharem funções de cooperação com os governos, por ampliarem espaços de representação política e/ou contestarem padrões culturais e institucionais (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012).

Assim, são sistematizados três efeitos que advém de práticas associativas, como sentimento de eficácia política, provisão de informações mais qualificadas, de habilidades políticas de pertencimento coletivo, de socialização, de desenvolvimento de virtudes cívicas, de formação de lideranças políticas; efeitos na esfera pública, criando espaços de debates, expondo relações de desigualdades e de injustiças sociais e representando diferenças; e efeitos institucionais, seja criando instituições participativas, subsidiando políticas públicas e/ou ampliando as bases de representação política (LUCHMANN, 2014).

Portanto, as associações podem ser consideradas um meio de potencializar o desenvolvimento de habilidades políticas com avaliação de estratégias, enfrentamentos de conflitos, articulações e negociações com diferentes atores político-institucionais, inserindo grupos e indivíduos em redes mais densas de articulação que ampliam a possibilidade de apoios e de reconhecimento social, bem como, importantes recursos nos processos eleitorais.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As críticas feministas à democracia representativa enfatizaram a importância da inclusão dos grupos sub-representados na política institucional para o fortalecimento das democracias contemporâneas. Como apenas a conquista do direito das mulheres se candidatarem a cargos políticos não fez com que aumentassem os números de mulheres nesses espaços em muitos países, seria necessário pensar em políticas que aumentassem efetivamente a participação e representação política das mulheres. Além disso, torna-se importante realizar uma análise interseccional da desigualdade de gênero na representação política, para compreendermos, de forma mais ampla, os desafios para inclusão das mulheres e grupos minoritários na política institucional.

Assim, devemos levar em conta a estrutura do sistema político em cada país. No Brasil, nem mesmo a implementação das cotas de gênero, que determina que apenas 30% da quantidade de candidaturas em cada partido deve ser preenchida por outro gênero, não sendo obrigatório um número mínimo de mulheres eleitas no legislativo, não foi suficiente para um aumento da representação política das mulheres, devido também a não cumprimento desta cota por muitos partidos. Além disso, ao considerarmos o sistema eleitoral e partidário brasileiro de representação proporcional com lista aberta, que poderia beneficiar as mulheres mais que um sistema misto ou majoritário, vemos que o mesmo leva à maior concorrência partidária, estimulando o caráter individualista das campanhas eleitorais que prejudicam as candidatas mulheres dentro dos seus partidos políticos, que assim, precisam ampliar os capitais pessoais para garantir o sucesso nas urnas.

Além disso, o PSOL e o PT que possuem uma estrutura e organização partidária constituída de tendências e correntes internas, foram, respectivamente, os dois partidos que mais lançaram candidaturas coletivas na eleição de 2020 no Brasil, sendo os únicos partidos que lançaram candidaturas coletivas em Curitiba e Florianópolis. Estes dois partidos, que são do espectro da esquerda, são os que mais abrem espaço para o surgimento das candidaturas coletivas, por meio de campanha compartilhadas. A autonomia das correntes e tendências internas podem ter contribuído para este cenário, por possuírem certa independência dentro dos partidos, cada uma com suas próprias setoriais e agendas. Dessa forma, quando uma tendência lança uma candidatura coletiva também lança seu próprio projeto político, fortalecendo sua tendência dentro do partido.

Além do mais, os capitais - político, econômico, familiar, social e associativo - são fatores determinantes para o desempenho eleitoral para as/os candidatas/os, em um sistema de campanha personalista e individualista, questão que busca ser resolvida por meio da estratégia política das candidaturas coletivas de mulheres, como veremos no próximo capítulo, que contém a análise de relatos das co-candidatas dessas candidaturas sobre a formação da chapa e a experiência de campanha, nas três capitais da Região Sul do Brasil, na eleição municipal de 2020.

CAPÍTULO 2: CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES

2.1 CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL

Entre 1994 e 2019 foram mapeadas 133 candidaturas coletivas ou compartilhadas no Brasil, das quais 30 obtiveram sucesso eleitoral, transformando-se em mandatos coletivos ou compartilhados (ALMEIDA; LUCHMANN, 2021). Na eleição de 2016, foi eleito o *Mandato Coletivo* no município de Alto Paraíso de Goiás, que ganhou grande destaque no cenário político. Em 2018, a *Mandata Ativista* foi eleita na Assembleia Legislativa de São Paulo, as *Juntas* na Assembleia Legislativa de Pernambuco, além de Belo Horizonte com o mandato coletivo do *Gabinetona*, que surgiu de uma campanha realizada por integrantes da movimentação *Muitas*, elegendo duas vereadoras em 2016, que fizeram uma campanha compartilhada. Estas últimas três experiências de mandatos coletivos foram as primeiras experiências de mandatos formadas apenas por mulheres, em sua maioria mulheres negras.

Os mandatos compartilhados e mandatos coletivos surgiram como iniciativas em que um mandato político parlamentar é dividido entre um grupo de pessoas, onde as decisões da/o porta-voz eleita/o necessariamente são compartilhadas. No mandato compartilhado a/o parlamentar sacrifica voluntariamente sua autonomia para dar voz a outras/os cidadãs/os, que se tornam co-parlamentares juntamente com a/o parlamentar eleita/o, com poder de influenciar as tomadas de decisão e dar opiniões e sugestões sobre as diversas atividades parlamentares (SECCHI; CAVALHEIRO, 2019).

O mandato coletivo, por sua vez, tem uma atuação política que difere dos mandatos compartilhados em diversos aspectos. Esse modelo é composto por um número reduzido de pessoas, com forte alinhamento ideológico entre seus integrantes, que deliberam conjuntamente. Esse tipo de iniciativa surge de um grupo que decide coletivamente concorrer a uma eleição para exercer, casos eleitas/os, um mandato coletivo. A vinculação jurídica e a filiação política ficam a cargo da/o candidata/o, mas a campanha é realizada a partir da ação conjunta do grupo de pessoas que pretende exercer conjuntamente o cargo legislativo. Em caso de sucesso eleitoral e manutenção da promessa de compartilhamento, uma candidatura coletiva torna-se um mandato coletivo quando a/o porta-voz toma posse formalmente como parlamentar (SECCHI; LEAL et al, 2020).

Em 2016, a *Gabinetona* foi eleita a partir do movimento denominado *Muitas*, que foi criado em 2015 por integrantes de movimentos, organizações, coletivos e ativistas independentes com a proposta de ocupar as eleições com cidadania e ousadia para fazer uma política de uma forma diferente. Em 2016, as *Muitas* apresentaram 12 candidaturas à Câmara Municipal de Belo Horizonte com a campanha coletiva sob o lema "votou em uma, votou em todas". Mesmo com poucos recursos financeiros e muito trabalho voluntário, o movimento de mulheres *Muitas* conquistou votação expressiva em todas as regiões da cidade⁴.

Duas candidatas foram eleitas, Áurea Carolina e Cida Falabella, sendo que a primeira foi a vereadora mais votada da história das eleições em BH. Diante disso, tem início o mandato coletivo de partido, pelo PSOL, entre as duas vereadoras, uma experiência política que ganha nome de *Gabinetona*. Bella Gonçalves, a terceira mais bem votada, também passa a integrar o projeto por meio da prática da chamada co-verança. Em 2018, a experiência da *Gabinetona* é ampliada para as três esferas do Legislativo. Novamente em uma campanha coletiva, as *Muitas* apresentam sete candidaturas à Assembleia de Minas e cinco à Câmara dos Deputados. Áurea Carolina é eleita deputada federal e Andréia de Jesus deputada estadual. Bella Gonçalves assume como vereadora ao lado de Cida Falabella na Câmara Municipal de BH, transformando a dinâmica do mandato coletivo.

Nas eleições de 2018, as *Juntas Codeputadas*, composta por 5 mulheres, foram eleitas pelo PSOL com 39.175 votos, sendo representada por Jô Cavalcanti na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O grupo em campanha prometeu dividir todas as responsabilidades e decisões do mandato de maneira igual. Cada uma das outras quatro integrantes foi designada em um cargo de assessoria no gabinete e todas dividem a soma dos salários igualmente. Além de Jô Cavalcanti, compõe o mandato a jornalista Carol Vergolino, a estudante de letras Joelma Carla, a professora Kátia Cunha e a advogada transexual Robeyoncé Lima. Em São Paulo, a *Bancada Ativista-PSOL* lançou uma candidatura em 2018, que hoje é chamada de *Mandata Ativista*, com a candidatura coletiva de nove ativistas de pautas, territórios e partidos distintos, unidos em apenas um número na urna, com a proposta de formar o primeiro mandato coletivo do estado de São Paulo. A eleição foi vitoriosa, alcançando 149.844 votos e sendo a décima mais votada do estado (SECCHI e CAVALHEIRO et al; 2019).

⁴ Informações obtidas em: <https://gabinetona.org/site/>. Acesso out. 2021

2.2 Candidaturas coletivas na eleição municipal de 2020

A partir da compilação das informações apresentadas por Secchi *et al.* (2020) e INESC (2020), e da busca própria na Internet e plataformas de mídias sociais de novos mandatos, o estudo de Almeida e Lüchmann (2021) apontou que, das 311 candidaturas coletivas mapeadas, 30 foram eleitas, o que representa um relativo sucesso eleitoral (quase 10%), próximo à taxa de sucesso eleitoral de todas as candidaturas a vereadores no país (11,2%). Entre as demais candidaturas coletivas que não obtiveram êxito, 133 ficaram na posição de suplentes (42,8%).

De acordo com as autoras, a maioria das candidaturas coletivas foi composta por 2 a 4 co-vereadores (61.6%), sendo poucos os casos com mais de 10 co-vereadores (3.7%)⁵. O perfil das candidaturas coletivas ao legislativo contou com 146 mulheres (47%), alcançando a paridade de gênero, se compararmos com todas as candidaturas 2020, onde 34,6% eram mulheres e 65,4% de homens.

O estudo também mostra que o PSOL liderou a corrida de candidaturas coletivas a vereadores no país, com 115 candidaturas (37%), seguido pelo PT com 65 (20.9%), e pelo PCdoB, com 31 (10%). Apesar do maior número de candidaturas coletivas do PSOL, o partido elegeu dez vereadores o mesmo número que o PT. O PCdoB elegeu dois mandatos coletivos, e oito partidos, de centro à direita⁶, apresentaram uma média de uma candidatura coletiva eleita. Partidos de centro, centro-direita e direita (Scheeffer, 2018)⁷ representam, no conjunto, 18.3% das candidaturas. Também é importante ressaltar que 10 partidos⁸ não registraram nenhuma candidatura coletiva que pudesse ter sido identificada no banco de dados do TSE, em sua maioria partidos de direita.

Além disso, o perfil das/os eleitas/os pelas candidaturas coletivas é mais plural, mesmo considerando apenas o perfil da/o porta-voz. Em relação ao perfil de todas/os

⁵ Importante destacar que, se em 13 casos não foi possível encontrar o número de co-vereadores, essas candidaturas indicavam a proposta de mandatos compartilhados após as eleições, incluindo a preocupação com a inclusão de diferentes perspectivas ao longo do mandato.

⁶ Os partidos foram: Rede, PV, PSDB, PP, Podemos e Cidadania.

⁷ A esquerda é composta por PCO, PSTU, PSOL, PCB, UP; a Centro-esquerda por PCdoB, PT, PSB, PDT, PROS, PV; o Centro por AVANTE, PSDB, MDB, Cidadania, REDE, PMN, PTB, SD, PMB; a Centro-direita: PTC, PODEMOS, Republicanos, PSC, PRTB, DC, PL, Patriota, PSD, e a Direita: PP, DEM, PSL, NOVO. SCHEEFFER, F. Esquerda e direita hoje: uma análise das votações na Câmara dos Deputados. Curitiba: *Appris*, 2018

⁸ São eles: DC, NOVO, PCO, PMB, PRTB, PSC, PSTU, PTB, PTC, REPUBLICANOS.

vereadoras/es eleitas/os em 2020, apenas 16% das vagas foram preenchidas por mulheres, enquanto 84% ficaram com os homens. Das eleitas por mandados coletivos, em 18 casos (60%) as porta-vozes são mulheres, e 12 são homens (40%). Em relação as candidatas eleitas, a maioria das mulheres eleitas é branca (53,2%), seguida pelas mulheres pardas (39,1%) e, com percentual bem menor, de mulheres pretas (6,0%) – a exceção é o PSOL, que elegeu 31.4% de mulheres pretas.

Apesar da maior pluralidade em relação a composição de gênero e raça, as candidaturas coletivas se concentraram na Região Sudeste (52.4%) Nas outras regiões, o percentual das candidaturas coletivas se aproxima das eleições gerais no Nordeste (23.5%) e no Sul (15.1%) sendo um menor número de candidaturas coletivas, na região Norte (5.5%) e no Centro-Oeste (3.5%). O estado de São Paulo foi em disparado o estado com o maior número de candidaturas coletivas na eleição de 2020, registrando 132 candidaturas, que representa 42.3% do total das candidaturas coletivas (ALMEIDA; LUCHMANN, 2021).

Na eleição de 2018, a presença de mulheres passou de 10% para 15% na Câmara dos Deputados, o que parece ser resultado em parte da mudança na lei de financiamento para essas candidaturas⁹. Em 2020, começou-se a exigir cota de financiamento para candidaturas não brancas¹⁰. Essa mudança parece não ter afetado o perfil das chamadas candidaturas competitivas, que representam apenas entre 20% a 30% de todas/os as/os candidatas/os apresentados nos pleitos para o legislativo municipal e federal, que tendem a privilegiar candidaturas brancas sobre as não brancas no acesso aos recursos. Vários fatores explicam essas dificuldades na representação, os quais podem ser definidos por causas internas e externas ao sistema eleitoral (CAMPOS; MACHADO, 2020).

Convém destacar que, diante desse problema da exclusão de mulheres na representação política, nos últimos anos houve várias iniciativas de movimentos voltados para o apoio às candidaturas de Mulheres como: “Vote Nelas¹¹”; “Campanha de

⁹ Em 2018, o Supremo Tribunal determinou que os partidos destinassem o percentual mínimo de 30% dos recursos do fundo partidário a candidaturas de mulheres.

¹⁰ Em setembro de 2019, o Plenário do TSE estabeleceu que a distribuição do Fundo Eleitoral deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral.

¹¹ Um coletivo suprapartidário, independente, composto por mulheres, que tem como gerar conteúdo/estudos sobre a representatividade feminina.

Mulher¹²”; “Meu Voto Será Feminista¹³”. Em uma tentativa de mudar o cenário da baixa representatividade feminina, essas iniciativas que têm surgido por todo país estão focadas em estimular o voto em mulheres, dando visibilidade às candidaturas femininas e trazendo o gênero para o centro das discussões sobre a corrida eleitoral.

Segundo Matos e Simões (2018), a quarta onda do feminismo tem a interseccionalidade como um de seus destaques na compreensão dos sujeitos e dos repertórios discursivos, e na criação de novos mecanismos, como a criação de novos espaços e repertórios de ação, como, por exemplo, o surgimento de estratégias de resistência por meio do que tem sido chamado de “ocupação da política”, em que um número crescente de mulheres negras tem optado por concorrer à vagas no Legislativo. Um elemento de destaque, neste processo, foi o assassinato da vereadora Marielle Franco¹⁴, trazendo maior visibilidade às reivindicações de feministas negras por uma maior participação na política institucional, utilizando como principal expressão “eu sou porque nós somos” transformando assim, Marielle Franco em símbolo de luta (RODRIGUES; FREITAS, 2021).

Desse modo, se analisarmos o fenômeno das candidaturas coletivas enquanto estratégia política para uma maior inclusão política das mulheres, já que houve várias candidaturas compostas apenas por mulheres, vemos que além de trazer um projeto político, elas vêm lutando por mais representatividade eleitoral. Nas campanhas municipais para vereança na eleição de 2020 em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, por exemplo, encontramos alguns casos de candidaturas coletivas de mulheres. Assim, as próximas seções do capítulo apresentam o relato da experiência de campanha de seis candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul.

¹² A Campanha de Mulher é uma iniciativa lançada pela Mídia NINJA em parceria com uma grande floresta ativista, que envolve pessoas, redes, coletivos e movimentos ligados aos direitos humanos, cultura, comunicação, educação e meio ambiente comprometidas com as lutas democráticas pelo fim das desigualdades. Disponível em: <https://campanhademulher.org/>. Acesso out. 2021

¹³ Em 2018, o projeto Meu Voto Será Feminista, criado em Recife (PE), com objetivo de aumentar a visibilidade de candidaturas feministas e incentivar eleitores a votarem em mulheres.

¹⁴ “Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Fraco, foi uma vereadora do Rio de Janeiro assassinada aos 38 anos de idade em uma emboscada no centro da capital fluminense no dia 14 de março de 2018. Socióloga e ativista dos direitos humanos, foi presidente da comissão da Mulher na Câmara do Rio e integrava a comissão que investigava abusos das Forças Armadas e da polícia durante a intervenção federal na área da Segurança Pública do Estado.” Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco> acesso out.2021

2.3 CURITIBA: CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES NA ELEIÇÃO DE 2020

Nos 327 anos de história da Câmara Municipal de Curitiba foram eleitas 24 mulheres até o ano de 2020¹⁵. Em 2020, houve 1.166 mil candidaturas aptas para o cargo de vereador na Cidade de Curitiba¹⁶ disputando as 38 cadeiras disponíveis, sendo eleitas 8 mulheres, são elas: Indiara Barbosa-Novo com 12.147 votos, que foi a vereadora mais votada da capital paranaense. Carol Dartora-PT que fez 8.874 votos, sendo a primeira vereadora negra da história de Curitiba; a professora Josete-PT com 5.856 votos; Flavia Francischini-PSL com 4.540 votos; Noemia Rocha-MDB que alcançou 4.439 votos; Sargento Tania Guerreiro-PSL com 4.422 votos; Maria Leticia-PV que obteve 4.019 votos e Amália Tortato-Novo com 3.092 votos.

Em relação às candidaturas coletivas, além das duas candidaturas compostas por mulheres: *Mandata coletivas das Pretas-PT* (Giorgia Prates e Andreia de Lima), e a Candidatura *Somos Juntas-PSOL* (Ângela Machado, Giovanna Silveira, Leticia Faria), houve mais três candidaturas coletivas, *Mandato Coletivo Ekoa-PSOL* (Tiago Bagatin, Alessandra Zili, Mariana Kauchakje, Setembrino Rodrigues, Marcelle Valentim, Fabricio Carvalho e Rosilei Pivovar), *E se Curitiba fosse nossa?-PSOL* (Mariana Souza, Bruno Nascimento e Hermes Nichele) e *Mandato Ecosocialista-PSOL* (Claudino Dias, Jessica Flores, Luana Pereira, Luciano e Maria Elisa), todas lançadas pelo PSOL, totalizando quatro candidaturas coletivas lançadas pelo partido em 2020.

Tabela 2: Candidaturas coletivas em Curitiba na eleição de 2020

Candidaturas coletivas	Representante	Composição	Partido	Votos	Eleitas
<i>Mandata coletiva das pretas</i>	Giorgia Prates	2	PT	3.582	Não
<i>Somos Juntas</i>	Ângela Machado	3	PSOL	3.035	Não
<i>Mandato Coletivo Ekoa</i>	Tiago Bagatin	7	PSOL	2.303	Não
<i>E se Curitiba fosse nossa? -</i>	Mariana Souza	3	PSOL	711	Não
<i>Mandato Ecosocialista</i>	Claudino Dias	5	PSOL	302	Não

Fonte: Elaboração própria com dados TSE e da pesquisa (2021)

¹⁵ Informações retiradas do Site da Câmara de vereadores de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/nossamemoria/galeriadevereadorasdecureitiba>. Acesso ago. 2021

¹⁶ Estatísticas disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.

As cinco chapas inscritas fizeram 9 mil votos, sem conquistar uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba (CMC). A *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, foi a mais bem-sucedida entre as candidaturas coletivas, com 3,5 mil votos. Foi a sexta candidatura 2mais votada do partido, ficando na lista de suplência, atrás apenas dos candidatos Ana Júlia e Ângelo Vanhoni, além dos três vereadores eleitos pelo partido. Depois aparecem as quatro chapas coletivas do Partido Socialismo e Liberdade (*PSOL*), com os 3 mil votos da *Somos Juntas*, o *Mandato Coletivo Ekoa-PSOL*, com 2,3 mil, a candidatura coletiva *E Se Curitiba Fosse Nossa-PSOL* com 711 votos e *Mandato Ecosocialista-PSOL*, que obteve 302 votos¹⁷.

Das cinco candidaturas coletivas lançadas em Curitiba em 2020, três candidaturas eram candidaturas coletivas mistas, formadas por homens e mulheres, mas tendo nos três casos um homem como porta-voz. As outras duas candidaturas eram formadas por mulheres, quais sejam: *Mandata Coletiva das Pretas-PT* e a *Somos Juntas – PSOL*.

2.3.1 Mandata Coletiva das Pretas – PT

A candidatura coletiva intitulada *Mandata Coletiva das Pretas* foi composta por Giorgia Prates, porta-voz da candidatura, que é fotógrafa, fotojornalista e midiativista, com atuação em denúncias às violações aos direitos humanos, e Andreia de Lima que é cabeleireira, diarista e conselheira da Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Pública do estado do Paraná, promotora Legal Popular, além de ter sido idealizadora e ex-presidente da ONG Usina de Ideia.

Tabela 3: Perfil socioeconômico da *Mandata das Pretas-PT*

Co-candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Giorgia Prates</i>	Casada	Superior incompleto	Preta	Fotógrafa
<i>Andreia Lima</i>	Casada	Superior incompleto	Preta	Diarista

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

¹⁷Relação das candidaturas coletivas em Curitiba. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/eleicoes-2020-candidaturas-coletivas-nao-elegem-vereadores-em-curitiba>> Acesso. Out.2021

A ideia de lançar a candidatura coletiva da *Mandata Coletiva das Pretas* surgiu após uma conversa entre Mônica Benício¹⁸, Giorgia Prates e Andreia de Lima. Ao ouvirem de Mônica a frase: "Com vocês juntas, é mais difícil derrubar", e se inspirando na frase de Marielle Franco: "Se a gente, mulher preta e favelada, não disputar os espaços de poder, vamos continuar morrendo". Tanto Giorgia quanto Andreia já estavam pensando em serem candidatas a vereança de Curitiba, justamente porque muitas pessoas da comunidade, onde elas residem, pediam para elas "ocuparem" espaços de poder. Andreia e Giorgia, como mulheres negras e periféricas; e Giorgia como mulher lésbica.

Segundo a co-candidata Giorgia Prates (julho, 2021), ela e a Andreia deram muita importância para a pluralidade das pautas, por ambas serem da periferia, onde existem muitas pautas prioritárias por conta da escassez dos serviços, a exemplo da segurança, saúde, educação etc., e com destaque a questão da raça, classe e gênero. Portanto, as propostas foram elaboradas em diálogo com a comunidade.

O lema da campanha foi: *a favela é coletividade assim como a Mandata, pois se uma mulher da comunidade já transforma a comunidade inteira, imagine duas em um local de poder*. Pensando no histórico político de Curitiba, com 327 anos sem nunca ter tido uma vereadora negra eleita, a *Mandata Coletiva das pretas* prometia uma política antirracista e feminista para promover o fortalecimento e reconhecimento das vozes que estavam silenciadas há 327 anos¹⁹.

A proposta da campanha o funcionamento do gabinete eleitoral seria da seguinte forma: uma pessoa representante de cada pauta seria responsável por fiscalizar, denunciar e propor possíveis soluções para os problemas enfrentados por nossa cidade. A proposta do trabalho do gabinete da *Mandata Coletiva das Pretas* pretendia elaborar projetos, com fundamentos teóricos e com pesquisas quantitativas e qualitativas, para então submeter à votação na Câmara Municipal de Curitiba. Para isso, a *Mandata Coletiva das Pretas* teria o compromisso em diversificar talentos e cores, sem burocratizar a participação popular.

¹⁸ Monica Benicio, 35 anos, é militante de direitos humanos e ativista LGBTI+. Arquiteta urbanista formada pela PUC-Rio, onde também se tornou mestra em Arquitetura, na área de "Violência e Direito à Cidade". Nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Eleita vereadora com 22.919 votos, tem pautado sua atuação na promoção e defesa dos direitos das mulheres e no debate urbanístico com foco na inclusão social. Desde a execução de sua companheira, Marielle Franco, em 14 de março de 2018, vem se dedicando incansavelmente na luta por justiça para este crime bárbaro, se tornando referência internacional na defesa dos direitos humanos." Disponível em: <http://www2.camara.rj.gov.br/vereadores/monica-benicio> acesso out.2021

¹⁹ Informações obtidas em > <https://www.facebook.com/coletivadaspretas>. Acesso ago. 2021

Durante a campanha eleitoral, a candidatura teve o apoio da *Tenda das Candidatas*²⁰, um grupo de mulheres do Rio de Janeiro que ajudou algumas candidaturas de mulheres, fornecendo suporte na comunicação e em outros aspectos, que não ocorreram por meio do partido. Segundo a co-candidata Giorgia Prates, a *Mandata Coletiva das Pretas* recebeu tardiamente, do partido, o valor da cota racial, por isso acredita que o setorial racial do partido precisaria ser reformulado, pois deu a entender que o partido não acreditou no potencial da candidatura coletiva, que ainda, era composta por duas mulheres negras.

No início, nós não tínhamos nenhum recurso e contamos muito com a colaboração voluntária das pessoas. Nós já tínhamos em mente que não teríamos um grande orçamento para a campanha. Mas depois conseguimos recursos do fundo partidário e por conta da cota de negros e negras e teve de pessoas LGBTQIA+, porém os recursos do partido só foram repassados na última semana de campanha. Assim, conseguimos fazer a campanha por conta das pessoas que acreditaram na nossa candidatura e trabalharam voluntariamente na campanha. Principalmente, em relação ao design e a comunicação. Mas, a demora do repasse do partido impactou na confecção e impressão de materiais. Quando saiu a verba de campanha conseguimos fazer mais algumas coisas e pagar algumas pessoas da periferia que estavam ajudando voluntariamente. Então eu acho que a gente teria um número muito mais expressivo de votos se a gente tivesse tido a verba desde o início da campanha. Tivemos algumas doações e fizemos também uma vaquinha, mas não deu muito. (GIORGIA PRATES, julho 2021)

Segundo a co-candidata Giorgia Prates (julho, 2021), embora tenha tido seus desafios e dificuldades, durante a campanha, principalmente para lidar com as diferenças, todas questões foram resolvidas em intensos debates e diálogos. Além disso, quando se lançou como candidata ela já imaginava que teria uma votação expressiva, por conta da atuação como fotojornalista em muitos protestos e ocupações. Foi por meio de seu trabalho como fotógrafa, ao observar diversas situações difíceis nestes espaços, que ela percebeu a necessidade de ter pessoas oriundas da periferia, que participam de manifestações e movimentos sociais, também “ocupando” o poder legislativo.

²⁰ “A Tenda das Candidatas é um projeto sem fins lucrativos de capacitação e impulsionamento de mulheres, com foco no combate à desigualdade de raça e gênero na política. Sua principal motivação é democratizar o acesso à formação política e a ferramentas de campanha geralmente restritas a candidaturas consolidadas financeiramente. Teve sua primeira temporada no período que antecedeu as eleições municipais de 2020, prestando atendimento aprofundado para 10 candidatas selecionadas dentre 200 inscritas. Duas foram eleitas - ambas negras, sendo uma delas quilombola - e 4 conquistaram vagas de suplência. Além do acompanhamento a essas candidaturas, A Tenda também ofereceu uma extensa programação de aulas abertas de formação política com pesquisadoras convidadas e transmissão ao vivo pelo Youtube.” Disponível em: <https://inscricoes.brasildesignaward.com.br/voto-popular/design-de-impacto-positivo/849>. Acesso nov.2021

Segundo a co-candidata Giorgia Prates, o principal desafio da candidatura coletiva da *Mandata Coletiva das Pretas* foi a população e o próprio partido entenderem o papel social e a proposta da candidatura. Como trazer uma nova política de acordo da proposta apresentada, durante a campanha eleitoral, de atuar como um Mandato coletivo, participativo e inclusivo, lidando com as diferenças impostas pelo partido, que, segundo ela, ainda não trata igualmente pessoas brancas e negras, e pessoas LGBT. Contudo, ela acredita que a iniciativa foi bem positiva e inspiradora para outras candidaturas coletivas, como a *Front preta* - PT, que foi uma candidatura coletiva composta por quatro mulheres negras, de Foz do Iguaçu-PR, que se inspiraram no modelo de candidatura coletiva proposta pela *Mandata Coletiva das Pretas-PT*.

2.3.2 Somos Juntas -PSOL

A candidatura coletiva de mulheres *Somos Juntas*- PSOL foi composta por Ângela Machado (porta voz): professora da rede estadual de educação e símbolo da luta do 29 de abril de 2015, Giovanna Silveira, militante do movimento negro, poeta e carnavalesca, e Leticia Faria, educadora popular e enfermeira, que atuou na linha de frente ao combate da pandemia.

Tabela 4: Perfil das integrantes da candidatura coletiva *Somos Juntas -PSOL*

Co-candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Ângela Machado</i>	Casada	Superior completo	Branca	Professora da rede Estadual
<i>Giovanna Silveira</i>	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante
<i>Leticia Faria</i>	Solteira	Superior completo	Branca	Enfermeira

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Segundo a co-candidata Giovanna Silveira (julho, 2021), o processo foi muito orgânico porque as três co-candidatas militavam, há bastante tempo, juntas. A Leticia e a Ângela trabalharam juntas em um curso pré-vestibular da rede emancipa²¹. A Giovanna e a Ângela se conheceram em atos e protestos. Além disso, a co-candidata Giovanna conta

²¹ Criado em 2007, a Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular atua, de forma totalmente gratuita, na educação de jovens de escolas públicas por meio de cursinhos populares pré-universitários.

que tinha votado na Ângela em 2016, e que ela e a Leticia faziam parte do mesmo bloco de carnaval em Curitiba.

Então quando a militância do *Movimento Esquerda Socialista*²² (MES), corrente interna do partido do PSOL, propôs o lançamento de uma candidatura coletiva, o nome da Ângela foi sugerido, principalmente, por ela já ter experiência política, por ter sido candidata para o cargo de vereadora em 2016, depois o nome da Giovanna e da Leticia por terem uma militância para além do PSOL e também trazerem uma maior representatividade, tanto no campo LGBTQIA+, como a luta racial.

O nome “Somos Juntas” fez referência ao *Coletivo Nacional Juntas*, que atua há quase 10 anos no movimento feminista numa perspectiva classista, anticapitalista e antirracista. A co-candidata Ângela conta que houve uma grande inspiração dos mandatos coletivos de mulheres eleitos pelo PSOL em 2018, que foram a *Bancada Ativista* em São Paulo e as *Juntas* em Recife. Durante a campanha, as co-candidatas fizeram uma *live* com a Mônica Seixas, representante da *Mandata Ativista-PSOL*, que foi inspiradora para a construção da campanha coletiva das *Somos Juntas*.

As três co-candidatas se definiam como mulheres, trabalhadoras e militantes que unidas ocupariam a Câmara de vereadores de Curitiba. Como militantes e ativistas de movimentos populares, sindicais e culturais da cidade de Curitiba; mulheres, jovens e trabalhadoras, elas partiram da compreensão de que uma construção política participativa e democrática só poderia se dar de forma coletiva, como haviam aprendido nos movimentos sociais onde atuam, considerando o fato de que as mulheres ainda estão sub-representadas nos espaços de poder e desvalorizadas no mundo do trabalho, mesmo sendo a maioria social. A Defesa da democratização do acesso à cidade, os serviços públicos de qualidade, o direito à cultura e o fim da violência contra as periferias foram algumas das principais bandeiras ao lado da luta contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a intolerância religiosa²³.

Assim, de acordo com os depoimentos, o objetivo era construir um mandato protagonizado por várias vozes historicamente excluídas na sociedade, por meio de uma representação plural das mulheres que se organizam nos movimentos sociais, que batalham cotidianamente e que ousam construir um outro mundo possível. Neste sentido,

²² O MES é uma organização política trotskista, fundada em 1999 a partir de uma cisão da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), então corrente do Partido dos Trabalhadores.

²³ Informações retiradas da página da *Somos Juntas*. Disponível em: <https://www.facebook.com/somos.juntas>. Acesso ago.2021

a candidatura coletiva *Somos Juntas* prometia o enfrentamento de problemas como: ônibus lotados, assédio, políticas públicas que garantam vaga nas creches e escolas. A partir deste desejo de transformar a cidade em um lugar mais acolhedor, justo e saudável, que surgiu a candidatura coletiva *Somos Juntas* para lutar em defesa das mulheres e de uma outra sociedade. Então o lema de campanha foi: *Vem com a gente! Nossa luta é um poema coletivo!*"

A co-candidata Ângela (julho, 2021), relatou que já havia disputado o cargo de vereadora na eleição de 2016. Para ela, houve uma grande diferença em fazer uma campanha como candidata individual e uma campanha por meio de uma candidatura coletiva com outras mulheres. O apoio mútuo fez com que a campanha eleitoral não parecesse tão hostil. Na sua primeira candidatura, que foi individual, a campanha ocorreu em ambiente bastante masculino, rodeada por muitos homens, o que fez com que ela não quisesse se candidatar em 2018, para o cargo de deputada. Desta forma, ela informa só ter aceito o convite para candidatura em 2020, por ser uma candidatura coletiva formada por mulheres que defendiam uma outra política. Além disso, dessa vez, a candidatura teve o apoio do *MES* e do Coletivo feminista *Somos Juntas*, o que fez com que a candidatura fosse realmente coletiva, para além das três co-candidatas.

Nós colocamos na campanha aquilo que a gente acredita da forma mais sincera e buscamos construir diálogo e linguagem a partir daquilo que a gente realmente acredita. O aprendizado foi encontrar nas companheiras de luta essa força de coletividade. E a experiência da candidatura na campanha que fizemos na periferia onde a gente já militava no movimento popular de educação. (LETÍCIA FARIA, julho 2021)

Assim, para co-candidata Leticia Faria (julho, 2021), foi muito encantador ver que a campanha começou a mover mentes e corações por conta de um programa de campanha que dialogava com as pessoas. Muitas pessoas foram surgindo no processo. Segundo ela: *“As mulheres passaram a ser vistas como atuantes nos espaços de poder, tendo a consciência de que o espaço político precisa ser ocupado por mais mulheres feministas, disputando uma nova proposta de mundo e fortalecendo os laços entre as mulheres que foi fortificado durante o processo da campanha.”*

2.4 FLORIANÓPOLIS: CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES NA ELEIÇÃO DE 2020

Inaugurada em 1771, a câmara municipal de Florianópolis havia eleito apenas sete mulheres ao longo da história (LOLATTO, 2016). Em 2020, com 343.645 eleitores aptos a votar²⁴, das 23 cadeiras disponíveis para vereança, foram eleitas cinco mulheres, incluindo o primeiro mandato coletivo do município, quais foram: Manu Vieira-Novo com 3.522 votos; Carla Ayres-PT com 2.094 votos; Pri Fernandes-Podemos com 2.092 votos; Maryanne Mattos-PL com 1.718 votos e a *Coletiva Bem Viver-PSOL* com 1.660 votos (Cintia Mendonça, Joziléia Kaingang, Livia Guilardi, Mayne Goes, Marina Caixeta).

Na eleição de 2020, houve quatro candidaturas coletivas em Florianópolis, além da *Coletiva Bem viver*, que foi eleita pelo PSOL. O PT lançou três candidaturas coletivas: a candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT*, composta por quatro professoras (Joana Célia Passos, Rita de Cássia Pacheco, Jô Capoeira, Emirame Demaria Silva); *Saúde Floripa-PT* (Ricardo Baratieri, Livia Fontana, Sylvio da Costa Jr, Lais Gisela Schneider, Marcão Pinar, Jorge Lorenzetti), composta por profissionais da saúde; e a candidatura coletiva *Várias Vozes-PT* (David Selhorst, Alex Chernehaque, Daniely Ramos Luz, Dilton Crozeta Rufino, Maria Eduarda Ribeiro, Guilherme Sanches), que tinham a representatividade da juventude, sendo os seis integrantes, estudantes.

Tabela 5: Candidaturas Coletivas em Florianópolis na eleição de 2020

Candidaturas coletivas	Representante	Composição	Partido	votos	Eleitas
<i>Coletiva Bem Viver</i>	Cintia Mendonça	5	PSOL	1.660	Sim
<i>Mulheres pela Educação</i>	Joana Célia Passos	4	PT	1.913	Não
<i>Saúde Floripa</i>	Ricardo Baratieri	6	PT	1.341	Não
<i>Várias Vozes</i>	David Selhorst	6	PT	582	Não

Fonte: Elaboração própria com dados TSE e da pesquisa (2021)

Em Florianópolis, as candidaturas compostas apenas por mulheres também tiveram um maior desempenho eleitoral que as candidaturas mistas. As candidaturas

²⁴ Informações retiradas do site do TRE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

coletivas fizeram, no total, 5.496 votos. A *Coletiva Bem Viver- PSOL*, fez 1.660 votos. *Mulheres pela Educação-PT*, fez 1.913 votos. *Saúde Floripa-PT* obteve 1.341 votos e *Várias Vozes-PT*, um coletivo que trazia a pauta da juventude, alcançou 582 votos.

2.4.1 Coletiva Bem Viver – PSOL

A proposta de campanha da *Coletiva Bem Viver* era a de construir um mandato genuinamente coletivo, com convergência das lutas da cidade, do campo e da floresta, na construção do Programa do Bem Viver²⁵. A *Coletiva Bem Viver* tinha a intenção de levar para a Câmara um novo jeito de construir a cidade a partir da equidade de representação (raça, classe, sexualidade, credo, gênero e identidade de gênero e de capacidades), da participação popular e da gestão.

Segundo a co-vereadora Cintia (julho, 2021), representante da *Coletiva Bem Viver*, a ideia de realizar um mandato coletivo já estava presente no planejamento estratégico do *Subverta*²⁶, com o objetivo de ir além do personalismo, como a proposta de realizar um mandato genuinamente coletivo. A partir da proposta de lançar uma candidatura coletiva, primeiramente, foi realizado um convite para Jozileia Kaingang, que é uma liderança indígena e representava os princípios de uma candidatura com o lema principal do *Bem Viver*. Depois houve o convite para as outras integrantes da candidatura, todas militantes do *Subverta*.

A candidatura foi então composta, pelas integrantes: Cíntia Mendonça (mãe, feminista, defensora dos direitos humanos e militante ecossocialista); Joziléia Daniza Kaingang (liderança indígena, feminista, professora e antropóloga); Livia Guilardi (mãe, artesã, economista, agente cultural, ecossocialista, anti-rascista e feminista); Mayne Goes (estudante, vegana, feminista negra e ecossocialista); Marina Caixeta (estudante,

²⁵ “O Bem Viver explica que o olhar do mandato coletivo sobre a cidade também será pautado pelo conceito de Bem Viver, que bebe da fonte da filosofia dos povos originários da América Latina. Esta se baseia na reciprocidade entre as pessoas, da amizade fraterna, da convivência com outros seres da natureza e do respeito pela terra. Ou seja, convivência harmoniosa entre cosmo, natureza e humanidade. “O conceito de bem viver traz um olhar em relação à natureza que extrapola ou desconfigura toda a construção social hoje colocada, de separação da humanidade e da natureza”, pontua a co-vereadora Livia Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/02/ecofeminismo-e-bem-viver-entenda-conceitos-que-norteiam-mandato-coletivo-em-sc>

²⁶ Organização ecossocialista que defende a construção do Bem Viver e atua de forma horizontalizada, que atua como uma corrente interna do PSOL.

feminista, professora, ecossocialista, militante do movimento estudantil e anti-LGBT-fóbicas).

Cada integrante da candidatura atuava em uma luta diferente: a Cíntia Mendonça pela luta por uma cidade democrática com participação popular, a Joziléia Daniza Kaingang pela luta por uma cidade com justiça social e ambiental, a Lívia Guilardi por lutar pelo direito à cidade com economia solidária e por ser artesã, a Mayne Goes na luta por uma cidade que não haja mais divisão centro-preferiria e a Marina Caixeta na luta por uma cidade com educação de qualidade para todas as pessoas.²⁷

Tabela 6: Perfil das integrantes da *Coletiva Bem Viver-PSOL*

Co-vereadoras	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Cíntia Mendonça</i>	Casada	Superior completo	Branca	Administradora
<i>Jozileia Kaingang</i>	Casada	Superior completo	Indígena	Antropóloga
<i>Lívia Guilardi</i>	Solteira	Superior completo	Preta	Economista
<i>Mayne Goes</i>	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante
<i>Marina Caixeta</i>	Solteira	Superior incompleto	Branca	Estudante

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

A escolha da co-vereadora Cíntia Mendonça como representante foi justificada por ela ser filiada ao PSOL, por um período maior, desde 2016, tendo uma atuação partidária no setorial ecossocialista e das mulheres, e ter sido assessora do vereador Afrânio do PSOL, em 2017. A decisão de escolher apenas mulheres foi por conta da necessidade do levante feminista por meio de mudança estrutural que necessita aumentar o número de mulheres nos espaços de decisão.

Nenhuma das co-vereadoras havia se candidatado antes ou possuíam algum parente dentro da política. Apenas a co-vereadora Cíntia Mendonça já havia participado ativamente de duas campanhas anteriormente, e as demais co-candidatas haviam atuado apenas em coletivos e movimentos sociais, além de conferências e fóruns de políticas públicas. Em 2018, a co-vereadora Cíntia participou da coordenação da campanha para o cargo a deputada federal da Kerexu -PSOL, uma líder indígena.

Durante a campanha, foi realizado um planejamento com todos os temas que tinham a ver com a proposta do *Bem Viver*, por meio de uma divisão temática das

²⁷ Informações retiradas do panfleto distribuído na campanha eleitoral

propostas, como: agroecologia e segurança alimentar, assistência social, cultura, direito a cidade, direitos LGBTQIA+, ecofeminismo, economia, educação, libertação animal, meio ambiente, racismo e saúde.

O *slogan* de campanha foi: *Cidade, lugar de vida*, reivindicando o debate do direito a cidade em uma perspectiva ecossocialista e feminista, em direção a construção de uma sociedade do Bem Viver. Também foi usado o *slogan*: “*O povo manda, e o governo obedece!*”, reivindicando a importância de realizar um poder compartilhado, de forma mais participativa e inclusiva, questão proposta pelos mandatos coletivos. A definição dos temas foi se delineando durante o planejamento com as/os militantes do *Subverta* e as principais pautas em assembleias virtuais convocadas pelas redes sociais.

Segundo a co-vereadora Livia Guilardi (julho, 2021), a candidatura coletiva tinha a possibilidade de estar em muitos lugares ao mesmo tempo, sendo considerada, por muitos, como uma competição desleal, porém essa afirmação desconsidera a questão dos mandatos coletivos em proporem um poder compartilhado, trazendo uma outra política para dentro das casas legislativas, além de buscar uma maior representatividade e união de lutas na construção das pautas e propostas da campanha, em contraposição à uma política personalista.

Não me lembro de nenhuma discordância, muito pelo contrário, nós tínhamos uma unidade bem fortalecida e estávamos focadas na missão da campanha. Eu acredito que tem uma diferença fundamental de concepção para além da amplitude que o mandato coletivo representa, como atuar em diferentes pautas, mas descolar de uma imagem de identidade política que para nós precisa ser diluída. (Co-vereadora LÍVIA GUILARDI, julho 2021)

Para a co-vereadora Livia (julho, 2021), o apoio contábil e jurídico do partido foi fundamental para gerir os gastos da campanha e na elaboração de contratos para prestação de serviços. Houve também um apoio de impressão de materiais junto com a majoritária do PSOL. Porém, para as co-vereadoras da *Coletiva Bem viver*, o apoio do *Subverta* manifesta o apoio do partido, não diretamente da diretoria do partido, mas como organização interna que ajudou na construção da candidatura.

Além disso, a *Coletiva Bem Viver* fez uma campanha de forma coletiva e inovadora, ampliando a divisão da execução de tarefas e trazendo diversas pautas, por meio da união das reivindicações e lutas desempenhas pelas próprias co-candidatas, como também pelo *Subverta*, que foi responsável pela consolidação do projeto político defendido durante a campanha eleitoral. O *Subverta* lançou três candidaturas coletivas,

denominadas coletiva bem viver, além de Florianópolis, em Joinville²⁸ e no Rio de Janeiro²⁹.

O tempo do coletivo é um aprendizado que a gente pratica todo dia. Dialogar com tempo do coletivo e da campanha foi um desafio grande, pois a campanha é muito acelerada, não tem margem para levar para o coletivo, pensar e repensar nas questões. Por isso, exigia uma presença coletiva de muitas pessoas e nem todo mundo estava se dedicando integralmente a campanha ou o tempo de resposta dessa pessoa é outro, às vezes era desafiador equilibrar esses tempos. Acho que se houve algum conflito dentro da campanha foi em relação ao tempo, pois a urgência das coisas exigia um retorno rápido, o que torna mais complicado quando se constroem coletivamente, mas, de qualquer forma, acredito que conseguimos vencer esse desafio. (Co-vereadora LÍVIA GUILARDI, julho 2021)

Sobre o desempenho eleitoral da *Coletiva Bem Viver*, que foi o único mandato coletivo e de mulheres eleito em Florianópolis, para a co-vereadora Marina Caixeta (julho, 2021), houve a percepção durante a campanha de que havia uma vontade de muitas mulheres para votar em candidatas mulheres, portanto, parece ter tido um aumento na percepção das mulheres sobre a importância da paridade de gênero na representação política, principalmente a importância da presença de mulheres que defendam um projeto político feminista.

Para as co-vereadoras da *Coletiva Bem Viver*, o maior desafio foi a pandemia, por não ser possível conversar livremente com as pessoas e fazer encontros nos territórios. Por isso, a comunicação digital realizada pelas redes sociais foi fundamental para chegar em mais pessoas. Além disso, o desafio diário da campanha era explicar como seria a atuação do mandato coletivo, pois nenhuma das co-vereadoras sabia como realmente como se daria a atuação parlamentar na Câmara de vereadores, por mais que elas conhecessem as experiências do *Mandato Coletivo* de Alto Paraíso – GO, da *Bancada Ativista* -SP e das *Juntas*-PE, foi algo que só foi experimentado efetivamente na prática do mandato coletivo.

2.4.2 Mulheres pela Educação – PT

A candidatura *Mulheres pela Educação* foi uma iniciativa inédita em Florianópolis, dentro do PT. A candidatura reuniu quatro mulheres com qualificação técnica e experiência no campo da educação e da militância com movimentos sociais. O

²⁸A Coletiva Bem Viver de Joinville foi composta por três integrantes (Eduardo Besouro, Tarcísio Cura e Rosana Balé)

²⁹ A Coletiva Bem viver no Rio de Janeiro foi composta por quatro candidatos (Sílvia Baptista, Mariana do Reis, Pedro Maia e Julio Holanda)

lema da campanha era: *construir uma cidade educadora*. Educadora porque a cidade tem responsabilidade com os sujeitos, portanto, para elas, o poder público precisaria atuar como educador e não somente como repressor, como tem sido feito.

A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação* comprometia-se a atuar na Câmara Municipal na defesa de uma escola laica, pública, gratuita e de qualidade social, por meio do envolvimento de toda a comunidade nas discussões que dizem respeito à cidadania. De tal modo, as questões da acessibilidade, do desenvolvimento sustentável, da diversidade, das práticas antirracistas e antilgbtfóbicas, do acesso à saúde, do transporte e mobilidade urbana, entre várias outras questões, foram centrais, buscando envolver a participação popular em todas as esferas da cidadania³⁰.

O foco da candidatura foi realizar uma estratégia coletiva de debate público para visibilizar as demandas da sociedade sobre um tema com implicações pedagógicas na formação política de um grupo, criando uma forma de fazer política diferente de se reunir em torno de um nome/candidato/pessoa, pois, o que estava em jogo era a representação coletiva em torno de uma temática ampliando-se, assim, o debate público e o próprio exercício da atividade política. Como essa modalidade de candidatura ainda não estava prevista juridicamente, apenas uma integrante do grupo teve seu registro eleitoral e a foto na urna. A representante da chapa que foi escolhida foi a professora Joana Célia dos Passos.

Primeiro, nós constituímos um grupo de pessoas vinculadas a educação, nesse grupo a ampla maioria era de mulheres e nós começamos a pautar a importância de termos professoras e professores, do campo da educação, como representantes da câmara de vereadores. Porque há alguns anos nós não tínhamos ninguém com esse perfil na câmara de vereadores. (JOANA CÉLIA DOS PASSOS, julho 2021)

No grupo da educação, no qual as co-candidatas pertenciam, houve uma leitura de quem são os sujeitos da educação, principalmente da educação básica, que são as mulheres. Por isso, foi decidido lançar uma candidatura composta apenas por mulheres, já que são a grande maioria no campo da educação.

Para a composição da candidatura foi realizada uma análise conjuntural sobre quais seriam as integrantes do grupo da educação que impactariam mais na representação de uma candidatura de mulheres pela educação. Assim, foram escolhidas: a professora Joana Célia Passos, por ser uma mulher negra que atuou nos diferentes níveis de ensino

³⁰ Informações obtidas no Site Oficial da Candidatura: <https://mpelaeducacao.com.br/>. Acesso em ago. 2021

na escola pública, e que é docente em uma Universidade Pública; Jô Capoeira, por ser vinculada com a educação popular, com toda sua trajetória pela Capoeira em Florianópolis; Rita Gonçalves, por ser muito atuante nos fóruns pela educação, sendo reconhecida com uma professora defensora da educação básica, e por ser professora nos diferentes níveis de ensino; e a professora Emirami, por sua atuação no movimento sindical.

Tabela 7: Perfil socioeconômico da *Mulheres pela Educação – PT*

Co-candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Joana Célia Passos</i>	União estável	Superior Completo	Preta	Professora do Ensino superior
<i>Joseane Pinho Corrêa</i>	Casada	Superior Completo	Branca	Professora aposentada
<i>Rita de Cássia Pacheco Gonçalves</i>	Solteira	Superior Completo	Branca	Professora aposentada
<i>Emirame Demaria Silva</i>	-	Superior Completo	Branca	Professora aposentada

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Segundo a co-candidata Rita Gonçalves (julho, 2021), para decidir o nome da porta-voz, foi analisado dentro do grupo quem sintetizaria melhor e abrangeria mais movimentos e elementos em torno do grupo. O movimento negro, a defesa da educação racial e o fato de Joana ser da educação superior, ter passado pela educação básica, ter uma história longa no campo da educação, foram fatores que definiram o seu nome como representante oficial.

A construção da campanha foi realizada de forma coletiva, com muitas conversas com as co-candidatas e o coletivo da educação. Foram realizadas reuniões virtuais de escuta abordando vários segmentos da cidade e da educação, como movimentos sociais, de lideranças comunitárias, quilombolas e dos diversos campos e níveis de educação, além de *lives* que eram chamadas de rodas de conversa, onde a cada dia era debatido algum tema da campanha com especialistas de várias áreas, processo que foi fundamental na qualificação das propostas e na construção da candidatura.

Em relação a experiência partidária e de campanha, a professora Rita Gonçalves (julho, 2021), informa que foi candidata a deputada estadual pelo PT há alguns anos obtendo, na época, quase mil votos, mas como não gostou da experiência como candidata, não tinha aceito, até então, uma nova proposta de ser candidata novamente. Quando foi convidada para fazer parte da candidatura coletiva *Mulheres pela Educação*, pensou,

primeiramente, que faria parte apenas da equipe de campanha, somente depois descobriu que seria uma das co-candidatas, e apenas aceitou o desafio por ser uma candidatura coletiva, pois não seria candidata em outra circunstância, por uma candidatura individual.

[...] pois fazer política de forma coletiva vem mais ao encontro do que eu acredito na política, que é a possibilidade de a gente fazer política sem ser personalizada e individualista. Não era apenas a Joana como candidata, mas as mulheres pela educação. Um grupo de pessoas que têm um projeto de uma cidade educadora. De uma educação como direito de todos. Além de nós, tínhamos um grupo, composto por uma maioria de mulheres, que tinha esse mesmo projeto. Isso é uma outra política. Outro mundo. Eu acredito que essa é uma possibilidade de imprimir uma nova lógica, uma nova cultura política. Assim, as candidaturas coletivas têm o potencial de mudar a cultura política. Essa cultura política do sujeito que fica fazendo carreira, especialmente os homens. Assim, acredito que nós mostramos que é possível fazer a política com uma outra política. Como uma coisa pública. De todos para todos. Por projetos e ideias e não por interesses pessoais e vaidades (co-candidata RITA GONÇALVES, julho 2021).

Para a co-candidata Joana Célia Passos (julho, 2021), a candidatura das *Mulheres pela Educação* foi voltada para o público, compreendendo que o espaço público representa a respeito da não personalização, ao não transformar uma vaga no parlamento como propriedade de alguém. Portanto, essa vaga precisa corresponder ao público. “*Nós não acreditamos mais em políticos que fazem carreira. Às vezes, a carreira é tão solo que nem o partido sabe o que o mandato faz.*”

Foi a primeira vez, em Florianópolis, que o PT teve a iniciativa de lançar candidaturas coletivas. Houve três candidaturas coletivas: pela educação, saúde e juventude. Porém, era ainda tudo muito novo para a militância partidária local, que não sabia como seria um mandato coletivo, embora acreditando que era algo importante e inovador.

Para a co-candidata Joana Célia Passos, as candidaturas compartilhadas, muitas vezes chamadas de candidaturas coletivas, já existiam em vários outros partidos há algum tempo, mas há muitas diferenças na concepção destas candidaturas. Por isso, para ela, deveria haver uma concepção mais específica do que, de fato, pode ser considerado um mandato coletivo, por isso, essa concepção precisa ser mais bem elaborada e formulada dentro e fora do partido. Como as candidaturas coletivas se organizam e de quais formas é possível potencializar essa relação com o espaço de disputa eleitoral em nome daquilo que é representado.

Para as co-candidatas das *Mulheres pela Educação*, o PT lidou bem com a proposta de candidatura coletiva, e desejava que tivessem outras candidaturas coletivas. Todavia, de acordo com a co-candidata as candidaturas coletivas vieram para incomodar

as individuais, aqueles que já tinham candidaturas historicamente consolidadas municipalmente, ainda mais, quando as/os demais candidatas/os do partido perceberam o volume da campanha de uma candidatura coletiva, que consegue agregar diferentes setores, e não apenas os profissionais da educação. Entretanto, dentro do partido não houve uma discussão pública sobre as candidaturas coletivas, mesmo após as eleições, apenas uma reunião de âmbito nacional para o conhecimento de quantas candidaturas que ocorreram nacionalmente.

Segundo a co-candidata Joana Célia Passos (julho, 2021), a candidatura coletiva das *Mulheres pela Educação* foi um projeto de esperança, fazendo como que muitas pessoas aderissem a esse projeto, pois a candidatura coletiva conseguiu fazer as pessoas acreditarem que isso seria possível. E assim, elas alcançaram a primeira suplência, e futuramente terão a oportunidade de assumir a Câmara no sistema de rodízio que o PT tem estabelecido³¹.

2.5 PORTO ALEGRE: CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES NA ELEIÇÃO DE 2020

A história do Legislativo Municipal de Porto Alegre iniciou-se no ano de 1773, mas a participação das mulheres nesse espaço de poder levou quase dois séculos para acontecer. Dercy Furtado foi a primeira mulher a ser eleita para a titularidade na Câmara de Porto Alegre, em 1972, pelo partido Arena. Antes dela, a ex-vereadora Julieta Battistioli (Partido Social Progressista) havia atuado no legislativo municipal, em alguns momentos entre 1947 e 1951, como suplente. Militante comunista e operária, Julieta defendeu as causas dos trabalhadores, como melhoria salarial e cumprimento da licença-maternidade nas fábricas³².

A primeira mulher negra a ocupar uma cadeira como titular foi Teresa Franco, conhecida como Nega Diaba, entre 1997 e 2000, pelo PTB. Desempenhou o cargo de vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos nos anos de 1997, 1998 e 2000, falecendo em 2001. Após ela, só houve mais duas mulheres negras a ocupar o cargo de vereadora de Porto Alegre, Saraí Soares-PT e Karen Santos-PSOL,

³¹ A ideia do rodízio consiste em permitir que os suplentes do partido atuem durante dois meses por ano na Câmara Municipal, provendo seus projetos políticos. <https://pt.org.br/vereadores-do-pt-de-florianopolis-propoem-rodizio-de-mandatos/>. Acesso nov. 2021

³² Informações retiradas da reportagem do jornal Brasil de Fato <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/quatro-candidaturas-coletivas-de-porto-alegre-sao-compostas-so-por-mulheres>. Acesso ago.2021

ambas como suplentes. Saraí elegeu-se vereadora suplente, entre 1997 e 2000, assumindo a vereança em diversas ocasiões.

Em 2020, o número de mulheres eleitas na Câmara aumentou quase três vezes em relação à eleição anterior, passando de quatro para onze vereadoras eleitas: Karen Santos-PSOL que fez 15.702 votos, que foi a vereadora mais votada na Câmara Municipal de Porto Alegre; Comandante Nadia-DEM com 11.172 votos; Laura Sito-PT com 5.390 votos; Bruna Rodrigues-PCdoB que fez 5.366 votos; Psicóloga Tanise Sabino-PTB que obteve 5.205 votos; Fernanda Barth-PRTB com 4.909 votos; Mônica Leal-PP que fez 4.140 votos; Cláudia Araújo-PSD com 4.071 votos; Daiana Santos-PCdoB que fez 3.715 votos; Mariana Pimentel-Novo com 3.637 votos; Lourdes Sprenger- MDB que alcançou 2.522 votos.

Com isso, a Câmara de vereadores de Porto Alegre, na legislatura que se iniciou em 2021, passou a contar com 30,5% de mulheres, fazendo de Porto Alegre como a capital com maior número de eleitas, seguida por Belo Horizonte (26,8%), Natal (24,14%) e São Paulo (26,63%). Além disso, houve um enegrecimento da Câmara pois das 11 mulheres eleitas, quatro são negras: Karen dos Santos-PSOL, Laura Sito-PT e Bruna Rodrigues-PCdoB, além de Daiana Santos PCdoB, que também é a primeira vereadora representante LGBTQI+ no plenário. Assim, a bancada de vereadores negros eleitos, passou de um eleito, em 2016, para cinco em 2020, ao eleger também o vereador Matheus Gomes-PSOL.

Apesar do aumento da diversidade no Parlamento porto-alegrense, a maioria dos eleitos é de homens brancos, que totalizaram 24 vereadores eleitos, o equivalente a 66,6% das 36 cadeiras. Desde que Julieta Battistioli, a primeira vereadora suplente da história de Porto Alegre foi eleita, em 1947, até hoje, o período com mais vereadoras na Casa foi entre 2005 e 2008: na época eram sete. Até 2020, 42 mulheres assumiram o mandato na Câmara de vereadores de Porto Alegre. Sendo, apenas três mulheres negras³³.

Em 2020 com 1.100.163 de eleitoras e eleitores aptos a votar³⁴, foram identificadas sete candidaturas coletivas em Porto Alegre, quatro delas compostas apenas por mulheres, quais sejam: *Vamos Juntas-PT* (Reginete Souza Bispo, Josiane França, Thayna Brasil, Iya Nara de Oxalá e Karina Ellias), cinco mulheres negras oriundas do

³³ Informações retiradas do site: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadasmulheres/>. Acesso em ago.2021

³⁴ Estatísticas retiradas do site do TRE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

curso de formação política Dandaras³⁵; *Cuca Congo-PCdoB* (Luciane Congo, Carolina Schneider, Estela Benevenuto, Carmen Jecy), composta por quatro professoras negras; *Nós, Mandato Coletivo-PSOL* (Laís Camisolão, Tamyres Filgueira, Berna Menezes, Neiva Lazzaroto, Simone Flores, Adriana Cunha, Victória Miranda), composta por servidoras públicas, professoras e estudantes; *Mulheres na Luta-PSOL* (Jaque da tinga, Kathielly Pereira, Zoé Braz, Clarice Silva, Rosane Pereira), formada por um coletivo da periferia da zona Sul da capital que nasceu da luta por moradia.

As outras candidaturas mistas foram lançadas: pelo PCdoB, como o *Movimento Coletivo-PCdoB* (Giovanni, Gerusa Pena, Tássia Amorim, Fabíola Loguercio, Airtton Silva, Gabriela Silveira, Paolla Borges, Vivian Ayres), que reivindicavam a representatividade da juventude, e o Coletivo da *Bancada Ativista-PCdoB* (Robertinho, Regina Puzer, Ester Diamons, Biel Quadrado, MC Lary), que reivindicavam a representatividade LGBTQI+; e pelo PSOL, que totalizou 3 candidaturas coletivas em Porto Alegre, o *Mandato coletivo-PSOL* (Tiago Santos, Cesar Souza, Bianca Ramires, Marcos Kaingang). Assim, nas candidaturas coletivas que disputaram a eleição municipal de Porto Alegre em 2020 encontramos reivindicações de representatividade da juventude, das mulheres, sobretudo mulheres negras, e da população LGBTQI+.

Tabela 8: Candidatura Coletivas na Eleição de 2020 em Porto Alegre

Candidaturas Coletivas	Representante	Composição	Partido	votos	Eleitas
<i>Vamos Juntas</i>	Reginete Bispo	5	PT	4.008	Não
<i>Movimento Coletivo</i>	Giovanni	8	PCdoB	3.691	Não
<i>Cuca congo</i>	Luciane Congo	4	PCdoB	3.028	Não
<i>Nós, Mandato Coletivo</i>	Lais Camisolão	7	PSOL	1.996	Não
<i>Mulheres da luta</i>	Jaque Tinga	4	PSOL	511	Não
<i>Bancada Ativista-PCdoB</i>	Robertinho	4	PCdoB	219	Não

Fonte: Elaboração própria com dados TSE e da pesquisa (2021)

Em relação a votação geral, as candidaturas coletivas tiveram 13.879 votos. A candidatura mais votada foi a *Vamos Juntas - PT*, representada por Reginete Bispo, que

³⁵ Um dos projetos do Instituto Akanni, organização da qual Reginete Bispo é sócia-fundadora e que coordenou por muito tempo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/quatro-candidaturas-coletivas-de-porto-alegre-sao-compostas-so-por-mulheres>. Acesso dez. 2021

fez 4.008 votos. A candidatura do *Movimento Coletivo-PCdoB*, representada por Giovanni, fez 3.691 votos, e a candidatura Coletiva de Mulheres *Cuca Congo- PCdoB* fez 3.028 votos. A candidatura *Nós, Mandato coletivo-PSOL*, representada por Laís camisolão, obteve 1.996 votos; a candidatura *Mulheres da Luta-PSOL*, representada por Jaque da Tinga, totalizou 511 votos, o *Mandato coletivo contra o fascismo-PSOL*, representado por Tiago Santos, obteve 426 votos e a *Bancada Ativista -PCdoB*, representado por Robertinho, totalizou 219 votos.

2.5.1 Cuca Congo – PCdoB

A defesa do serviço público de qualidade foi uma das principais bandeiras do coletivo *Cuca Congo*, formado por quatro mulheres negras, professoras e servidoras públicas. A chapa teve como representante Luciane Congo, conhecida como Cuca, que tem uma trajetória longa em termos de participação política partidária, filiada ao PCdoB desde os 15 anos, começou a trajetória política no movimento estudantil.

As quatro co-candidatas tinham uma longa caminhada na questão da educação antirracista em Porto Alegre. Além de Luciane, fazem parte do coletivo Carolina Chagas Schneider (professora da rede municipal, pedagoga dos anos iniciais, pesquisadora, mãe, filha, esposa, negra); Estela Benevenuto (professora da rede municipal de Porto Alegre, historiadora e pesquisadora. Mestre e doutoranda em História na UFRGS); e Carmem Jecy (professora de Educação Física aposentada, mãe, mulher, preta).

Tabela 9: Perfil socioeconômico da *Cuca Congo - PCdoB*

	Co-candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
1º	<i>Luciane Congo</i>	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de rede municipal
2º	<i>Carolina Schneider</i>	Solteira	Superior completo	Parda	Professora de rede municipal
3º	<i>Estela Benevenuto</i>	Divorciada	Superior completo	Preta	Professora de rede municipal
4º	<i>Carmen Jecy</i>	Separada judicialmente	Superior completo	Preta	Professora aposentada

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

[...] quando eu ingressei no magistério no município de Porto Alegre, eu conheci a Carol (uma das co-candidatas da Cuca Congo), nós duas nos formamos na UFRGS e, para prestar o concurso público para professores, formamos um grupo de estudos. Nós entramos nesse concurso que foi o primeiro com cotas de Porto Alegre, estudamos juntas e fomos aprovadas. Formamos o primeiro movimento juntas pois houve um questionamento pelo tribunal de contas em relação a cotas, alegando que seria inconstitucional, por

isso juntamos a primeiras 10 cotistas do município para iniciar um movimento em defesa das cotas. Nós tivemos apoio do Onir Araújo³⁶, que hoje faz parte da frente quilombola e tem uma atuação muito forte no movimento negro (MNU) e defendeu as cotistas na época e também teve apoio da Adriana Santos, que coordenava um GT na ESMED de relações étnicos-raciais, fizemos movimento de rua e atos públicos e várias ações, então foi o nosso primeiro coletivo. Nós conseguimos ser vitoriosas na luta a favor das cotas. Depois disso, nós ingressemos como professoras no município. (LUCIANE CONGO, julho 2021)

A segunda ação conjunta das duas co-candidatas foi a partir de um curso *A cor da cultura*³⁷ que discutia as relações étnicos-raciais nos municípios. Assim, muitas professoras cotistas se reuniram, e por conta desse curso foram criados coletivos dentro das escolas, mobilizando muitas professoras na defesa da educação antirracista. Devido ao curso da UNIAFRO³⁸, foi formado outro coletivo regional, o *Imalê*, que também trabalhava a questão da educação antirracista nas outras escolas, onde conheceram a co-candidata Estela. Na Escola Municipal Monte Cristo, a co-candidata Luciane conheceu a co-candidata Carmem Jecy, que se somou em várias ações antirracistas.

[...] A gente tem de aparecer em todos os ditames da nossa vida política, empresarial, ou seja, onde for. Eu quero que nós não sejamos marcadas como a única negra naquele ambiente, mas que a gente faça parte de um todo. Quando eu era criança e ouvi pela primeira vez “essa negra, não”, eu não entendi o que estavam dizendo [...]. Então sempre foi bem difícil na escola e na Universidade, onde eu era a única negra, e nunca fui aceita como igual. Então precisamos dar um jeito para breicar esse tipo de coisa. Pois precisamos viver a vida inteira lutando. Nós não queremos lutar, a gente quer viver. Viver com dignidade como todas as pessoas devem viver (CARMEM JECY, julho 2021).

Nesse contexto, as co-candidatas relatam como o racismo estrutural presente na sociedade brasileira oprime a população negra. Como o país foi construído com bases na escravidão negra, que perdurou por cerca de 350 anos, enfrentar o racismo é uma luta diária. Diante disso, para as co-candidatas da *Cuca Congo*, era preciso mudar este quadro, construindo uma outra Porto Alegre democrática com participação popular e com mais representatividade. Uma cidade que teria o compromisso com a diminuição das desigualdades e trouxesse esperança para os cidadãos, principalmente as mulheres negras,

³⁶ Advogado, integrante da Frente Quilombola RS.

³⁷ A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), a TV Globo e a SEPIIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

³⁸ O Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola tem por objetivo geral qualificar a educação antirracista em curso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, visando o atendimento da lei 10.639/2003.

que costumam estar na base da pirâmide. Por isso, o lema da campanha foi: *Essa negra, sim!*

Segundo a co-candidata Luciane (julho 2021), como professoras negras elas sempre trabalhavam em coletivo, de acordo com os valores civilizatórios afro-brasileiros, onde a coletividade é um desses valores. Quando começou a se discutir a questão de uma candidatura dentro do partido, e o seu nome foi sugerido, a co-candidata Luciane propôs que fosse uma candidatura coletiva, pois para ela não faria sentido uma candidatura individual, pois sempre trabalhou em coletivo.

A campanha teve três principais eixos: mulher negra, educação antirracista e serviço público. A partir desses eixos foram realizadas rodas de conversa para discutir as propostas da campanha. E nas *lives* foi abordado os diversos temas, como: educação, saúde, previdência e outros. Foi realizado um programa chamado *Café com Cuca*, que ocorreu todas as terças-feiras, para os debates sobre os assuntos principalmente dentro dos três principais eixos. A partir disso, as propostas foram construídas, sendo apresentadas no lançamento da pré-candidatura e da candidatura oficial.

De acordo com as co-candidatas, foi montado um comitê na casa dos pais da co-candidata Estela Benevenuto, localizado no bairro São José, na zona leste de Porto Alegre, por ser perto de várias escolas municipais para distribuição dos materiais. O partido forneceu apoio jurídico e contábil. Além disso, Silvana Conti³⁹, militante do partido, foi a coordenadora da campanha. O PCdoB esteve aberto para debater as propostas da candidatura coletiva, considerando que foi a primeira experiência de candidaturas coletivas em Porto Alegre, pelo partido, sendo um aprendizado para todas/os envolvidas/os na campanha.

Além dos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, para a co-candidata Luciane (julho,2021), foi um grande desafio para todas elas se colocarem como candidatas, pois como mulheres negras sempre tiveram que enfrentar muitas barreiras. Portanto, para ela, as mulheres negras precisam acreditar na sua própria capacidade, pois existe muita cobrança e não há possibilidade para erros.

[...] nós temos essa dicotomia da solidão de se sentir a única. A gente de início se sente muito sozinha nos espaços. Então termos essa trajetória de muita solidão. Então fazer um coletivo para ocupar um espaço político tem essa busca de não estar sozinha, pois é muito dura a luta, por isso esse coletivo de quatro professoras negras para ocupar o espaço político e fazer a luta num outro espaço, que não o da escola, mas para construir um espaço melhor de escola com uma luta coletiva e política (LUCIANE CONGO, julho 2021).

³⁹ Servidora pública aposentada e militante do PCdoB. Candidatada a deputada federal pelo partido em 2018.

Deste modo, o principal aprendizado foi fazer uma campanha coletiva com outras mulheres negras e professoras que lutam por uma educação em Porto Alegre, reafirmando a força da coletividade. Cada integrante trouxe um valor civilizatório das religiões de matriz africana: Carmem trouxe a memória; Carol a coletividade; e Estela, a circularidade. Todos elementos importantes para o trabalho em coletivo.

2.5.2 Nós, Mandato Coletivo-PSOL

Outra candidatura coletiva que reuniu um grupo de mulheres em Porto Alegre foi a *Nós, Mandato Coletivo*. O grupo contou com sete integrantes que se definiram como: “mulheres lutadoras, em sua maioria negras, somos diferentes, moramos em bairros diferentes, mas temos objetivos comuns”, tendo na educação a sua pauta de unidade⁴⁰. A partir dessa experiência de trabalho coletivo que surgiu a ideia de apresentar um mandato coletivo. Conforme Laís (2020), o grupo já atuava coletivamente em sindicato, associações e lutas pela defesa de direitos dos trabalhadores.

A candidatura coletiva foi composta por: Laís Camisolão que se definiu como mulher negra, mãe, municipalista e coordenadora de assuntos de aposentadoria do Sindicato dos Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Assufrgs); a professora de Geografia da rede municipal Simone Flores; a professora da rede estadual, atual vice-diretora do Colégio Emílio Massot e ex-vice-presidenta do CPERS, Neiva Lazzarotto; a mulher negra, trabalhadora terceirizada na UFRGS, mãe solteira de quatro filhos e moradora de ocupação na Zona Leste, Adriana Cunha; a dirigente do Sindicato dos Servidores Técnico-administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS (Assufrgs) e ex-vereadora de Porto Alegre, Berna Menezes; a servidora da UFRGS e coordenadora da Assufrgs, Tamyres Filgueira; e a estudante e estagiária, Victória Miranda.

⁴⁰ Informações retiradas da reportagem sobre Quatro candidaturas coletivas de Porto Alegre compostas só por mulheres. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/quatro-candidaturas-coletivas-de-porto-alegre-sao-compostas-so-por-mulheres>. Acesso dez. 2021

Tabela 10: Perfil das integrantes da *Nós, Mandato Coletivo* - PSOL

Co-candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Laís Camisolão</i>	Viúva	Superior incompleto	Preta	Servidora pública aposentada
<i>Tamyres Filgueira</i>	Casada	Superior completo	Preta	Servidora pública
<i>Berna Menezes</i>	Solteira	Superior incompleto	Branca	Servidora pública
<i>Simone Flores</i>	Solteira	Superior completo	Preta	Professora da rede Municipal
<i>Neiva Lazzaroto</i>	Solteira	Superior completo	Branca	Servidora pública
<i>Adriana Cunha</i>	Solteira	Ensino Médio completo	Preta	Desempregada
<i>Victória Miranda</i>	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estagiária

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Durante a entrevista, a co-candidata Tamyres Silveira (agosto, 2021) informou que a candidatura coletiva foi formada por um grupo de mulheres militantes do PSOL que fazem parte da corrente interna, *Fortalecer o PSOL*⁴¹. Então a candidatura coletiva foi uma expressão dessa corrente interna, que sempre procurou uma forma de atuação política coletiva.

[...] Em todas as esferas nas quais nós atuamos, sempre procuramos deliberar coletivamente. Então a candidatura coletiva nada mais é do que a expressão da nossa corrente. Uma expressão pública da nossa corrente que sempre procura uma forma de atuação política coletiva. Então foi algo natural propor um mandato coletivo, debatendo essa questão de ser apenas um candidato, pois o mandato é sempre um programa, e o candidato é sempre o porta-voz, mas acaba sendo natural que as pessoas pensem na imagem do candidato e não pense no programa. A escolha da porta-voz foi apenas por conta da obrigação pois precisaria de alguém para estar na urna, mas poderia ser qualquer uma (TAMYRES SILVEIRA, agosto 2021).

Para Laís Camisolão (2020), representante da candidatura, durante a campanha o *Nós, Mandato Coletivo* obteve apoio e carinho da população das pessoas, que gostaram da ideia proposta do mandato coletivo, por ser uma alternativa que propõe representar um projeto político, procurando estar acima dos indivíduos, além da importância da participação das mulheres na política, sobretudo mulheres negras.

Em relação a experiência política das co-candidatas, a co-candidata Laís camisolão já havia sido candidata para o cargo de deputada estadual em 2018. As co-candidatas Berna Menezes e a Neiva Lazzaroto também já tinham sido candidatas anteriormente, além disso, Neiva Lazzaroto é diretora do sindicato e atua como porta-voz

⁴¹ O Fortalecer o PSOL é um grupo de militantes que constroem o PSOL e a Intersindical - Central da Classe Trabalhadora.

do sindicato, mas representando os trabalhadores. A co-candidata Tamyres Silveira atua como militante política desde os seus 16 anos, primeiro no PSTU e depois no PSOL.

Segundo a co-candidata Tamyres Silveira (agosto, 2021), durante a campanha eleitoral houve apenas discordâncias do dia-a-dia, mas nada que atingisse a união da candidatura. Para ela, divergências de ideias ocorrem em qualquer organização sendo positivo na construção e no fortalecimento do coletivo. Como as co-candidatas da *Nós, Mandato Coletivo* atuavam em setores diferentes, houve divisão de tarefas para atuação nas escolas, sindicatos e ocupações. De acordo com a proposta dos mandatos coletivos de expressar vários setores, com pluralidade nas propostas e ampliação da representatividade, dentro da própria candidatura coletiva.

A relação com o partido, segundo a co-candidata Tamyres (agosto, 2021), foi bem positiva, visto que o PSOL foi o pioneiro no lançamento dos mandatos coletivos. Em 2018, houve um mandato coletivo eleito em Pernambuco e outro em São Paulo. Então, houve todo apoio do diretório do PSOL, das figuras públicas e parlamentares eleitos, como o apoio da deputada federal Fernanda Melchionna - PSOL/RS, que foi candidata a prefeita em Porto Alegre na eleição de 2020.

[...] fazer parte de uma candidatura coletiva foi uma experiência bem importante, juntamente com prioridade de ter mulheres negras como candidatas e representantes. A representatividade é muito importante, não só pela imagem, mas por defender um projeto político e econômico que defenda os interesses da classe trabalhadora como um todo. Pensando na maioria da população, que é negra, mora na periferia e carece de estrutura, em relação a saneamento básico, posto de saúde e transporte público. (CO-CANDIDATA TAMYRES SILVEIRA, agosto 2021)

Para a co-candidata Tamyres Silveira (agosto, 2021), o debate, durante a campanha eleitoral, disputava uma correlação de forças em relação ao avanço da extrema-direita no governo e a eleição municipal, devido a derrota da esquerda em 2018. Em 2020, a principal ideia era derrotar o projeto conservador da extrema direita que tem atacado a educação, as universidades e as políticas públicas. Então, durante a campanha, não foi discutido somente as pautas e questões da cidade de Porto Alegre, mas também a conjuntura nacional e internacional.

Em relação as cotas do fundo eleitoral, já era uma política interna do partido repartir o fundo eleitoral baseado na ideia de cotas. Assim, a candidatura coletiva recebeu uma quantia importante do fundo eleitoral, como veremos mais adiante.

A principal mudança em disputar as eleições por meio de uma candidatura de mulheres foi a percepção das pessoas, que viram a candidatura coletiva como uma nova lógica de candidatura.

Se fosse uma candidata individual, representaria, de qualquer forma, a minha corrente partidária, então o candidato é sempre um porta-voz. Essa representatividade de cada integrante da candidatura coletiva fez com que as pessoas se sentissem representadas, a verem cada co-candidata participando de setores do espaço público. Assim os eleitores e eleitoras perceberam que não precisavam escolher apenas uma, mas todas, cada uma atuando em alguma categoria, que representava uma parte do nosso projeto político da candidatura coletiva (CO-CANDIDATA TAMYRES SILVEIRA, agosto 2021)

Portanto, um dos principais motivos para o bom desempenho eleitoral da candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo* foi devido as co-candidatas terem uma forte participação política em diversos espaços, como a Universidade, sindicato e ocupações da comunidade.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As candidaturas coletivas, sejam mistas ou compostas apenas por homens ou mulheres, se propõem a realizar um mandato que reduza o grau de hierarquia, na tentativa de despersonalizar a imagem do parlamentar em prol de um projeto político em comum, ao colocar na urna o nome da candidatura coletiva, e não apenas da/o representante da candidatura coletiva, fortalecendo candidatas e candidatos com a união de seus capitais pessoais. Porém, nas candidaturas coletivas de mulheres, existe uma ênfase maior na reivindicação pela presença das mulheres no poder legislativo e na política institucional.

Na composição das candidaturas coletivas de mulheres, que disputaram a eleição municipal de 2020, a quantidade de integrantes variou de duas a sete co-candidatas, sendo a candidatura coletiva *Movimento Coletivo-PCdoB/RS*, composta por oito integrantes, a que teve o maior número dentre todas as candidaturas coletivas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Em relação a composição racial, em todas as chapas compostas apenas por mulheres, há mulheres não brancas, incluindo três candidaturas coletivas compostas apenas por mulheres negras.

Diante disso, as candidaturas coletivas de mulheres podem ser vistas como estratégias políticas para a ocupação dos espaços de poder ao considerarmos o ambiente, muitas vezes, hostil e machista desses espaços, visto que foram as chapas que foram

compostas apenas por mulheres que tiveram um melhor desempenho eleitoral nas três capitais da Região Sul, com exceção do *Movimento Coletivo-PCdoB/RS*.

Estas candidaturas coletivas de mulheres propuseram, durante a campanha eleitoral, pautas sociais que são tradicionais, como um projeto político que tem como eixo principal a educação, como nos casos das candidaturas coletivas: *Mulheres pela educação-PT/SC*; *Cuca Congo-PCdoB/RS*; *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*, além da *Somos Juntas-PSOL/SC*, que teve como representante uma professora que foi símbolo da luta dos professores em 2015, mesmo trazendo em sua composição mulheres diversas que representavam pautas interseccionais, visto que todas as candidaturas possuem mulheres negras, sendo duas candidaturas compostas apenas por mulheres negras e seis das oito candidaturas coletivas de mulheres lançadas nas três capitais da região Sul foram encabeçadas por mulheres negras. Podemos ainda destacar a presença de uma liderança indígena na composição da *Coletiva Bem Viver-PSOL/RS*, que durante a campanha trouxe a representação das mulheres indígenas, de forma substantiva, ao terem como principal eixo político construir uma Sociedade do Bem Viver.

Além disso, duas das co-candidatas das candidaturas coletiva já haviam sido candidatas anteriormente em uma candidatura individual, como a professora Ângela da *Somos Juntas-PSOL/PR* e da professora Rita Gonçalves da *Mulheres pela Educação-PT/SC*, que relataram terem aceitado se candidatarem novamente por ser uma candidatura coletiva de mulheres, pois assim, tiveram coragem para disputar a campanha eleitoral com as companheiras da candidatura coletiva.

Essa dimensão coletiva da representação parece confirmar o estudo de Lüchmann e Almeida (2010), voltado para a representação de mulheres nos conselhos gestores, mediada por organizações da sociedade civil. Neste trabalho, as autoras sugerem que:

A significativa presença das mulheres nos Conselhos Gestores explica-se, como uma primeira via interpretativa, pelo procedimento de escolha de representantes típico destas instâncias, que ocorre fundamentalmente através da intermediação de organizações da sociedade civil. Esta intermediação funciona como um filtro que intercede sobre as discriminações de gênero, ainda que tal mediação não altere a elitização da participação quanto aos critérios baseados na escolaridade, na etnia e na renda. A intermediação da sociedade civil no processo de seleção de representantes faz mais exigências quanto às ideias e aos princípios que são compartilhados dentro de um mesmo campo de participação, enquanto que a competição eleitoral lança mais exigências aos atributos individuais em jogo, que são mais suscetíveis às discriminações de gênero. Assim, a experiência dos Conselhos mostra que o vínculo entre "sociedade civil" e "representação" é mais favorável à inclusão política das mulheres do que o vínculo entre "indivíduo" e "representação" (p.91)

Podemos ainda destacar a relação entre candidaturas coletivas de mulheres e partidos de esquerda, com destaque para o PSOL, PT e PC do B, que foram os três partidos que mais lançaram candidaturas coletivas na eleição de 2020 no Brasil, como também os únicos partidos que lançaram as candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul.

Nos casos das candidaturas do PSOL, as correntes internas do partido, nas três capitais da Região Sul, deram apoio e suporte às candidaturas coletivas de mulheres durante o processo da campanha eleitoral: a candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL/PR*, que foi uma iniciativa do *MES (Movimento Esquerda Socialista)* e do Coletivo Feminista *Somos Juntas*; a *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*, foi uma iniciativa do *Subverta*, um coletivo ecossocialista; *A Nós, Mandato coletivo-PSOL/RS*, uma iniciativa da corrente interna: *Fortalecer o PSOL*.

Nas demais candidaturas coletivas de mulheres, houve o apoio de algum coletivo que representava o projeto político das candidaturas coletivas, com destaque para a educação, que foi o principal lema das candidaturas coletivas: *Mulheres pela Educação-PT/SC*; *Cuca Congo – PCdoB/RS* e também *a Nós, mandato coletivo-PSOL/SC* tendo a educação como unidade e projeto político. A *Mandata coletiva das Pretas -PT/PR*, teve como principal referência Marielle Franco, que se tornou um símbolo de luta, incentivando muitas candidaturas de mulheres negras.

Diante disso, a participação em coletivos e movimentos sociais demonstra o forte grau de inserção social e associativo das co-candidatas destas candidaturas coletivas de mulheres, como veremos no próximo capítulo. Além disso, como veremos, a bibliografia também aponta o peso do capital socioeconômico e político. O apoio partidário e o financiamento eleitoral recebido entre as candidatas mulheres do mesmo partido e das demais vereadoras eleitas nas capitais da Região Sul.

CAPÍTULO 3: DESEMPENHO ELEITORAL DAS CANDIDATURAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE MULHERES DO PT, PSOL e PCdoB

3.1 CAPITAL SOCIOECONÔMICO, FAMILIAR E POLÍTICO

Ao analisarmos o perfil socioeconômico das candidatas lançadas pelo o PT e pelo PSOL em Curitiba, das nove candidatas pelo PT em Curitiba, cinco possuíam Ensino superior completo. Dentre as oito candidatas individuais seis não eram casadas. As duas vereadoras eleitas pelo PT são professoras de ensino fundamental e médio. Porém, a candidatura coletiva foi composta por duas mulheres negras que não concluíram o ensino superior. Além disso, foi a primeira vez que Curitiba elegeu uma vereadora negra, que foi a mais votada dentro do PT e a terceira mais votada em Curitiba: a vereadora Carol Dartora-PT, que como a *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, reivindicava a importância da presença de mulheres negras na política, tendo como principal slogan na campanha: *Curitiba nunca elegeu uma vereadora negra, não reproduzam essa história.*

Tabela 11: Perfil socioeconômico das candidatas do PT em Curitiba

Candidatas -PT	Estado civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas
Carol Dartora	Casada	Superior completo	Preta	Professora do Ensino Médio	8.874	Sim
Professora Josete	Solteira	Superior completo	Branca	Professora do Ensino Fundamental	5.856	Sim
Ana Julia	Solteira	Superior incompleto	Branca	Estudante	4.538	Não
<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	Giorgia Prates	Casada	Superior incompleto	Preta	3.582	Não
	Andreia Lima	Casada	Superior incompleto	Preta		
Vanda Assis	Solteira	Superior completo	Preta	Assistente social	2.705	Não
Saete Bez	Casada	Superior completo	Branca	Outros	2.314	Não
Anaterra	Solteira	Superior completo	Branca	Jornalista	967	Não
Regina Cruz	Solteira	Ensino Médio completo	Branca	Vigilante	503	Não
Jane da Vigília Lula Livre	Divorciada	Ensino Fundamental completo	Parda	Dona de casa	93	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

A vereadora Carol Dartora-PT, durante a entrevista, contou que colocou seu nome em 2018 para disputar o cargo de deputada federal pelo PT, mas depois desistiu da candidatura, por acreditar ainda não estar preparada para assumir este cargo político. Porém, seu nome acabou indo para urna, mesmo sem ter feito campanha, e obteve cerca de 400 votos, o que, para ela, foi um alerta do que sua candidatura teria que ser construída, por notar que havia um desejo da população para eleger uma mulher negra, pela primeira vez, em Curitiba. A vereadora Carol Dartora-PT faz parte da corrente interna *Democracia Socialista*⁴² e foi principalmente a juventude de militantes desta corrente do partido que construíram sua campanha.

A outra vereadora eleita foi a professora Josete-PT, reeleita para o seu quinto mandato, além de ter sido candidata ao cargo de deputada estadual e federal em eleições anteriores. As candidatas Salete Bez-PT e Anatterra -PT tinham experiência como candidatas em outras eleições. Salete Bez-PT participou de cinco campanha eleitorais, três vezes vereadoras e duas como deputada estadual. Anatterra-PT disputou quatro eleições, duas como vereadoras, uma como deputada estadual e uma como vice-governadora. Porém essa experiência política não foi traduzida em votos, pois as duas ficaram atrás de outras candidatas disputavam a eleição pela primeira vez em 2020.

Em relação a candidatura coletiva, a co-candidata Giorgia Prates da *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, relatou que trabalhou em muitas campanhas como fotojornalista de várias/os candidatas/os do PT em eleições anteriores, como também a Andreia Lima, que compôs a candidatura coletiva. Mas, se filiou ao PT somente em 2018 por conta da prisão do ex-presidente Lula, como um ato de solidariedade e fortalecimento do partido, se candidatando para um cargo político apenas na eleição de 2020.

Tabela 12: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Curitiba

Candidatas – PSOL	Estado civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas
Somos Juntas	Ângela Machado	Casada	Superior completo	Branca	Professora da rede Estadual	
	Giovanna Silveira	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante	3.035 Não
	Leticia de Cabral Faria	Solteira	Superior completo	Branca	Enfermeira	

⁴² Fundada em 1979, a Democracia Socialista participou ativamente do processo de construção do PT e procura, desde então, dialogar com seus militantes na busca pela construção de um partido socialista, democrático, internacionalista, feminista e anti-racista, ecossocialista, defensor da ética pública e do republicanismo. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/quem-somos/>. Acesso out.2021

Isis Família Passos	Solteira	Superior completo	Branca	Técnica de contabilidade	1.391	Não
Ana Mira	Solteira	Superior completo	Branca	Professora do ensino superior	788	Não
Telma Mello	Solteira	Superior completo	Preta	Corretora de imóveis	556	Não
Ângela Afonsina	Divorciada	Superior completo	Parda	Aposentada	157	Não
Maria da Comunidade	Solteira	Ensino Médio completo	Branca	Outros	125	Não
Claudia Kazubek	Solteira	Superior incompleto	Branca	Estudante	99	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

As Candidatas do PSOL em Curitiba possuíam, três das seis candidatas individuais tinham ensino superior completo. As seis candidatas individuais não eram casadas. Das seis candidaturas individuais lançadas pelo partido, apenas a candidata Telma Mello se autodeclarou como preta e a candidata Ângela Afonsina como parda. Dentro da candidatura coletiva, composta por três mulheres, a co-candidata Giovanna Silveira também se declarou, no questionário aplicado, como preta.

A professora Ângela, representante da candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL*, já havia sido candidata em 2016, sendo a candidatura mais votada dentro do partido. A candidata Ana Mira-PSOL, já havia sido candidata a deputada estadual e disputou o cargo para vereadora, pela segunda vez, na eleição de 2020. As demais candidatas não haviam se candidatado para algum cargo político em eleições anteriores.

Em Florianópolis, como pode ser observado na tabela 13, das seis candidatas individuais, quatro possuem ensino superior completo ou em andamento. As duas candidatas que possuem apenas ensino médio colocaram como profissão: dona de casa. Cinco das candidatas individuais não são casadas. Das seis candidaturas individuais lançadas pelo partido, três das candidatas se autodeclararam negras. A *Coletiva Bem Viver-PSOL*, foi composta por cinco mulheres, uma administradora, uma economista, uma antropóloga e duas estudantes, com três co-candidatas com ensino superior completo e duas com superior incompleto. A candidatura coletiva incluía duas mulheres negras e uma indígena, e das cinco integrantes, duas eram solteiras.

Tabela 13: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Florianópolis

Candidatas – PSOL	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas	
<i>Coletiva Bem Viver</i>	Cíntia Mendonça	Casada	Superior completo	Branca	Administradora	1.660	Sim
	Jozileia Kaingang	Casada	Superior completo	Indígena	Antropóloga		
	Lívia Guilardi	União estável	Superior completo	Preta	Economista		
	Mayne Goes	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante		
	Marina Caixeta	Solteira	Superior incompleto	Branca	Estudante		
Tânia Ramos	Solteira	Ensino Médio Completo	Preta	Dona de casa	1.581	Não	
Elaine Sallas	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de Ensino Fundamental	1.061	Não	
Rubia Sagaz	Solteira	Superior completo	Branca	Assistente Social	750	Não	
Nati Bittencourt	Solteira	Superior incompleto	Branca	Produtora de Espetáculos Públicos	237	Não	
Claudinha	Divorciada	Ensino Médio Completo	Parda	Auxiliar de Escritório	94	Não	
Janice	Casada	Superior completo	Branca	Dona de casa	91	Não	

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

No PSOL de Florianópolis, quatro das sete candidatas já haviam sido candidatas em eleições anteriores. Na candidatura coletiva, as co-candidatas *Coletiva Bem Viver-PSOL* não tinham experiência anterior de campanha. Apenas a co-vereadora Cintia Mendonça havia trabalhado durante um ano como assessora do vereador Afrânio -PSOL.

A candidata Tânia Ramos-PSOL, que ficou como primeira suplente do partido, foi quatro vezes candidata a vereadora, uma vez como deputada estadual, além de já ter exercido atividades de assessoria parlamentar na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina (ALESC) e na Câmara Municipal. E a candidata Rubia Sagaz-PSOL, já havia sido candidata em 2018 como deputada federal. As candidatas Claudinha-PSOL e Janice-PSOL, estavam na segunda candidatura para o cargo de vereadora na eleição de

2020, porém esse fato não fez com que estas candidaturas recebessem mais recursos, como veremos a seguir, e a experiência política da campanha não foi traduzida em número de votos.

Tabela 14: Perfil socioeconômico das candidatas do PT em Florianópolis

Candidatas – PT	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas
Carla Ayres	Separada judicialmente	Superior completo	Branca	Cientista Política	2.094	Sim
<i>Mulheres pela Educação</i>	Joana Célia Passos	União estável	Preta	Professora do Ensino superior	1.913	Não
	Jô capoeira	Casada	Branca	Professora aposentada		
	Rita Gonçalves	Solteira	Branca	Professora aposentada		
	Emirame Silva	-	Branca	Professora aposentada		
	Elenira Oliveira Viela	Solteira	Superior completo	Parda		
Lu Freitas	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de Ensino Médio	937	Não
Elisa Jorge	Solteira	Superior completo	Branca	Arquiteta	763	Não
Margarete Sandrini	Solteira	Superior completo	Branca	Pedagoga	474	Não
Cirene Cândido	Solteira	Superior completo	Preta	Outros	175	Não
Zoraia Vargas	Casada	Superior completo	Branca	Arquiteta	140	Não
Luiza Bittencourt	Solteira	Ensino Médio Completo	Branca	Empregada doméstica	22	Não
Cleide Dias	Separada judicialmente	Ensino Médio Completo	Parda	Esteticista	17	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Assim, como as candidatas do PSOL em Florianópolis, das nove candidaturas individuais do PT, sete possuíam ensino superior completo, como também todas as co-candidatas da *Mulheres pela Educação-PT*. As duas candidatas que não possuíam ensino superior foram as que receberam um menor número de votos e financiamento eleitoral, como veremos a seguir. A grande maioria das candidatas do partido não eram casadas. Cinco das dez candidatas eram mulheres negras, incluindo a representante *da Mulheres pela Educação-PT*.

No PT, em Florianópolis, apenas duas das nove candidatas lançadas pelo partido tinham experiência política como candidata a um cargo político. A vereadora Carla Ayres-PT, já havia sido candidata a vereadora e deputada federal nas duas eleições anteriores e a candidata Elenira-PT que também havia sido candidata a vereadora e deputada federal, ficou em terceiro lugar na relação de candidatas lançadas pelo PT de Florianópolis em 2020, ficando atrás, no número de votos, somente da candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT*.

Tabela 15: Perfil socioeconômico das candidatas PCdoB em Porto Alegre

Candidatas	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas
Bruna rodrigues	Casada	Superior incompleto	Preta	Estudante	5.366	Sim
Daiana Santos	Solteira	Superior completo	Preta	Sanitarista	3.715	Sim
Abigail Pereira	Divorciada	Superior completo	Branca	Pedagoga	3.399	Não
Cuca Congo	Luciane Congo	Solteira	Preta	Professora de rede municipal	3.028	Não
	Carolina Schneider	Solteira	Parda	Professora de rede municipal		
	Estela Benevuto	Divorciada	Preta	Professora de rede municipal		
	Carmen Jecy	Separada judicialmente	Preta	Professora aposentada		
Vitoria Cabreira	Solteira	Ensino Médio incompleto	Branca	Estudante	1.651	Não
Rô do T seis	Solteira	Ensino Médio completo	Branca	Cobradora de Transporte público	503	Não
Luciana dos Santos	Casada	Ensino Médio completo	Branca	Outros	200	Não
Cassielli Portal	Solteira	Superior incompleto	Branca	Outros	186	Não
Giovana Pytton	Solteira	Ensino Fundamental completo	Branca	Outros	134	Não
Maria Inês Rodrigues	Solteira	Ensino Fundamental completo	Preta	Outros	83	Não
Paxuca Sanchez	Solteira	Superior incompleto	Branca	Outros	72	Não

Elisângela Riger	Solteira	Ensino Médio completo	Branca	Industrial	29	Não
Sueli	Divorciada	Ensino Fundamental completo	Branca	Outros	24	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

No PCdoB de Porto Alegre, houve um número maior de candidatas, das doze candidaturas individuais, apenas duas possuíam ensino superior completo, justamente as mais bem votadas, e outras três superior incompleto, incluindo a vereadora mais votada do partido. Das doze candidatas individuais, dez candidatas não eram casadas, como também nenhuma das co-candidatas da candidatura coletiva *Cuca Congo-PT*.

A vereadora eleita Daiana Santos-PCdoB utilizou na campanha, como slogan: *Eleja uma mulher negra!*, como reivindicação de presença das mulheres negras nesses espaços, da mesma forma que outras candidatas negras do partido, como a candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB*, que teve como slogan de campanha: *Essa negra, sim!*

A vereadora eleita Daiana Santos-PCdoB, que ficou em segundo lugar em número de votos do partido, relatou, durante a entrevista, que tinha uma relação próxima com o PSOL desde de 2013, participando de projetos educacionais promovidos pelo MES (Movimento Esquerda Socialista), mas apenas se filiou ao PSOL em 2019, e no ano seguinte mudou de partido, se filiando ao PCdoB para se lançar, pela primeira vez, como candidata a vereadora.

Em Porto Alegre, as candidatas do PCdoB, que tinham experiência anterior de campanha foram apenas a vereadora eleita Bruna Rodrigues-PCdoB, que foi a mais votada dentro do partido, e que já havia sido candidata para o cargo de deputada federal em 2018. A candidata Abigail Pereira-PCdoB que já havia sido candidata a vereadora em outra eleição, além de ter sido candidata ao Executivo como vice-prefeita mais de uma vez, ficou em terceiro lugar, sendo a primeira suplente do partido. Na candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB*, nenhuma das integrantes havia sido candidata anteriormente, porém, a representante da candidatura coletiva, Luciane Congo, era militante do PCdoB há 25 anos, desde seu ingresso no movimento estudantil.

Tabela 16: Perfil socioeconômico das candidatas do PSOL em Porto Alegre

Candidatas – PSOL	Estado Civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão	Votos	Eleitas
Karen Santos	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de Ensino Médio	15.702	Sim
Fran Rodrigues	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante	2.194	Não
Natasha Ferreira	Solteira	Ensino Médio completo	Branca	Outros	2.011	Não
<i>Nós, Mandato Coletivo</i>	Laís Camisolão	Viúva	Preta	Servidora pública aposentada	1.996	Não
	Tamyres Filgueira	Casada	Preta	Servidora pública		
	Berna Menezes	Solteira	Branca	Servidora pública		
	Simone Flores	Solteira	Preta	Professora da rede Municipal		
	Neiva Lazzaroto	Solteira	Branca	Servidora pública		
	Adriana Cunha	Solteira	Preta	Desempregada		
	Victória Miranda	Solteira	Preta	Estagiária		
Aline Kerber	Casada	Superior completo	Branca	Socióloga	1.634	Não
Lucia Helena da Luz	Solteira	Superior completo	Branca	Servidora pública Municipal	754	Não
Jaque da Tinga	Solteira	Ensino Médio incompleto	Preta	Outros	511	Não
Adriana Collares	Casada	Superior completo	Parda	Servidora pública estadual	351	Não
Valeria Muller	Solteira	Superior incompleto	Branca	Outros	278	Não
Eliane Carmanim Lima	Solteira	Superior completo	Branca	Psicóloga	261	Não
Ana Paula Sander	Solteira	Superior incompleto	Branca	Outros	271	Não
Sônia do In Sônia Bar	Separada judicialmente	Ensino Médio completo	Branca	Comerciante	124	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

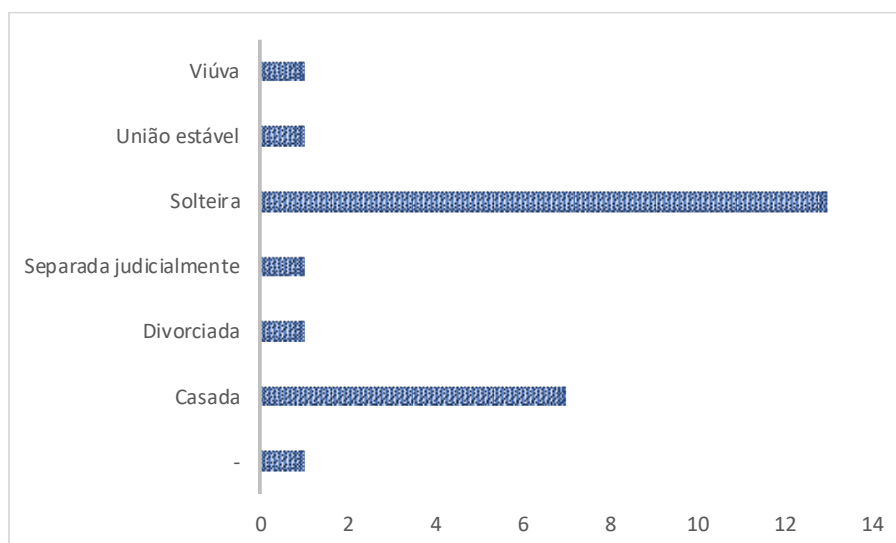
Como pode ser observado na tabela 16, oito das onzes candidatas individuais do PSOL, em Porto Alegre, tinham superior completo. Novamente quase todas as candidatas eram solteiras, viúvas ou divorciadas. A vereadora eleita Karen Santos-PSOL também era professora, como também a candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo-PSOL*,

composta por servidoras públicas, professoras e estudantes. As duas candidaturas também traziam o debate social, racial e de classe. O slogan de campanha da vereadora Karen Santos-PSOL foi: *Chega de sufoco, nossos direitos já! e O Povo que batalha!*

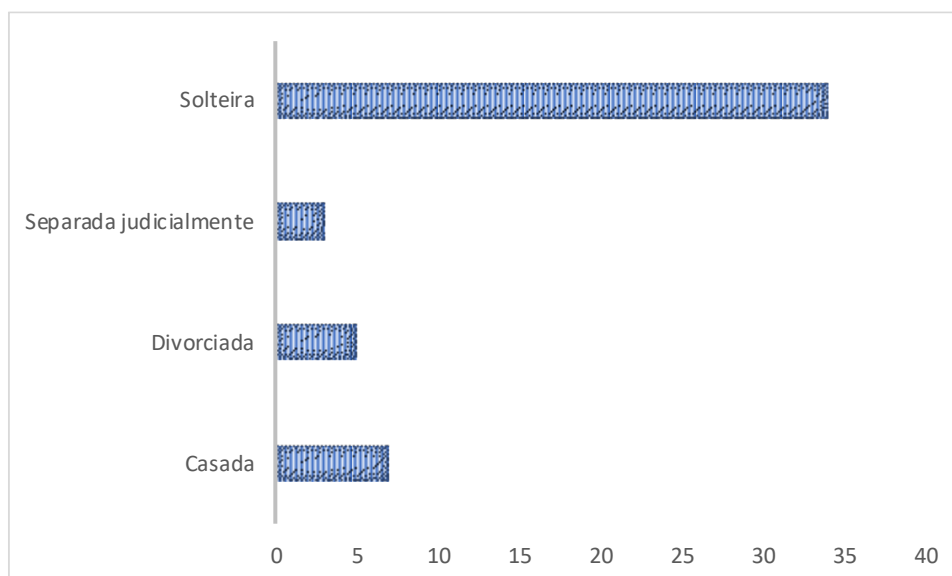
No PSOL de Porto Alegre, a vereadora eleita Karen Santos-PSOL já havia sido candidata em 2016, como vereadora, ficando como primeira suplente, e assumindo o mandato em 2018. Também foi candidata a deputada estadual no mesmo ano e se elegeu como a vereadora mais votada de Porto Alegre em 2020. A candidata Eliane Carmanim Lima-PSOL, foi candidata três vezes como deputada estadual, se candidatando pela terceira vez como vereadora em 2020, porém essa experiência política não foi traduzida em número de votos e nem em recursos financeiros de campanha, como será observado a seguir. As candidatas Adriana Collares-PSOL e Ana Paula Sander-PSOL, foram candidatas a vereadora em 2016 e 2020, pelo mesmo partido. As candidatas Natasha Ferreira-PSOL e Valeria Muller-PSOL, haviam sido candidatas ao cargo de deputada estadual em 2018, e voltaram a ser candidatas ao cargo de vereadora na eleição de 2020.

Em relação a candidatura coletiva, as co-candidatas da *Nós, Mandato Coletivo-PSOL*, em que a representante da candidatura Laís Camisolão, já havia sido candidata a deputada estadual na eleição anterior, como também duas integrantes da candidatura coletiva, a Neiva Lazzaroto e Berna Menezes, que são servidoras públicas, militantes a bastante tempo no movimento sindical e dentro da organização *Fortalecer o PSOL*. A co-candidata Berna Menezes, foi candidata diversas vezes desde 2006, como vereadora, senadora, deputada estadual e federal. A co-candidata Neiva Lazzaroto também havia sido candidata outras duas vezes como vereadora e deputada estadual.

Em relação ao estado civil das candidatas mapeadas acima pertencentes ao PT e ao PSOL de Curitiba e Florianópolis e ao PCdoB e PSOL Porto Alegre, que são os mesmo partidos que lançaram as as candidaturas coletivas de mulheres: *Mandata Coletiva das Pretas* -PT/PR; *Somos Juntas*-PSOL/PR; *Mulheres pela Educação*-PT/SC; *Coletiva Bem Viver*-PSOL/SC; *Cuca Congo*-PCdoB/RS e *Nós, Mandato Coletivo*-PSOL/RS, incluindo também as três vereadoras eleitas nas capitais da Região Sul do Brasil: Carol Dartora-PT/SC; Daiana Santos -PCdoB/RS e Karen Santos-PSOL/RS, que também foram entrevistadas com objetivo de compreender a experiência política de cada uma, podemos observar, no gráfico 1 e 2, que a maioria das candidatas por estes partidos nas capitais da Região Sul eram solteiras, tanto em relação as co-candidatas das candidaturas coletivas de mulheres, quanto as candidatas individuais.

Gráfico 1: Estado Civil das candidaturas coletivas

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

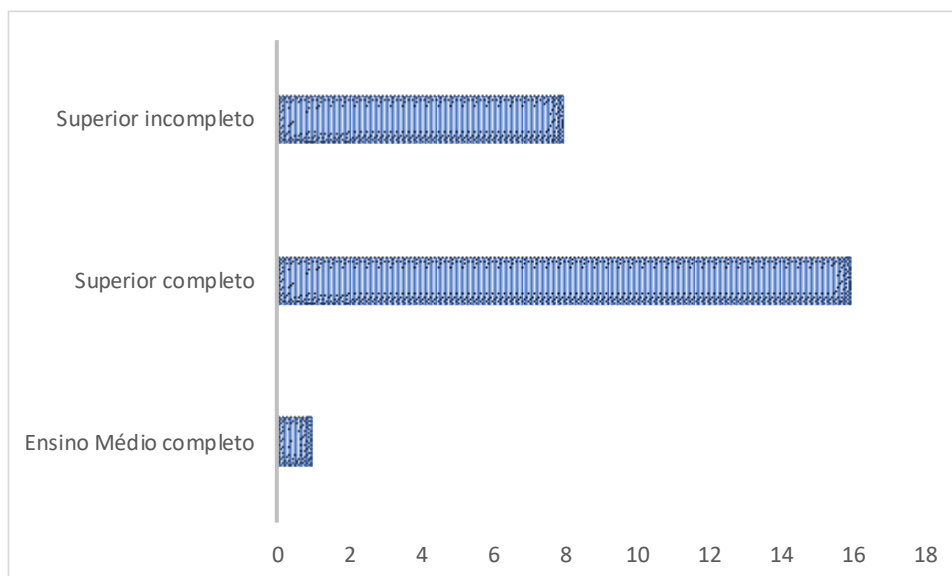
Gráfico 2: Estado Civil das candidaturas individuais

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Sobre o grau de escolaridade das candidaturas individuais e coletivas, analisadas e detalhadas nas tabelas acima, tanto as integrantes das candidaturas coletivas de mulheres, quanto as candidatas individuais que disputaram a eleição pelo PSOL, PT e

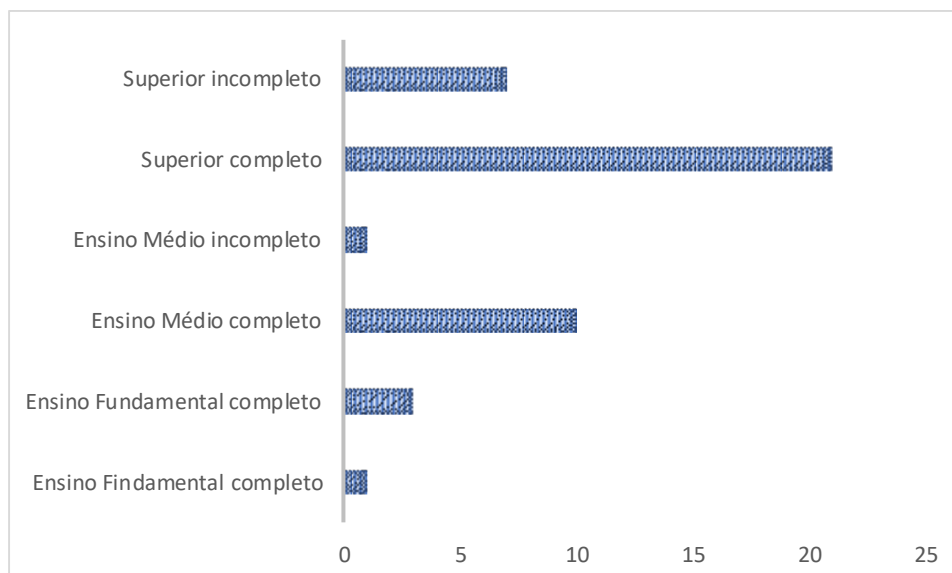
PCdoB possuem em sua maioria Superior completo ou em andamento, como mostra o gráfico 3 e 4.

Gráfico 3: Escolaridade das candidaturas coletivas



Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Gráfico 4: Escolaridade das candidaturas individuais



Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

De acordo com as ocupações profissionais registradas pelo TSE, será utilizado cinco categorias fundamentais para a classificação do capital socioeconômico das candidatas e vereadoras analisadas a seguir, inspiradas na estratificação realizada na pesquisa desenvolvida por Campos e Machado (2020), quais sejam: (1) classe baixa – trabalhadoras rurais, manuais e domésticas, artesãs e técnicas de escritório com pouca formação; (2) classe média – técnicas com formação superior, artistas, funcionárias públicas de baixo escalão e comerciantes; (3) classe alta – profissionais diplomadas no Ensino superior, funcionárias públicas de médio escalão e pequenas empresárias; (4) classe muito alta – políticas já eleitas para outro cargo, grandes empresárias e funcionárias públicas que ocupam carreiras de Estado; (5) outras – ocupações não classificadas na base do TSE.

Entre as candidaturas individuais, grande parte das candidatas podem ser classificadas como pertencentes a classe média, tendo profissões como: pedagogas, professoras de ensino fundamental e médio, servidoras públicas, técnicas de contabilidade, corretora de imóveis e produtora de espetáculos. Algumas podem ser classificadas como pertencentes a classe alta, atuando em profissões como: professora de Ensino superior, arquiteta, psicóloga e jornalista, sendo profissões que exigem diploma de Ensino superior. Poucas candidatas poderiam ser classificadas como mulheres de classe baixa, possuindo profissões, como: empregada doméstica, cobradora de ônibus e vigilante. Há ainda algumas candidatas que classificaram sua ocupação profissional como estudantes e outras estão classificadas como outros, por serem profissões não cadastradas no TSE.

Em relação as candidatas individuais que disputaram a eleição pelo PT, PSOL e PCdoB, mesmo partido das candidaturas coletivas de mulheres e que tiveram o perfil socioeconômico demonstrado nas tabelas acima, das 51 (cinquenta e uma) candidatas analisadas, 33 (trinta e três) se autodeclararam como brancas, 13 (treze) pretas e cinco pardas.

Ao reunirmos o perfil socioeconômico das candidaturas coletivas de mulheres das capitais da Região Sul, na eleição municipal de 2020, podemos perceber que mesmo dentro destas candidaturas a maior parte das co-candidatas possui ensino superior, como também não são casadas. Porém, em relação a composição racial, existe uma maior diversidade, como já mencionado, das 25 co-candidatas, pertencentes as seis candidaturas coletivas de mulheres, havia 16 co-candidatas não brancas, sendo 14 pretas, uma parda e uma indígena.

Tabela 17: Perfil socioeconômico das candidaturas coletivas das mulheres

Candidatura coletiva	co-candidatas	Estado civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
<i>Mandata Coletiva das Pretas-PT/PR</i>	Giorgia Prates	Casada	Superior incompleto	Preta	Fotógrafa
	Andreia Lima	Casada	Superior incompleto	Preta	Diarista
<i>Somos Juntas-PSOL/PR</i>	Ângela Machado	Casada	Superior completo	Branca	Professora da rede Estadual
	Giovanna Silveira	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante
	Leticia de Cabral Faria	Solteira	Superior completo	Branca	Enfermeira
<i>Coletiva Bem Viver-PSOL/SC</i>	Cíntia Mendonça	Casada	Superior completo	Branca	Administradora
	Jozileia Kaingang	Casada	Superior completo	Indígena	Antropóloga
	Lívia Guilardi	União estável	Superior completo	Preta	Economista
	Mayne Goes	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estudante
	Marina Caixeta	Solteira	Superior incompleto	Branca	Estudante
<i>Mulheres pela Educação-PT/SC</i>	Joana Célia Passos	União estável	Superior Completo	Preta	Professora do Ensino superior
	Jô capoeira	Casada	Superior Completo	Branca	Professora aposentada
	Rita Gonçalves	Solteira	Superior Completo	Branca	Professora aposentada
	Emirame Silva		Superior Completo	Branca	Professora aposentada
<i>Cuca Congo - PCdoB/RS</i>	Luciane Congo	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de rede municipal
	Carolina Schneider	Solteira	Superior completo	Parda	Professora de rede municipal
	Estela Benevuto	Divorciada	Superior completo	Preta	Professora de rede municipal
	Carmen Jecy	Separada judicialmente	Superior completo	Preta	Professora aposentada
<i>Nós, Mandato Coletivo- PSOL/RS</i>	Laís Camisolão	Viúva	Superior incompleto	Preta	Servidora pública aposentada
	Tamyres Filgueira	Casada	Superior completo	Preta	Servidora pública
	Berna Menezes	Solteira	Superior completo	Branca	Servidora pública
	Simone Flores	Solteira	Superior completo	Preta	Professora da rede Municipal
	Neiva Lazzaroto	Solteira	Superior completo	Branca	Servidora pública
	Adriana Cunha	Solteira	Ensino Médio completo	Preta	Desempregada

Victória Miranda	Solteira	Superior incompleto	Preta	Estagiária
---------------------	----------	------------------------	-------	------------

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Com objetivo de realizar uma análise extrapartidária, para além das candidaturas individuais e coletivas lançadas pelo PT, PSOL e PCdoB em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, foi realizado o mapeamento do perfil socioeconômico de todas 24 (vinte e quatro) vereadoras eleitas nas três capitais da Região Sul, incluindo os demais partidos. Todas vereadoras eleitas possuem ensino superior completo. Dentre as 24 (vinte e quatro) vereadoras eleitas, 11 (onze) são casadas.

Apenas cinco são negras, uma em Curitiba e quatro em Porto Alegre, todas pertencentes aos partidos PT, PCdoB e PSOL, os únicos partidos que lançaram as candidaturas coletivas de mulheres na eleição de 2020. A mandata da *Coletiva Bem Viver*–PSOL/SC, única eleita dentre as candidaturas coletivas analisadas, representada pela co-vereadora Cintia Mendonça, possui na sua composição duas mulheres negras e uma indígena, conforme já destacado.

Tabela 18: Vereadoras eleitas das nas capitais da Região Sul em 2020

Vereadoras eleitas	Estado civil	Escolaridade	Cor/Raça	Profissão
Indiara Barbosa - Novo/PR	Divorciada	Superior Completo	Branca	Contadora
Carol Dartora - PT/PR	Casada	Superior completo	Preta	Professora do Ensino Médio
Professora Josete - PT/PR	Solteira	Superior completo	Branca	Professora do Ensino Fundamental
Flavia Francischini - PSL/PR	Casada	Superior completo	Branca	Advogada
Noemia Rocha - MDB/PR	Casada	Superior completo	Branca	Vereadora
Sargento Tania Ramos- PSL/PR	Divorciada	Superior completo	Branca	Policia Militar
Maria Leticia - PV/PR	Divorciada	Superior Completo	Branca	Médica
Amália Tortato - Novo/PR	Casada	Superior Completo	Branca	Comissária de bordo
Manu Vieira - Novo/SC	Solteira	Superior completo	Branca	Nutricionista
Carla Ayres -PT/SC	Separada judicialmente	Superior completo	Branca	Cientista Política
Pri Fernandes Adote - Podemos/SC	Solteira	Superior completo	Branca	Psicóloga
Maryanne Mattos - PL/SC	Casada	Superior completo	Branca	Outros

Coletiva Bem Viver - PSOL/SC	Casada	Superior completo	Branca	Administradora
Karen Santos - PSOL/RS	Solteira	Superior completo	Preta	Professora de Ensino Médio
Comandante Nádia - DEM/RS	Casada	Superior completo	Branca	vereadora
Laura Sito -PT/RS	Solteira	Superior completo	Preta	Servidora pública
Bruna rodrigues - PSOL/RS	Casada	Superior incompleto	Preta	Estudante
Psicóloga Tanise Sabino - PTB/RS	Casada	Superior incompleto	Branca	Psicóloga
Fernanda Barth - PRTB/RS	Solteira	Superior incompleto	Branca	Jornalista
Monica Leal -PP/RS	Casada	Superior incompleto	Branca	Vereadora
Claúdia Araújo - PSD/RS	Divorciada	Superior completo	Branca	vereadora
Daiana Santos - PCdoB/RS	Solteira	Superior completo	Preta	Outros
Mariana Pimentel - Novo/RS	Solteira	Superior completo	Branca	Administradora
Lourdes Sprenger - MDB/RS	Casada	Superior completo	Branca	vereadora

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário e TSE (2021)

Sobre as ocupações profissionais informadas pelas vereadoras eleitas ao TSE, das 24 (vinte e quatro) vereadoras, cinco já cumpriam mandato como vereadora no período anterior, registrando sua profissão como vereadoras. As demais vereadoras eleitas registraram profissões que podem ser consideradas de classe alta média e média, como: médicas, psicólogas, advogadas e professoras do Ensino Fundamental e médio.

3.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL

As campanhas eleitorais dependem fortemente de recursos financeiros. Sem recursos financeiros torna-se difícil para as/os candidatas/os realizarem suas atividades de campanha. Nesse sentido, recursos financeiros viabilizam as candidaturas e aumentam as chances de sucesso nas urnas. Há, conseqüentemente, uma forte correlação entre o financiamento eleitoral e o desempenho da/os candidatas/os (SAMUELS, 2001; PEIXOTO, 2009; SPECK; 2005).

Em relação as candidatas do PT em Curitiba, a candidata Ana Julia-PT teve o maior financiamento eleitoral, oriundo principalmente de doação de pessoas físicas. A vereadora Carol Dartora-PT, foi a candidata mulher mais votada na eleição de 2020 e a

primeira vereadora negra eleita em Curitiba, porém devido ao grande número de votos recebidos, obteve o valor do voto mais baixo entre as candidatas do partido.

Tabela 19: Valor do voto das candidatas do PT em Curitiba

	Candidatas – PT	Votos	Recursos financeiros	Valor do voto	Eleitas
1º	Carol Dartora	8.874	R\$ 45.894,00	R\$ 5,17	Sim
2º	Professora Josete	5.856	R\$ 77.199,28	R\$ 13,18	Sim
3º	Ana Julia	4.538	R\$ 119.913,16	R\$ 26,42	não
4º	<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	3.582	R\$ 40.500,99	R\$ 11,31	não
5º	Vanda Assis	2.705	R\$ 35.625,31	R\$ 13,17	não
6º	Salete Bez	2.314	R\$ 51.189,00	R\$ 22,12	não
7º	Anaterra	967	R\$ 49.404,00	R\$ 51,09	não
8º	Regina Cruz	503	R\$ 43.942,00	R\$ 87,36	não
9º	Jane da Vigília Lula Livre	93	R\$ 15.786,00	R\$ 169,74	não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

Para Carol Dartora (setembro, 2021), o partido é perpassado pelas mesmas desigualdades de raça e gênero. Mesmo com toda a participação política em sindicato, movimentos e atuação partidária, seu nome era novo para o partido. Para ela, as candidaturas negras não costumam ser priorizadas, pois não são vistas como candidaturas viáveis para o partido. Nesse sentido, *A Mandata Coletiva das Pretas-PT*, composta por duas mulheres negras, foi a sétima candidatura feminina na distribuição de recursos, em relação a nove candidatas lançadas pelo partido em Curitiba, mesmo assim, alcançou o quarto lugar na lista partidária das mulheres lançadas pelo PT em Curitiba, sendo a segunda suplente do partido.

A Candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL*, formada por três mulheres, recebeu a maior quantidade de recursos do partido, uma vez que a professora Ângela, representante da candidatura, já havia sido candidata como vereadora em 2016 e obteve uma votação bem expressiva por ser a sua primeira experiência. Em 2020, a candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL* só não foi eleita porque o partido não atingiu o quociente mínimo.

Tabela 20: Valor do voto das candidatas do PSOL em Curitiba

	Candidatas – PSOL	Votos	Recursos financeiros	Valor do voto	Eleitas
1º	<i>Somos juntas</i>	3.035	R\$ 96.658,47	R\$ 31,85	Não
2º	Isis Família Passos	1.391	R\$ 14.793,90	R\$ 10,64	Não

3º	Ana Mira	788	R\$ 13.270,90	R\$ 16,84	Não
4º	Telma Mello	556	R\$ 14.110,00	R\$ 25,38	Não
5º	Ângela Afonsina	157	R\$ 4.965,90	R\$ 31,63	Não
6º	Maria da Comunidade	125	R\$ 3.675,83	R\$ 29,41	Não
7º	Claudia Kazubek	99	R\$ 5.849,30	R\$ 59,08	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

Em Florianópolis, a vereadora com a maior quantidade de recursos disponíveis foi Tânia Ramos-PSOL, mulher negra, e a candidata mais experiente do partido, por estar disputando sua 6º campanha eleitoral. A *Coletiva Bem Viver-PSOL* não foi a candidatura com o maior recurso financeiro disponível, mesmo assim conseguiu um melhor desempenho eleitoral entre as candidatas femininas lançadas pelo partido, sendo a única eleita. Neste sentido, a co-vereadora Lívia Guilardi da *Coletiva Bem Viver-PSOL* relatou durante a entrevista:

Nós conseguimos um aporte financeiro bom que foi o suficiente para a campanha, mas não foi o maior aporte financeiro dentro dos partidos e isso traz uma diferenciação. Do meu ponto de vista, a quantidade de recursos financeiros possibilita um alcance muito maior na campanha do que uma candidatura coletiva pois é possível contratar pessoas para promover que a campanha chegue em mais lugares. (LÍVIA GUILARDI Co-vereadora da *Coletiva Bem Viver-PSOL*, julho 2021)

Tabela 21: Valor de voto das candidatas do PSOL em Florianópolis

	Candidatas – PSOL	Votos	Recursos financeiros	Valor do voto	Eleitas
1º	<i>Coletiva Bem Viver</i>	1.660	R\$ 44.060,76	R\$ 26,54	Sim
2º	Tânia Ramos	1.581	R\$ 79.584,37	R\$ 50,34	Não
3º	Elaine Sallas	1.061	R\$ 68.500,61	R\$ 64,56	Não
4º	Rubia Sagaz	750	R\$ 57.456,26	R\$ 76,61	Não
5º	Nati Bittencourt	237	R\$ 39.930,21	R\$ 168,48	Não
6º	Claudinha	94	R\$ 59.598,50	R\$ 634,03	Não
7º	Janice	91	R\$ 39.919,76	R\$ 438,68	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

No PT, a vereadora eleita Carla Ayres-PT foi a candidata que recebeu a maior quantidade de recursos financeiros para a campanha eleitoral em 2020, sendo a maior parte oriunda do partido. A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT* foi a segunda candidatura com maior quantidade de recursos, embora tenha recebido menos da metade da quantidade de recursos destinados a primeira candidata, obtendo a primeira suplência.

Da mesma forma que a *Coletiva Bem viver-PSOL*, a candidatura coletiva das *Mulheres pela Educação-PT* teve o menor valor proporcional para cada voto, como pode ser observado na tabela 22. Dados que mostram a importância do capital econômico que pode ser medido com a quantidade de recursos financeiros de campanha no desempenho das candidatas.

Tabela 22: Valor do voto das candidatas do PT em Florianópolis

	Candidatas- PT	Votos	Recursos financeiros	Valor do voto	Eleitas
1º	Carla Ayres	2.094	R\$ 83.227,99	R\$ 39,75	Sim
2º	<i>Mulheres pela educação</i>	1.913	R\$ 37.585,15	R\$ 19,65	Não
3º	Elenira Oliveira Viela	1.033	R\$ 25.803,48	R\$ 24,98	Não
4º	Lu Freitas	937	R\$ 34.419,14	R\$ 36,73	Não
5º	Elisa Jorge	763	R\$ 19.195,84	R\$ 25,16	Não
6º	Margarete Sandrini	474	R\$ 15.177,49	R\$ 32,02	Não
7º	Cirene Cândido	175	R\$ 30.098,14	R\$ 171,99	Não
8º	Zoraia vargas	140	R\$ 7.640,14	R\$ 54,57	Não
9º	Luiza Bittencourt	22	R\$ 6.063,48	R\$ 275,61	Não
10º	Cleide Dias	17	R\$ 6.890,59	R\$ 405,33	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

Em Porto Alegre, a vereadora Bruna Rodrigues-PCdoB, que foi a candidata mais votada pelo partido, como um todo, recebeu o maior financiamento, que foi traduzido no número de votos, contribuindo para o sucesso nas urnas. A candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB* foi a terceira candidatura com maior valor de financiamento eleitoral, ficando atrás apenas das candidatas Bruna Rodrigues e Abigail Pereira-PCdoB.

Tabela 23: Valor do voto das candidatas do PCdoB em Porto Alegre

	Candidatas – PCdoB	Votos	Recursos financeiros	Valor de voto	Eleitas
1º	Bruna Rodrigues	5.366	R\$ 226.853,56	R\$ 42,28	Sim
2º	Daiana Santos	3.715	R\$ 76.022,50	R\$ 20,46	Sim
3º	Abigail Pereira	3.399	R\$ 157.595,30	R\$ 46,37	Não
4º	<i>Cuca Congo</i>	3.028	R\$ 150.398,33	R\$ 49,67	Não
5º	Vitoria Cabreira	1.651	R\$ 77.619,00	R\$ 47,01	Não
6º	Rô do T. seis	503	R\$ 17.881,00	R\$ 35,55	Não
7º	Luciana dos Santos	200	R\$ 15.486,00	R\$ 77,43	Não
8º	Cassielli Portal	186	R\$ 14.730,00	R\$ 79,19	Não
9º	Giovana Pytton	134	R\$ 14.175,00	R\$ 105,78	Não
10º	Maria Inês Rodrigues	83	R\$ 39.018,00	R\$ 470,10	Não
11º	Paxuca Sanchez	72	R\$ 14.160,85	R\$ 196,68	Não

12º	Elisângela Riger	29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não
13º	Sueli	24	R\$ 175,00	R\$ 7,29	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

A vereadora eleita Daiana Santos-PCdoB, que ficou em segundo no número de votos do partido, relatou durante a entrevista: *“fico pensando que não precisaria ser tão duro para nós, se tudo aquilo que é legalmente pautado como o caso das cotas viesse de forma adequada.”* Ela também relatou que o motivo para o baixo investimento da sua campanha, o que fez o valor de cada voto ser o mais baixo entre as mulheres candidatas, foi por não ser uma pessoa conhecida dentro do partido.

Eu acho que o partido não acreditava na minha candidatura. Não acreditaram no potencial da minha candidatura e que seria uma candidatura viável, que teria essa possibilidade de ser eleita. Então dessa maneira podemos ver os potenciais políticos que se perdem, principalmente mulheres negras que vêm de uma construção política que não seja tão ativa, e a diversidade que afasta. A política precisa ser remodelada como um todo, a gente precisa muito dessa reforma para que tenhamos uma estrutura mais acolhedora. Hoje vejo que as mulheres negras da comunidade fazem muita política e têm um vasto conhecimento, mas um conhecimento que não é direcionado ou guiado. Mas talvez seja parte dessa estratégia de anulação e silenciamento. O triste é que muitas das nossas não conseguem romper essas barreiras. (Vereadora DAIANA SANTOS-PCdoB, outubro 2021)

No PSOL, em Porto Alegre, a vereadora eleita Karen Santos-PSOL, recebeu a maior quantia de recursos financeiros de campanha, oriundos de doações do partido, referentes ao fundo eleitoral e partidário, de doações individuais, financiamento coletivo e de recursos próprios advindos de uma poupança para fins eleitorais. Porém, como a vereadora recebeu uma quantidade bem expressiva de votos, o custo de cada voto foi o menor, entre as candidatas do PSOL.

Tabela 24: Valor do voto das candidatas do PSOL em Porto Alegre

	Candidatas – PSOL	Votos	Recursos financeiros	Valor do voto	Eleitas
1º	Karen Santos	15.702	R\$ 229.158,36	R\$ 14,59	Sim
2º	Fran Rodrigues	2.194	R\$ 126.958,61	R\$ 57,87	Não
3º	Natasha Ferreira	2.011	R\$ 31.933,78	R\$ 15,88	Não
4º	Nós, Mandato Coletivo	1.996	R\$ 119.036,92	R\$ 59,64	Não
5º	Aline Kerber	1.634	R\$ 58.485,10	R\$ 35,79	Não
6º	Lucia Helena da Luz	754	R\$ 11.083,32	R\$ 14,70	Não
7º	Jaque da Tinga	511	R\$ 25.746,31	R\$ 50,38	Não
8º	Adriana Collares	351	R\$ 55.969,12	R\$ 159,46	Não
9º	Valeria Muller	278	R\$ 7.209,19	R\$ 25,93	Não
10º	Eliane Carmanim Lima	261	R\$ 6.702,63	R\$ 25,68	Não

11º	Ana Paula Sander	271	R\$ 11.074,32	R\$ 40,86	Não
12º	Sônia do In Sônia Bar	124	R\$ 11.101,82	R\$ 89,53	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

A candidatura coletiva *Nós, Mandato coletivo-PSOL* recebeu a terceira maior quantia de recursos em comparação às candidaturas individuais de mulheres do partido, ficando atrás apenas das candidatas Karen Santos-PSOL e Fran Rodrigues-PSOL, o que demonstra uma valorização da candidatura coletiva pelo partido, que por ser composta por sete integrantes, apresentava uma maior capacidade de concentração de votos.

Se considerarmos que com exceção de duas co-candidatas pertencentes a estas candidaturas de mulheres, todas as demais co-candidatas não possuíam experiência política de campanha, sendo a primeira candidatura de todas elas, as candidaturas coletivas de mulheres tiveram o bom desempenho. Mesmo a Coletiva Bem Viver – PSOL/SC, sendo a única eleita das candidaturas de mulheres, as demais ficaram entre a primeira e a quarta suplência, e a candidatura *Somos Juntas-PSOL/PR* ficou em primeiro lugar no número de votos do partido, que não atingiu o quociente eleitoral necessário.

Em Porto Alegre as candidaturas coletivas: *Cuca Congo-PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*, que ficaram na quarta suplência, assumiram como mandato coletivo durante um mês em um sistema de rodízio que os partidos têm realizado em Porto Alegre. Como também a *Mulheres pela Educação -PT/SC*, que ficou como primeira suplência, pretende atuar como mandato no sistema de rodízio realizado pelo PT em Florianópolis.

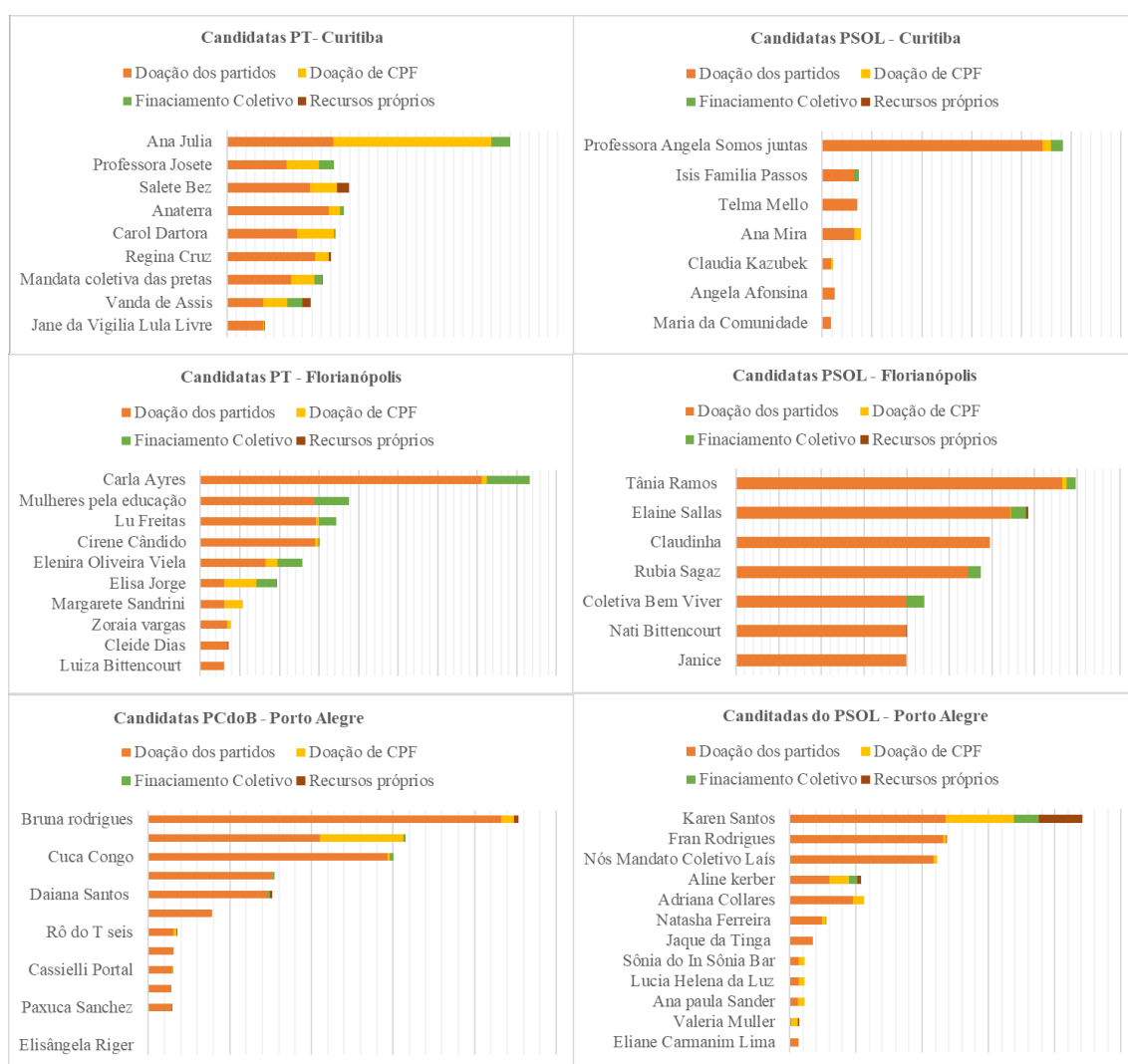
Tabela 25: Desempenho eleitoral das candidaturas coletivas de mulheres

Candidaturas Coletivas de Mulheres	Recursos financeiros	Votos	Valor de cada voto	Eleitas
<i>Mandata coletiva das pretas- PT/PR</i>	R\$ 40.500,99	3.582	R\$ 11,31	não (3º suplente)
<i>Somos juntas -PSOL/PR</i>	R\$ 96.658,47	3.035	R\$ 31,85	não (1º lugar do partido)
<i>Mulheres pela educação -PT/SC</i>	R\$ 37.585,15	1.913	R\$ 19,65	não (1ºsuplente)
<i>Coletiva Bem Viver- PSOL/SC</i>	R\$ 44.060,76	1.660	R\$ 26,54	Sim
<i>Cuca Congo- PCdoB/RS</i>	R\$ 150.398,33	3.028	R\$ 49,67	não (4º suplente)
<i>Nós, Mandato Coletivo- PSOL/RS</i>	R\$ 119.036,92	1.996	R\$ 59,64	Não (4º suplente)

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2021)

Na tabela 25, temos o desempenho eleitoral das seis candidaturas coletivas de mulheres, considerando o financiamento eleitoral, os votos obtidos, com objetivo de compararmos o valor proporcional de cada voto. O maior financiamento eleitoral, dentre as seis candidaturas coletivas, foi da *Cuca Congo- PCdoB/RS*, que teve o segundo maior valor para cada voto, seguida da *Nós Mandato Coletivo-PSOL/RS*, que teve o maior valor para cada voto, ambas candidaturas de Porto Alegre. A candidatura com menor financiamento foi a *Mandata coletiva das pretas- PT/PR*, que também obteve o menor valor proporcional para cada voto.

Gráfico 5: Proporção das formas de financiamento eleitoral



Fonte: Elaboração própria com dados TSE (2021)

Em relação a proporção de cada forma de financiamento, que pode ser observado no Gráfico 1, vemos a relação do financiamento eleitoral das candidaturas coletivas e individuais, por ordem do maior para o menor financiamento entre as candidatas de cada

partido. O financiamento oriundo da doação de partidos está representado pela cor laranja, o financiamento obtido por meio da doação de pessoas físicas, pela cor amarela, o financiamento coletivo, pela cor verde, e por fim, o financiamento advindo de recursos próprios, representado pela cor vermelha.

Na maioria das candidatas analisadas, a proporção maior do financiamento eleitoral foi oriunda de doação do partido, que compreende o fundo eleitoral e partidário, representado no gráfico pela cor laranja. Apenas, a Candidata Ana Julia-PT/PR obteve um maior financiamento advindo da doação de pessoas físicas. No PT de Curitiba, a doação de pessoas físicas teve uma importância significativa dentro da proporção do financiamento das candidatas do partido, como também as candidatas do PCdoB e do PSOL de Porto Alegre, que também receberam uma quantidade de doação de pessoas físicas, como nos casos das candidatas Abigail Pereira-PCdoB/RS e da vereadora eleita Karen Santos-PSOL/RS, que também foi a candidata que teve o maior valor do financiamento oriundo de recursos próprios.

Algumas das vereadoras eleitas e das candidaturas coletivas dentro do PT, PSOL e PCdoB foram beneficiadas pelas cotas de financiamento para mulheres, negros e a população LGBTQIA+ que aumentou a quantidade de financiamento eleitoral destas candidatas. Conforme os relatos, durante as entrevistas realizadas com as vereadoras eleitas, esse valor foi importante para o desempenho eleitoral, sobretudo vereadoras negras como a Carol Dartora-PT/PR e a Daiana Santos-PT/RS. Além disso, as candidaturas coletivas também se beneficiaram com esse financiamento eleitoral, visto que todas as candidaturas coletivas tinham dentro da composição mulheres não-brancas.

Grande parte das candidatas analisadas utilizaram o financiamento coletivo, que foi representado pela cor verde no gráfico, porém em nenhum caso foi um valor significativo, dentro do total do financiamento de cada candidata. Nas entrevistas realizadas com as candidaturas coletivas de mulheres desses partidos, e com as candidatas eleitas, o financiamento coletivo, quando mencionado, foi um recurso utilizado no início da campanha para as despesas iniciais enquanto esperavam pelo o repasse do financiamento oriundo do fundo eleitoral e partidário.

Sobre o capital familiar as seis candidaturas coletivas de mulheres analisadas, assim como as candidatas eleitas por esta modalidade, nas capitais da Região Sul, alegaram não ter algum parente eleito a algum cargo político ou em algum cargo no diretório partidário ou mesmo algum familiar que já havia sido candidato anteriormente. Portanto, o capital

familiar não pode ser utilizado para mensurar o desempenho eleitoral das candidatas, pelo menos não na agregação de votos, por conta de alguma influência familiar.

Em relação às 24 vereadoras eleitas nas três capitais da Região sul, incluindo o mandato coletivo, composto por cinco mulheres e representado pela co-vereadora Cintia Mendonça, podemos observar, a partir da tabela 26, que a vereadora eleita que recebeu o maior financiamento eleitoral foi a vereadora Flavia Francischini - PSL/PR de Curitiba, e a vereadora eleita com menor financiamento eleitoral foi a vereadora Sargento Tânia ramos- PSL/PR.

O financiamento eleitoral entre as vereadoras eleitas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre oscilou entre R\$ 475.110,09 a R\$ 16.810,00, da maior para a menor quantidade de financiamento, que apresenta o valor total do financiamento eleitoral de todas as vereadoras eleitas e o valor de cada voto, definido pela proporcional entre o valor total do financiamento eleitoral e o número total de votos recebidos por cada vereadora.

Tabela 26: Financiamento eleitoral das vereadoras eleitas nas capitais da Região Sul

Vereadoras eleitas	Cor/Raça	Votos	Financiamento eleitoral	Valor do Voto
Flavia Francischini - PSL/PR	Branca	4.540	R\$ 475.110,09	R\$ 104,65
Psicóloga Tanise Sabino - PTB/RS	Branca	5.205	R\$ 261.300,00	R\$ 50,20
Karen Santos -PSOL/RS	Preta	15.702	R\$ 229.158,36	R\$ 14,59
Bruna rodrigues - PSOL/RS	Preta	5.366	R\$ 226.853,56	R\$ 42,28
Indiara Barbosa - Novo/PR	Branca	12.147	R\$ 203.955,24	R\$ 16,79
Mariana Pimentel -Novo/RS	Branca	3.637	R\$ 195.478,91	R\$ 53,75
Monica Leal -PP/RS	Branca	4.140	R\$ 155.230,33	R\$ 37,50
Fernanda Barth - PRTB/RS	Branca	4.909	R\$ 135.304,01	R\$ 27,56
Amália Tortato - Novo/PR	Branca	3.092	R\$ 131.097,70	R\$ 42,40
Lourdes Sprenger -MDB/RS	Branca	2.522	R\$ 122.008,14	R\$ 48,38
Noêmia Rocha -MDB/PR	Branca	4.439	R\$ 110.059,95	R\$ 24,79
Laura Sito -PT/RS	Preta	5.390	R\$ 98.458,92	R\$ 18,27
Comandante Nádia -DEM/RS	Branca	11.172	R\$ 95.238,90	R\$ 8,52
Manu Vieira - Novo/SC	Branca	3.522	R\$ 85.827,35	R\$ 24,37
Carla Ayres -PT/SC	Branca	2.094	R\$ 83.227,99	R\$ 39,75
Professora Josete - PT/PR	Branca	5.856	R\$ 77.199,28	R\$ 13,18
Daiana Santos -PCdoB/RS	Preta	3.715	R\$ 76.022,50	R\$ 20,46
Carol Dartora - PT/PR	Preta	8.874	R\$ 45.894,00	R\$ 5,17
Coletiva Bem Viver - PSOL/SC	Branca	1.660	R\$ 44.060,76	R\$ 26,54
Maria Leticia - PV/PR	Branca	4.019	R\$ 43.982,91	R\$ 10,94
Maryanne Mattos - PL/SC	Branca	1.718	R\$ 38.180,00	R\$ 22,22
Pri Fernandes -Podemos/SC	Branca	2.092	R\$ 27.967,08	R\$ 13,37
Claúdia Araújo -PSD/RS	Branca	4.071	R\$ 23.700,00	R\$ 5,82

Sargento Tania Ramos- PSL/PR	Branca	4.422	R\$ 16.810,00	R\$ 3,80
------------------------------	--------	-------	---------------	----------

Fonte: Elaboração própria com dados TSE (2021)

Ao contrário das candidaturas coletivas de mulheres lançadas pelo PT, PSOL e PCdoB, nas capitais da Região sul, e das vereadoras eleitas por esses partidos nestas cidades, a vereadora Flavia Francischini - PSL/PR que obteve o maior financiamento eleitoral dentre as vereadoras nas três capitais, além de ter o maior capital econômico, usufruiu também do capital familiar por ser esposa do deputado estadual Fernando Franceschini- PSL/PR, fatores que contribuíram para o aumento de seu capital político e, conseqüentemente, para seu sucesso eleitoral.

Em Porto Alegre, a Psicóloga Tanise Sabino - PTB/RS, que foi a segunda vereadora mais votada em Porto Alegre, também tinha o sogro e o marido em cargos políticos⁴³, o ex-vereador de Porto Alegre Eliseu Sabino-PTB/RS e o atual deputado estadual Elizandro Sabino-PTB/RS. A vereadora Monica Leal -PP/RS é filha de Pedro Américo Leal, conhecido militar, foi Coronel do Exército Brasileiro, ex-Chefe de Polícia do estado do RS, e político, quatro vezes eleito Deputado Estadual do RS e três vezes eleito vereador de Porto Alegre.⁴⁴

As vereadoras mais votadas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, dentre os vereadores eleitos para as Câmaras Municipais, foram a vereadora Karen Santos-PSOL/RS, como já destacado, que obteve 15.702 votos, em Porto Alegre, e a vereadora Indianara Barbosa-Novo/PR que atingiu 12.147 votos, sendo a primeira vez que uma mulher se torna vereadora mais votada em Curitiba, seguida da vereadora Comandante Nádia -DEM/RS que obteve 11.172, sendo a segunda vereadora mais votada em Porto Alegre. Em relação a cidade de Florianópolis, seria necessário considerar o número de eleitores aptos a votar que é bem menor do que as outras duas capitais da Região Sul. Diante disso, a mulher mais votada foi a vereadora Manu Vieira – Novo/SC, que obteve 3.522 votos, sendo a quarta vereadora mais votada da capital de Santa Catarina.

⁴³ Informações retirada da entrevista da vereadora para o partido. Disponível em: <https://ptb.org.br/conheca-tanise-sabino-vereadora-mais-votada-pelo-ptb-mulher-no-rs-e-em-todo-brasil/>. Acesso jan. 2022

⁴⁴⁴⁴ Informações retiradas da sua página na Câmara de vereadores de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/monica-leal>. Acesso jan. 2022

3.3 CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVO

Como vimos, o capital social, compreendendo também, e em especial, o grau de envolvimento em associações, tem sido considerado um importante recurso nos processos eleitorais. Diante disso, e tendo em vista mapear o envolvimento das candidaturas femininas com o campo associativo, apresentamos, abaixo, dados sobre a participação em organizações políticas das candidatas analisadas, incluindo a atuação em sindicatos, movimentos sociais, entidade de pesquisa, fóruns e coletivos, ONGs e conselhos gestores, para assim verificarmos como o grau de associativismo das candidatas pode ter contribuído para o desempenho eleitoral.

Tabela 27: Participação política das candidatas mais votadas do PT em Curitiba

Candidatas - PT	Sindicato	Movimento Social	Entidade de pesquisa	Fóruns ou Coletivos	ONGs	Conselhos Gestores
Carol Dartora	X	X	X			X
Professora Josete	X	X				
Ana Julia						
<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	Giorgia Prates	X				
	Andreia Lima	X			X	

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário (2021)

Em Curitiba, houve duas vereadoras eleitas pelo PT, a vereadora Carol Dartora-PT e a Professora Josete-PT. A primeira, que foi a mais votada do partido, é militante do movimento negro e de mulheres, participando ativamente do Sindicato de professores e profissionais da educação e do Conselho da educação. Já a vereadora eleita professora Josete integrou a equipe que criou o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), tendo sido presidente do mesmo (Sismmac) e dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁴⁵

Durante a entrevista, a co-candidata Giorgia Prates, representante da *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, informou que participa de muitos movimentos e ocupações devido ao seu trabalho de Fotojornalista, tendo atuado em diversos movimentos sociais, como o movimento estudantil, negro, feminista e LGBT, embora não se denomine como

⁴⁵ <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/professora-josete>. Acesso out 2021

participante ou militante de um movimento social em específico. A co-candidata Andreia Lima é conselheira externa da Ouvidoria da Defensoria Pública do PR.

Na candidatura Coletiva *Somos Juntas-PSOL*, formada por três mulheres, a professora Ângela informou participar de sindicato e do movimento da Rede de Cursos populares de pré-vestibular, juntamente com a co-candidata Leticia faria, e do Coletivo Feminista Somos Juntas, do qual a co-candidata Giovanna Silveira também participa, além do *Coletivo Juntos – da Juventude*.

Tabela 28: Participação política das candidatas mais votadas do PSOL em Florianópolis

Candidatas PSOL	Sindicato	Movimento Social	Entidade de pesquisa	Fóruns ou Coletivos	ONGs	Conselhos Gestores
Coletiva Bem Viver	Cintia Mendonça	X	X	X	X	X
	Jozileia Kaingang	X	X	X		
	Livia Guilardi	X		X	X	X
	Marina Caixeta	X		X		
	Mayne Goes			X		
Tânia Ramos	X	X		X	X	
Elaine Sallas	X	X	X	X		X
Rubia Sagaz	X					

Dados: Elaboração própria com dados do questionário (2021)

Em Florianópolis, no âmbito da *Coletiva Bem Viver-PSOL*, a co-vereadora Cintia Mendonça atua em suas lutas por meio do Fórum Intersetorial de Políticas Públicas de Florianópolis, nos Conselhos de Assistência Social e de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, conectando com as lutas do Campo e da floresta na construção das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver, além de ter sido conselheira do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do estado de Santa Catarina. A co-vereadora Jozileia Kaingang atua na construção da educação escolar transdisciplinar, pautando o afeto na inclusão de todos no ensino fundamental, médio e superior. Tem compromisso com a causa indígena, somando as lutas feministas, de combate ao racismo e pela democracia. Participa da rede global de Mulheres Indígenas trabalhando pela Cura da Terra.

A co-vereadora Livia Guilardi atua na construção econômica solidária, em projetos de desenvolvimento territorial e local, com atuação em coletivos de fomento em arte e cultura. Já a co-vereadora Marina Caixeta, desde o início de sua jornada

universitária é ativa no movimento estudantil, sempre engajada nas lutas feministas, antirracistas e anti-LGBT-fóbicas, e a co-vereadora Mayne Goes atua em lutas antirracistas, feministas e de libertação animal. Nesse sentido, o capital social de uma candidatura coletiva tende a ser maior, principalmente se a candidatura for composta por um número maior de mulheres militantes e atuantes em diversas organizações políticas.

No que diz respeito às candidaturas individuais, a candidata Tânia Ramos-PSOL, que ficou como primeira suplente do partido, atuou na Gestão da Frente Popular, participou do Núcleo Gestor do Plano Diretor do Continente, e foi Secretária Executiva da Secretaria Regional do Continente. Participou de diversos movimentos em defesa da Saúde e da Educação, e contribui, ainda, com o movimento por moradias em locais de disputa social. Na comunidade do samba, contribuiu na abertura de espaços de participação e de discussão sobre a igualdade de gênero. Além de ter participado do Conselho Municipal de Habitação de Florianópolis e ter sido presidenta da Associação Cultural Creche A Casa do Povo, na comunidade da Coloninha, foi membra do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis e diretora da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO). Também fez parte do Fórum Catarinense contra as Privatizações e do Fórum Participação Catarinense de Mulheres na Política⁴⁶.

As demais candidatas do PSOL/SC que tiveram uma votação expressiva atuavam em alguma organização política, como pode ser observado na tabela 26, que mapeia a participação política das candidatas mais votadas do PSOL em Florianópolis.

Tabela 29: Participação política das candidatas mais votadas do PT em Florianópolis

Candidatas – PT	Sindicato	Movimento Social	Entidade de pesquisa	Fóruns ou Coletivos	ONGs	Conselhos Gestores
Carla Ayres		X	X	X	X	X
Joana Célia Passos	X	X	X			
<i>Mulheres pela Educação</i> Jô Capoeira	X		X	X		
Rita Gonçalves	X			X		
Emirani Silva	X					
Elenira	X	X	X	X		X

⁴⁶Informações retirada da entrevista concedida a revista Catarinianas. Disponível: <https://catarinanas.info/representatividade-para-diminuir-a-desigualdade-entrevista-com-a-candidata-tania-ramos/>. Acesso out. 2021

Lu Freitas		X		X
Elisa Jorge			X	X
Margarete Sandrini	X		X	X
Cirene Cândido		X		X

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário (2021)

Em Florianópolis, a vereadora eleita Carla Ayres-PT se dedica a luta política e aos movimentos sociais desde muito jovem. Ela foi uma das fundadoras da ONG Acontece e participou ativamente da criação do Conselho Municipal LGBT, além da luta em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e no movimento feminista. As outras candidatas individuais também apresentam importante capital social, com destaque a Elenira, que participa em diferentes organizações políticas.

A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT*, por ser composta por quatro professoras de diferentes áreas de ensino, participa principalmente de Sindicatos. A co-candidata Joana Celia Passos milita também no movimento negro e coordenou a formulação de políticas de EJA para trabalhadores(as) rurais (CUT e MEC). A co-candidata Jô Capoeira foi Secretária do Fórum da Capoeira da Grande Florianópolis, e Rita Gonçalves presidiu o SINTE/SC e o PT/Florianópolis. Finalmente, Emirane Silva atualmente exerce mandato classista no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (SINTRASEM).

Tabela 30: Participação política das candidatas mais votadas do PCdoB em Porto Alegre

Candidatas – PCdoB	Sindicato	Movimento Social	Entidade de pesquisa	Fóruns ou Coletivos	ONGs	Conselhos Gestores
Bruna rodrigues			X	X		
Daiana Santos		X		X		X
Abigail Pereira						
Cuca Congo	Luciane Congo	X				
	Carolina Schneider	X				
	Estela Benevenuto	X		X		
	Carmen Jecy					
Vitoria Cabreira		X		X		

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário (2021)

No caso das candidaturas individuais pelo PCdoB de Porto Alegre, a vereadora mais votada, Bruna Rodrigues - PCdoB, tem uma trajetória política ligada à presidência da UAMPA (União das Associações de Moradores de PoA), espaço que trouxe uma vasta experiência e visão acerca da realidade das comunidades que vivem em ocupações e vilas da capital.⁴⁷ A outra vereadora eleita, Daiana Santos - PCdoB, atua como militante e ativista de luta na rua, iniciando muito jovem no movimento negro e LGBTQIA+, sendo a primeira vereadora LGBTQIA+ assumida eleita em Porto Alegre, além de ser idealizadora e coordenadora do Fundo das Mulheres POA, projeto social que atende mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade.⁴⁸ No caso da candidatura coletiva, as quatro professoras que formam a *Cuca Congo-PCdoB* participam do sindicato dos professores, menos a co-candidata Carmen Jecy, por ser uma professora aposentada.

Tabela 31: Participação política das candidatas do PSOL de Porto Alegre

Candidatas – PSOL	Sindicato	Movimento Social	Entidade de pesquisa	Fóruns ou Coletivos	ONGs	Conselhos Gestores
Karen Santos	X			X		
Fran Rodrigues				X		
Natasha Ferreira				X	X	
Nós, Mandato Coletivo	Láís Camisolão	X				
	Tamyres Filgueira	X	X	X		
	Berna Menezes	X				
	Simone Flores	X	X			
	Neiva Lazzaroto	X				
	Adriana Cunha	X				
	Victória Miranda			X		
Aline Kerber				X	X	

Fonte: Elaboração própria com dados do questionário (2021)

⁴⁷ Informações retiradas no site da câmara Municipal de Porto Alegre <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/bruna-rodrigues>. Acesso out.2021

⁴⁸ Informações retiradas no site da câmara Municipal de Porto Alegre: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/daiana-santos>. Acesso out.2021

A vereadora Karen Santos-PSOL, que foi a mais votada da cidade de Porto Alegre, relatou, durante a entrevista, que como professora de Educação Física sua trajetória política começou no diretório acadêmico de educação física e no movimento estudantil. Depois ajudou na construção de um coletivo de movimentos estudantis em 2012. Segundo ela, após as manifestações de julho de 2013, houve a necessidade de fundar uma organização política para além do movimento estudantil ou sindical. Nesse contexto, foi criado o *Alicerce*⁴⁹, com o objetivo de realizar o trabalho de base, que não estava sendo realizado pelos movimentos estudantil ou sindical, nos quais os militantes se organizavam.

Então criamos um movimento que faz o trabalho de base que não eram feitos em outros partidos ou organizações políticas. Então apostamos muito na mobilização pois é extraparlamentar pensando na união do povo. Então a decisão em ser candidata veio dessa necessidade de apresentar nosso coletivo como movimento de rua e mostrar a sua importância para a mobilização do povo. Meu perfil representava muitas lutas como mulher, negra, estudante, trabalhadora, que não é um perfil tradicional (KAREN SANTOS-PSOL, setembro 2021).

As demais candidatas individuais do PSOL/RS que receberam uma votação expressiva pelo partido participavam de alguma organização política. A candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo-PSOL*, formada por sete mulheres que são servidoras públicas, professoras ou estudantes, são vinculadas principalmente ao sindicato dos professores e servidores públicos, como no caso da candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB*.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Tanto no caso das candidatas individuais, quanto das candidaturas coletivas, a maioria das candidatas são solteiras ou divorciadas, o que confirma um predomínio de mulheres solteiras para cargos do Legislativo, o que pode ser explicado pela divisão desigual do trabalho doméstico, que impede muitas mulheres casadas e mães de participarem da política institucional. Grande parte das candidatas individuais e coletivas possui ensino superior completo, bem como todas as candidatas eleitas. Além disso,

⁴⁹ "O Alicerce é um coletivo político que nasceu no calor das Jornadas de Junho de 2013. Como milhões de brasileiras e brasileiros, com objetivo de sair às ruas para batalhar por *nossos direitos e denunciar o sufoco que é trabalhar e viver no Brasil dos ricos, corruptos e poderosos.*" <https://karenalicerce.com.br/alicerce/> . Acesso set.2021

grande parte das candidatas podem ser classificadas como pertencentes a classe média e alta, de acordo com suas ocupações profissionais, principalmente as que lograram sucesso nas urnas.

As únicas vereadoras negras eleitas em Curitiba e Porto Alegre, pertenciam ao PT, PSOL e PC do B, que foram: as vereadoras Carol Dartora-PT/PR e Laura Sito-PT/RS, Karen Santos-PSOL/RS, Bruna Rodrigues-PC do B/RS e Daiana Santos- PCdoB/RS. Destaque para a presença de mulheres não brancas em todas as composições das candidaturas coletivas de mulheres das capitais da Região Sul na eleição de 2020, com destaque a *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*, em Florianópolis, única candidatura coletiva eleita, dentre as analisadas, tendo em sua composição duas mulheres negras e uma indígena.

As vereadoras eleitas foram as que tiveram o maior financiamento eleitoral nos seus partidos, como: as vereadoras Carla Ayres-PT/SC, Bruna Rodrigues-PCdoB/RS e Karen Santos-PSOL/RS, sendo também as mais bem votadas destes partidos. Já entre as candidaturas eleitas que obtiveram um baixo financiamento, a vereadora Carol Dartora-PT/PR foi a mais votada do partido, mesmo obtendo o menor valor proporcional por voto. A vereadora Daiana Santos-PCdoB/RS, foi a segunda candidata mais votada pelo partido, mesmo com a menor quantia de financiamento dentre as candidatas do partido.

Em relação as candidaturas coletivas, a *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC* foi a candidatura mais votada entre as mulheres lançadas pelo partido, mesmo obtendo o menor valor proporcional para cada voto, como também as *Mulheres pela Educação-PT/SC*. Exemplos que mostram que nem sempre as candidatas com maior financiamento são as eleitas, por isso, a importância da ampliação do olhar para outros recursos e/ou modalidades de capital.

Considerando apenas a trajetória política das candidatas analisadas, observamos que nem sempre a experiência política de outras candidaturas é traduzida em votos. Muitas candidatas disputaram as eleições várias vezes e não conseguiram ser eleitas, e outras disputaram a eleição uma única vez e conseguiram sucesso nas urnas, como o caso da *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC* e da Daiana Santos-PCdoB/RS, que também tiveram um menor financiamento entre as candidatas mais bem colocadas dos seus partidos políticos.

As vereadoras eleitas pelo PT, PSOL e PCdoB, com maior experiência de campanha eleitoral e mandato parlamentar, foram: a Professora Josete-PT/PR, que está em seu quinto mandato como vereadora; a vereadora Karen Santos-PSOL/RS, que ficou

como primeira suplente na eleição de 2016 e assumiu em 2018; e a vereadora Carla Ayres-PT/SC, que ficou como suplente em 2016 e assumiu em algumas ocasiões devido ao sistema de rodízio organizado pelo PT.

Houve candidatas que foram valorizadas pelo partido, mesmo sem experiência política, mas que já haviam sido candidatas anteriormente e tiveram um bom número de votos para a primeira eleição, como a candidatura coletiva *Somos Juntas-PT/PR*, em que a representante já havia sido candidata em 2016, a vereadora Bruna Rodrigues-PCdoB/RS que já havia disputado a eleição em 2018 para deputada estadual e tem uma forte atuação dentro do partido, sendo atualmente presidente do PCdoB de Porto Alegre.

Nenhuma das integrantes das candidaturas coletivas de mulheres ou das vereadoras eleitas do pelo PT, PSOL e PCdoB tinham capital familiar que contribuisse com para o aumento do capital político destas candidaturas, como casos de outras vereadoras eleitas em Curitiba e Porto Alegre.

A participação em organizações políticas e sociais das vereadoras eleitas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre pode ser considerada um fator que contribuiu para o desempenho eleitoral dessas candidatas, principalmente das candidaturas que receberam um menor financiamento, como nos casos das vereadoras Carol Dartora-PT/PR e Daiana Santos-PCdoB/RS, conforme já mencionado.

Em relação às candidaturas coletivas de mulheres, destaca-se a participação política da *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC* e da *Somos Juntas-PSOL/PR*, que foram candidaturas mais plurais, com mulheres de diferentes lutas e lugares de atuação política, o que pode ser considerado decisivo para o sucesso eleitoral da *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*, que foi a única eleita, em Florianópolis, dentre as candidaturas coletivas de mulheres analisadas. A candidatura *Somos Juntas-PSOL/PR*, formada por três mulheres diversas, também teve o melhor desempenho eleitoral, mas não conseguiu ser eleita pois o partido não atingiu o quociente necessário.

As candidaturas coletivas: *Mulheres pela Educação-PT/SC* e *Cuca Congo-PCdoB/RS* foram formadas por professoras que atuam em diferentes áreas da educação, e a candidatura *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS* é formada por professoras, servidoras públicas e estudantes, tendo uma forte atuação no movimento sindical, o que também pode ter contribuído para o desempenho eleitoral destas candidaturas coletivas de mulheres, que ficaram como suplentes.

Neste sentido, a pesquisa se alinha com a análise desenvolvida por Almeida e Lüchmann (2022), ao apontarem uma forte correlação entre candidaturas coletivas e

participação em organizações da sociedade civil como movimentos sociais, sindicatos, ONGs, com destaque aos movimentos de defesa de direitos das mulheres, da população negra, LGBTQIA+, além da importância da participação em setores e tendências partidárias, entre outros, “indicando que ativistas, antes vistos sob as lentes da interação com o estado ou mesmo a partir de repertórios de ação de protestos, estão investindo no caminho eleitoral por uma via alternativa” às modalidades tradicionais de representação política.

Segundo as autoras, podemos destacar um ativismo partidário para ocupantes de cargos no interior de partidos, como o PT e o PSOL, como pode ser observado na atuação política de integrantes das candidaturas de mulheres e das candidatas mais votadas destes partidos em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Sendo considerado pela literatura como uma militância múltipla de atores sociais e partidos. Além disso, a maior adesão das candidaturas coletivas pelo PSOL e o PT parece ser explicada pela vinculação do partido com movimentos. O PSOL é um partido que nasce no parlamento, a partir de uma dissidência com o PT, e tem se aproximado dos movimentos sociais jovens, negros, indígenas e LGBTQIA+, atraindo diferentes gerações de ativistas. O PT, por sua vez, pode ser considerado um partido intrinsecamente ligado aos movimentos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As candidaturas coletivas costumam se unir em torno de um projeto político que tem um lema principal, como: educação, saúde, moradia, ecossocialismo, bem viver e/ou uma reivindicação de presença de mulheres, negros, indígenas, juventude e da comunidade LGBTQIA+. Existe também a tentativa de reduzir o caráter personalista e individualista da campanha política, que costuma prejudicar as minorias políticas.

No entanto, nas candidaturas coletivas de mulheres existe uma ênfase maior sobre a importância da presença das mulheres no legislativo, juntamente com um projeto político feminista que defenda a igualdade de gênero, considerando a enorme discrepância entre homens e mulheres nas casas legislativas do Brasil. Com exceção do *Movimento Coletivo-PCdoB/RS*, formado por oito integrantes, sendo a maior composição em número de integrantes entre as candidaturas coletivas das capitais da Região Sul, foram as candidaturas coletivas de mulheres as que tiveram o melhor desempenho eleitoral.

Nas candidaturas coletivas de mulheres as tendências/correntes internas dos partidos, nos casos das candidaturas coletivas do PSOL e do PT, foram responsáveis em oferecer o suporte e o apoio necessário para o enfrentamento dos desafios da campanha, auxiliando também na construção e consolidação do projeto político.

Em Curitiba, a *Somos juntas – PSOL/PR*, composta por três mulheres, foi uma iniciativa do *Movimento Esquerda Socialista (MES)*, em conjunto com o Coletivo feminista *Somos Juntas*, que emprestou o nome para a candidatura. Em Florianópolis, a *Coletiva Bem Viver- PSOL/SC*, que tinha como projeto político construir uma sociedade do Bem Viver, foi uma candidatura proposta pelo *Subverta*, uma tendência ecossocialista, dentro do PSOL. Da mesma forma, em Porto Alegre, a candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*, composta por sete mulheres, foi uma iniciativa da corrente interna *Fortalecer o PSOL*, formada por um grupo de militantes que constroem o PSOL e a Intersindical - Central da Classe Trabalhadora.

A participação em outras redes movimentalistas também parece central, com destaque para a educação como principal tema do projeto político das candidaturas coletivas de mulheres. A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT/SC* composta por quatro professoras, foi apoiada pelo coletivo da educação, das quais as co-candidatas fazem parte, composto em sua maioria por professoras, visto que as mulheres são as principais atuantes no Ensino Fundamental e Médio. Da mesma forma, a candidatura

coletiva *Cuca Congo- PCdoB/RS*, foi composta por professoras negras que haviam trabalhado coletivamente em projetos de educação antirracista em Porto Alegre. Também a candidatura coletiva Nós, *Mandato Coletivo – PSOL/RS*, foi composta, em sua maioria, por servidoras públicas, tendo a educação, como unidade e projeto político.

A candidatura coletiva *Mandata Coletiva das Preta-PT/PR*, teve uma influência direta no símbolo de luta, representado por Marielle Franco, que tem incentivado as candidaturas de muitas mulheres negras em todo Brasil. Sendo uma candidatura proposta pela própria viúva de Marielle, Monica Benício, que ao receber a notícia da possibilidade da candidatura de mulheres negras em Curitiba, sugeriu para as duas integrantes uma candidatura coletiva.

Nos relatos das co-candidatas concedidos durante as entrevistas, percebe-se que na campanha eleitoral houve um fortalecimento e apoio mútuo entre as integrantes das candidaturas coletivas de mulheres, que relataram não ter coragem (por falta de confiança e segurança) de se candidatarem sozinhas, por meio de uma candidatura individual, por conta do ambiente, muitas vezes hostil e machista, desses espaços. Assim, as co-candidatas informaram se sentirem mais seguras disputando a campanha eleitoral por meio de um coletivo de mulheres.

Deste modo, este novo modelo de candidatura representa, para as co-candidatas no geral, uma renovação do modelo individual e personalista do sistema eleitoral, e que acaba prejudicando as candidatas mulheres. Além disso, durante a campanha eleitoral, as candidaturas coletivas de mulheres promoveram assembleias e encontros virtuais com o objetivo de discutir as propostas e o projeto político da candidatura com a população, na tentativa de construir uma campanha mais inclusiva e participativa. Sendo assim, as candidaturas coletivas de mulheres são compostas por integrantes que atuam em diferentes lutas sociais e políticas, unidas por um projeto político, muitas vezes, consolidado por organizações políticas, que atuam dentro e fora dos partidos, fortalecendo as co-candidatas com a união de seus capitais políticos.

Todavia, o apoio de tendências/correntes internas também se manifesta nos mandatos das vereadoras eleitas de forma individual, sobretudo as vereadoras negras, eleitas pelo PT, PCdoB e PSOL, que são partidos do espectro da esquerda, os únicos que lançaram as candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul, e os que mais lançaram candidaturas coletivas, no geral, na eleição de 2020. Mesmo fazendo uma campanha “personalista”, a primeira vereadora negra eleita em Curitiba: Carol Dartora - PT/PR, teve o apoio da corrente interna do partido: *Democracia Socialista*.

Em Porto Alegre, a vereadora eleita Karen Santos -PSOL/RS, que foi a vereadora mais bem votada da cidade na eleição de 2020, é militante do *Alicerce*, um coletivo político que construiu a campanha e representou o projeto político da candidatura. A vereadora Daiana Santos – PCdoB/RS, teve o apoio de voluntárias/os durante a campanha eleitoral, formada principalmente por mulheres negras que acreditavam no projeto político da campanha. Após ser eleita, a vereadora Daiana Santos-PCdoB/RS construiu uma mandata coletiva e plural, reunindo as militantes que construíram a campanha.

As vereadoras mais votadas do PSOL, PT e PCdoB que também tiveram o maior financiamento eleitoral: Carla Ayres-PT/SC, Bruna Rodrigues-PCdoB/RS e Karen Santos-PSOL/RS, se apresentaram como representantes e defensoras dos direitos das mulheres, negros e da população LGBTQIA+.

Nas candidaturas coletivas de mulheres, que disputaram a eleição de 2020 nas capitais da Região Sul, podemos destacar a presença de mulheres negras encabeçando estas candidaturas, e presentes em todas composições das candidaturas de mulheres, sendo duas candidaturas apenas compostas por mulheres negras. Além da *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*, única candidatura coletiva eleita, dentre as analisadas, que possui em sua composição duas mulheres negras e uma indígena.

Portanto, podemos dizer que as candidaturas coletivas de mulheres promovem uma representação interseccional que impulsiona a representação descritiva, substantiva, simbólica e delegada por meio da representação promovida pelas co-candidatas, que pretendem ocupar o espaço institucional, propondo novas demandas sobre políticas de gênero e raça, além de proporcionar uma agenda política direcionada aos grupos sub-representados.

As candidaturas coletivas de mulheres obtiveram um financiamento considerável e uma boa votação, para a primeira candidatura coletiva, tendo um melhor desempenho do que muitas candidatas individuais com mais experiência política dentro de seus partidos, não utilizando de capitais familiares como alguma das vereadoras eleitas por outros partidos que tiveram um maior financiamento eleitoral, por justamente possuírem uma maior capital econômico. Portanto, a resposta para campanhas de sucesso, sobretudo iniciais, pode estar ligada à combinação entre valorização partidária, recursos, perfil socioeconômico, trajetória política e inserção em redes e movimentos sociais.

Mesmo a *Coletiva Bem Viver-PSOL/SC*, sendo a única eleita dentre as candidaturas coletivas de mulheres das capitais da Região Sul na eleição de 2020, as outras candidaturas de mulheres tiveram um bom desempenho eleitoral. A *Somos Juntas-*

PSOL/PR ficou em primeiro lugar do seu partido no número de votos recebidos. A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação -PT/SC*, que ficou como primeira suplência, pretende assumir como mandato no sistema de rodízio realizado pelo PT em Florianópolis. Em Porto Alegre, as candidaturas coletivas: *Cuca Congo-PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*, assumiram como mandato coletivo durante um mês em um sistema de rodízio que os partidos têm realizado.

Portanto, as candidaturas coletivas de mulheres podem ser vistas como uma estratégia política para a ocupação dos espaços de poder, aumentando a representação feminina no legislativo, realizando uma campanha eleitoral que busca ser mais horizontal, procurando despolarizar a identidade da/o parlamentar na tentativa de reduzir o grau de hierarquia entre as integrantes da candidatura coletiva. E assim, por meios desses novos arranjos de candidatura, buscam a construção de novas formas de participação e representação política. Os mandatos e mandatas coletivas podem ser entendidas/os como um novo modelo de representação política interseccional, uma vez que as experiências promovem a maior presença de grupos marginalizados na política, por meio da união entre as lutas sociais e políticas, potencializando a democratização dos espaços de poder.

Nessa direção, a pesquisa lança novas questões que poderão ser abordadas e desenvolvidas em novas pesquisas, que tenham como objetivo avaliar as diferenças e inovações lançadas pelos mandatos e mandatas coletivas eleitas em outros estados e regiões do Brasil, bem como as diferenças entre as candidaturas coletivas em cada Região, seja nas capitais ou no interior dos estados, entre as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. E ainda, avançar nas análises acerca das relações entre a participação, a deliberação e a representação dos mandatos coletivos em relação a outras/os vereadoras/es eleitas/os, e principalmente as/aos vereadoras/es que propõem a democratização do acesso de minorias políticas aos locais de poder.

Portanto, podemos ainda nos indagar: em que medida esses novos arranjos subvertem os sistemas representativos com déficits democráticos? Como tem sido a dinâmica interna das/os co-vereadoras/es, diante dos limites institucionais e jurídicos? Em que medida é possível reduzir o grau de hierarquia, na direção de uma política horizontal? Como tem sido a relação/interação das mandatas/os coletivas/os com os seus partidos políticos e com os movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil? Há uma aproximação ou um distanciamento das/os militantes e/ou ativistas, que participam destes mandatos, após ocuparem o espaço institucional?

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora Rezende.; LÜCHMANN, Ligia helena Hahn. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. Trabalho apresentado no 45º encontro anual da ANPOCS em outubro de 2021.

ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Ligia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.

ALVARES, Maria Luiza Miranda. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº4, 2008, pp. 895 a 939.

AMES, Barry. Electoral Strategy Under Open-list of Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, Bloomington, v.39, 2006.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV: São Paulo, 2016.

ARAÚJO, Clara. “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Dados*, v. 44, nº 1, p. 155-195, 2001.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, núm. 24, jun., 2005.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entras as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº2 Brasília, julho-dezembro de 2009, p 23-59.

ARAUJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer XIV* Nº2. 2013a.

ARAUJO, Clara; BORGES; Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. *Revista Sociologia Política*. [online]. 2013b, vol.21, n.46, pp.69-91

BELIZARIO, Tamara Cardoso. *Representação e poder: Mulheres negras na Câmara dos Deputados*. Dissertação (mestrado), 2021 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa Braga; AMARAL, Oswaldo E. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, nº 46, p. 33-43, jun 2013.

BRAGA, Maria Socorro Sousa Braga; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. Conhecer: *Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.

BUTLER; Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMISOLÃO, Lais. Quatro candidaturas coletivas de Porto Alegre são compostas só por mulheres. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/quatro-candidaturas-coletivas-de-porto-alegre-sao-compostas-so-por-mulheres>>, 2021 . Acesso nov. 2021

CAMPOS, Luiz; MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre. Editora Zouk, 2020.

CAMPOS; Bárbara Lopes. Juntas em um único número na urna? Uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020). 2021. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e empoderamento*. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza – São Paulo: Boitempo, 2020.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. São Paulo: Zahar, 1970.

FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso, 2013.

INESC. *Análise das candidaturas coletivas nas eleições de 2020*. . Brasília: [s.n.], 2020

KROOK, Mona Lena. *The impact of gender quotas: a research agenda*. Paper presented at the First European Conference on Politics and Gender, Queen's University Belfast, Northern Ireland, 2009.

LOLATTO, Simone. *Mulheres na política: Trajetórias das vereadoras titulares em Florianópolis*. Dissertação (mestrado), 2016 - Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Revista Katálysis* (Impresso), v. 13, p. 86-94, 2010

LÜCHMANN, Ligia. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Viçosa, vol. 29, n° 85, p. 159-178, 2014

LOVENDUSKI, Joni. Introduction. In: LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (Orgs.). *Gender and party politics*. Londres: Sage, 1993. p. 1-15

MACHADO; João. Um partido Pluralista – 1990. As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia. Sarkis Alves (org.) Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Perseu_16.pdf Acesso em jan. 2022

MAINWARING, Scott. (2001), *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/Editora FGV.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp. 277-293. 2003.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". *The Journal of Politics*. Austin: v. 61, n. 3, p. 628-57, 1999.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking Representation. *The American Political Science Review*. Cambridge: v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MATLAND, Richard. “Estratégias para ampliar la participacion feminina en el palmaneto. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales”. In: Méndez-Montalvo, Myriam & Ballington, Julie (orgs.). *Mujeres en el parlamento: más allá de los números*. Estocolmo: IDEA, 2002. -

MATLAND; Richard E. Enhancing women’s political participation: legislative recruitment and electoral systems. In: BALLINGTON, J. KARAM A.M (Eds.). *Women in parliament Beyond numbers*. Stockholm, Sweden: IDEA, 2005. V. 2p. 93-111.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of intersectional activist feminism in Brazil: the interplay of local and global contexts. In: BONIFACIO, Glenda Tibe (ed.). *Global currents in gender and feminisms: Canadian and international perspectives*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018. p. 35-47.

MIGUEL; Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*. 2003, n.20, pp.115-134.

MIGUEL; Luis Felipe. QUEIROZ; C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo das mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, set. 2006.

MIGUEL; Luis Felipe. MARQUES, Danusa. MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados* v. 58. N. 3 p. 721-747, set. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e Representação: Territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade* N°03, p.11-26, 2003.

MOUFFE, Chantal. Democracia. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: *Teoria política feminista: textos centrais*. Luiz Felipe Miguel e Flavia Biroli (Organização) – Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n° 4, p. 689-720, 2006.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais: uma introdução*. 6ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NORRIS; Pipa “Procesos de Reclutamiento Legislativo: Una Perspectiva Comparada”, in E. Uriarte; A. Elizondo (coords.), *Mujeres en Política*. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

NORRIS; Pipa. Recrutamento político. *Revista e Sociologia e Política*, v. 21, n. n°46, p. 11 a 32, 2013.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. M. “Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, 2009.

PHILLIPS, Anne. *Democracy and difference*. State College: The Pennsylvania State University Press, 1993.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, p. 268 – 290: Florianópolis 2001.

PHILLIPS, Anne. Descriptive representation revisited. In: *Political Representation in Liberal Democracies*. Rohrschneider, Robert and Thomassen, Jacques, (eds.). Oxford University Press, Oxford, UK, 2019.

PINHEIRO, L. S. (2006). *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras/ Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Zahar: São Paulo, 2020.

PUTNAM; Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução Luiz Alfredo Monjardim - 5º ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAPS. Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no Século XXI. São Paulo: RAPS/ Arapyau/ Udesc, 2019.

RENNÓ, Lucio. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, pp.33-59

RODRIGUES, Cristiano Rodrigues; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional - *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34. pp 1-54, 2021.

REZENDE; Daniela. SARMENTO; Rayza. TAVARES; Louise. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 43-69, set.-dez. 2020

RIBEIRO; Ednaldo. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 103-133, jul.-dez. 2008.

SACCHET; Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, 2009, p.306-332

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol. 18, nº1, junho, 2012, p. 177-197.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Estudos Feministas*, p.399-431:Florianópolis, 2012.

SACCHET; Teresa. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer XIV* Nº2. 2013.

SCHEEFFER, F. Esquerda e direita hoje: uma análise das votações na Câmara dos Deputados. Curitiba: *Appris*, 2018.

SAMUELS, D. “Money, Elections, and Democracy in Brazil”. *Latin American Politics and Society*, v.43, n.2, p. 27-48, Summer, 2001.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas partidários*. Ed. Universidade, de Brasília. Brasília, Distrito Federal: UNB, 1982.

SECCHI; Leonardo. CAVALHEIRO et al. *Mandatos coletivos e compartilhados: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo*. Instituto de Políticas Públicas, 2019.

SECCHI, Leonardo, LEAL, Leonardo, REZENDE, Débora, CAVALHEIRO, Ricardo A., LÜCHMANN, Lígia. *As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil*.

Zenodo, 9 jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.4423739>>. Acesso em: abr. 2021.

SILVA; Willian. Mandatos coletivos e compartilhados: experimentações de inovações democráticas no poder legislativo do Brasil. 2019. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SPECK, B. W. “Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil”. *Cadernos Adenauer*, Ano 6, n. 2, p. 123-159, 2005.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, N°67, p. 191 – 228, 2006.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. *Lua Nova*, São Paulo N°67, p. 139-190, 2006.

7. ANEXO

Relatório das entrevistas:

<i>Candidatura Coletiva</i>	Contato	Data da entrevista	Local da entrevista	Presentes na entrevista	Duração	Transcrição
<i>Coletiva Bem Viver</i>	07 de junho	07 de julho às 14:00 horas	Gabinete	Cíntia, Lívia, Mayne e Marina	1 hora	7 páginas
<i>Mulheres pela Educação</i>	07 de junho	08 de julho às 16:00 horas	Google Meet (online)	Joana, Rita e Jô	1 hora	7 páginas
<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	07 de junho	10 de julho às 10:00 horas	Google Meet (online)	Giorgia	45 minutos	5 páginas
<i>Somos juntas</i>	07 de junho	12 de julho às 17:00 horas	Google Meet (online)	Ângela, Giovanna e Leticia	1 hora	5 páginas
<i>Cuca Congo</i>	15 de julho	19 de julho às 18:00 horas	Google Meet (online)	Luciane, Carolina, Carmen e Estela	1 hora e 20 minutos	8 páginas
<i>Nós, mandato coletivo</i>	19 de julho	01 de agosto às 11:00 horas	Google Meet (online)	Tamyres	45 minutos	4 páginas
<i>Carol Dartora</i>	24 de agosto	23 de setembro às 16:00	Google Meet (online)	Carol Dartora	20 minutos	3 páginas
<i>Karen Santos</i>	1 de setembro	30 de setembro às 19:00	Google Meet (online)	Karen Santos	30 minutos	4 páginas
<i>Daiana Santos</i>	30 de setembro	8 de outubro às 12:15	Google Meet (online)	Daiana Santos	30 minutos	4 páginas

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DAS CANDIDATURAS COLETIVAS

1. Quando e em quais condições foi decidida a candidatura coletiva? Como foi feita a escolha das integrantes da candidatura e da porta-voz? Houve alguma preocupação com a representatividade? Houve motivos para escolher apenas mulheres para compor a chapa?

2. Como funcionou a organização e a dinâmica interna? Se houve alguma discordância entre vocês e como foi resolvida?

3. Como foram definidas as estratégias de campanha? Qual foi slogan? E como foram definidas as principais propostas?

4. Como foi o apoio e a relação do partido com a candidatura coletiva?

5. De onde vieram os recursos financeiros de campanha? Como foi realizado o orçamento da campanha?

6. Qual a experiência de campanha de vocês? Alguma já tinha atuado em alguma campanha apoiando algum candidato?

7. Quais seriam as principais diferenças de uma candidatura coletiva e de uma candidatura individual?

9. Quais foram os principais desafios e aprendizados adquiridos durante a campanha?

QUESTIONÁRIO:

Pesquisa sobre Candidaturas individuais e coletivas de mulheres**Data da entrevista:****1)Dados gerais**

Nome:

Idade:

Estado Civil: Casada/o () Solteira/o () Viúva/o () Divorciada/o () Outro

Filhos (quantidade):

Cor: Branca/o () Preta/o () Parda/o () Indígena ():
Especifique_____Religião: Católica/o () Evangélica/o () Espírita/o () Outra (): Especifique
_____**2)Escolaridade:**

- () Não alfabetizado
 () Nível fundamental
 () Nível Médio
 () Nível superior incompleto – Área:
 () Nível superior completo - Área:
 () Pós-graduado – Mestrado / doutorado; Área:

3)Profissão e renda:

Profissão:

Instituição em que trabalha:

- Renda individual:() menos de 1 salário mínimo - até R\$ 1.100,00
 () de 1 a 3 salários mínimo – de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.3000,00
 () de 3 a 5 salários mínimos - de R\$ 3.300 a R\$ 5.500,00
 () de 5 a 08 salários mínimos – de R\$ 5.500,00 a R\$ 8.800,00
 () + de 08 salários mínimos – acima de R\$ 8.800,00

4) Associativismo. Você participa de: (em caso positivo, colocar o nome da entidade)

Sindicato/entidade profissional:

Movimento popular e/ou social:

Entidade de pesquisa e/ou acadêmica:

Entidade empresarial/prestadora de serviço:

Fóruns ou coletivos:

Entidade de assistência social:

Associação religiosa:

ONG:

Outra

5) Partidos Políticos:

Partido da candidatura: PT

Filiação ao partido: antes da candidatura () Tempo:

Na formação da candidatura ()

6) Conselhos Gestores e conferências

Você é ou já foi conselheira? () Sim () Não

Qual Conselho?

Por qual entidade/setor?

Já participou de conferências de políticas públicas? () Sim () Não – Quais?

7) Cursos de formação política: sim () não () – Qual?

8) Experiência de campanha eleitoral:

Já havia sido candidata anteriormente? Sim () ()

Quantas vezes:

Para quais cargos políticos:

